

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

33

Neste número:

Ciências Sociais e Ecologia

Antropologia e Envelhecimento

**Nomes Próprios nas Sociedades
Indígenas**

RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Alexandrina Saldanha S. de Moura (Fundaj-UFPE)

Ary Minella (UFSC)

Charles Pessanha (IUPERJ-UFRJ)

Jorge Osvaldo Romano (UFRRJ)

José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional-UFRJ)

Ondina Fachel Leal (UFRGS)

Rosa Acevedo (UFPA)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Editoria do BIB

Largo de São Francisco, 01/Sala 408

20051 Rio de Janeiro — RJ

Tel.: (021) 242-5390

Fax : (021) 252-8623

Direitos reservados para esta edição

RELUME DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248

Fax : (021) 275-0294

Impresso no Brasil

Editoração Eletrônica

MMFREIRE – Editoração e Arte

Sumário

A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 – 1990	3
Paulo Freire Vieira	
Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento	33
Guita Grin Debert	
Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul	51
Marco Antonio Gonçalves	
Teses e Dissertações	73

Colaboraram neste número:

Paulo Freire Vieira é Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Guita Grin Debert é Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Campinas – Unicamp

Marco Antonio Gonçalves é Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil (1980-1990).

Mapeamento Preliminar e Avaliação Crítica da Produção Acadêmica

Paulo Freire Vieira

I. Introdução

A historiografia científica registra a emergência, no início dos anos 70, de um novo ponto de inflexão da curva evolutiva da humanidade. Com as experiências pioneiras de diagnóstico e prognóstico da dinâmica do "sistema mundial" em situação de crise (explosão demográfica, industrialização poluente, uso predatório de recursos naturais), começa a se cristalizar uma consciência planetária dos riscos sócio-ambientais embutidos no projeto hegemônico da civilização industrial-tecnológica. Desde então, a pesquisa focalizando um conhecimento mais acurado dos processos interativos sociedade-meio ambiente encontra-se em rápida disseminação em todo o mundo.

As contradições envolvidas no agravamento tendencial dos problemas sócio-ambientais exigem novos princípios de reorganização das comunidades científicas. As políticas de gestão universitária dominantes, fundadas numa excessiva compartimentação dos campos de conhecimento, esbarram na complexidade criada pelo caráter interdependente dos múltiplos fatores a serem considerados. Em nosso país tais impasses tornam-se ainda mais graves. Ao estágio incipiente das atividades de ensino e pesquisa sobre essa temática soma-se a precariedade das redes de comunicação com centros de vanguarda sediados no exterior. Outro agravante é que o projeto de constituição e legitimação do campo das *ciências sociais do meio ambiente* permanece, mesmo entre

nossas elites intelectuais, difuso e controverso.

O termo "ciências sociais do meio ambiente" designa, aqui, o *locus* de um esforço planejado de integração de todas as disciplinas especializadas das ciências sociais e humanas envolvidas na investigação das inter-relações entre grupos sociais e comunidades e seu meio ambiente biofísico e construído. Trata-se, sem dúvida, de um campo ainda marginalizado de trabalho intelectual, marcado pelo reduzido número e baixa densidade associativa dos pesquisadores, e onde as querelas de ordem filosófica e metodológica prevalecem sobre o avanço cumulativo de conhecimento rigoroso e confiável. A superação desses entraves pressupõe um esforço coordenado de identificação e sistematização do amplo acervo de conhecimento acumulado em diferentes tradições de investigação ecológico-humana, associadas principalmente à Sociologia, Demografia, Antropologia, Geografia Humana, Economia e, mais recentemente, à Ciência Política.

O presente trabalho configura uma incursão exploratória nesta temática, oferecendo um *mapeamento* do esforço de pesquisa desenvolvido principalmente junto aos diversos programas de pós-graduação do país. Isto inclui (a) uma identificação de "áreas temáticas" representativas em cada uma das disciplinas mencionadas e (b) uma caracterização sumária das principais lacunas de conhecimento a serem supridas através de uma

política conseqüente de fomento à pesquisa interdisciplinar nos próximos anos.

Trata-se de um balanço da etapa inicial de uma pesquisa mais ampla, em andamento, objetivando a elaboração de uma bibliografia seletiva e crítica da produção latino-americana sobre os grandes eixos temáticos da ecologia humana *lato sensu*: basicamente, os trabalhos que buscam compreender a complexa teia de inter-relações Homem-Natureza a partir das categorias centrais de ecossistema, adaptação e evolução.

Apesar das limitações impostas por este recorte, espera-se que o texto possa contribuir para aumentar a visibilidade institucional desse novo campo de investigação, revertendo, na medida do possível, as duplicações desnecessárias do esforço intelectual decorrentes da ausência de obras de síntese da literatura. O diagnóstico pretende, além disso, favorecer a articulação de projetos integrados capazes de oxigenar a dinâmica de atuação dos programas de pós-graduação que busquem introduzir ou consolidar atividades de ensino e pesquisa na área.

II. Critérios para Coleta e Sistematização dos Textos

O mapeamento foi construído com base num processamento seletivo de livros e artigos publicados e/ou no prelo, trabalhos apresentados em eventos científicos, anais e teses. O acesso a esse material foi viabilizado mediante o envio de 150 cartas-circulares a pesquisadores individuais e grupos de pesquisa e a realização de entrevistas abertas com *experts* na problemática geral "ecologia, política e sociedade", além de consultas a bancos de dados e obras de referência bibliográfica. Foram também incluídos na categoria de autores aqueles pesquisadores estrangeiros sediados permanentemente em nosso país e lotados no sistema de ensino superior.

As contribuições foram ordenadas por disciplinas específicas, segundo os perfis de formação acadêmica e as áreas de atuação institucional dos autores. Convém ressaltar, entretanto, que a seqüência de apresentação do conjunto das disciplinas e das contribui-

ções correspondentes não pressupõe qualquer esquema de hierarquização. Por outro lado, a noção de "área temática" não está relacionada à maneira como os autores considerados classificam ou avaliam seus próprios trabalhos. Trata-se de um recurso heurístico que visa, fundamentalmente, facilitar uma identificação exploratória das "linhas de força" mais expressivas de um conjunto bastante heterogêneo de textos, muitos deles associáveis a vários campos de especialização acadêmica simultaneamente.

O princípio norteador do processo de sistematização da produção consistiu em delimitar, nas superposições de áreas temáticas nas várias disciplinas, as principais pistas para uma proposta de reordenamento interdisciplinar do potencial de pesquisa instalado. Para a identificação de lacunas de conhecimento levou-se finalmente em consideração a experiência acumulada em centros internacionais de excelência vinculados à análise da problemática ambiental.

Na caracterização dos termos "meio ambiente" e "problemática ambiental" partiu-se do pressuposto de que várias acepções dos mesmos são possíveis, dependendo do foco teórico e das intenções perseguidas pelo investigador. As várias propostas de definição equivaleriam às diferentes alternativas de seleção de um conjunto de relações de interdependência existentes entre o sistema de referência e seu contorno. Entendendo-se o sistema como uma categoria de análise, os elementos do contorno que não apresentem relevância para a especificação de relações poderão ser omitidos, uma vez que não atendam aos objetivos fundamentais de cada trabalho específico de pesquisa.

Para as finalidades da presente contribuição, a *problemática ambiental* reflete a percepção de que o volume de impactos destrutivos gerados pela ação antrópica sobre os ecossistemas tem se amplificado a ponto de ameaçar diretamente as precondições de sobrevivência da espécie num horizonte de longo prazo (Meadows, 1978).

Desse ponto de vista, os principais fatores condicionantes do fenômeno podem ser

encontrados nos modos de regulação dos processos de crescimento econômico, que desconsideram a contabilidade de seus custos sociais e ambientais efetivos. Os estilos de modernização dominantes nas sociedades contemporâneas (capitalistas ou socialistas) não estariam, assim, favorecendo uma internalização efetiva do meio ambiente enquanto: (1) fornecedor de *recursos naturais* e receptor de dejetos oriundos das atividades humanas; (2) *espaço* onde se dão as interações entre processos naturais e socioculturais; e (3) *habitat* em sentido amplo, correspondendo à infra-estrutura física e institucional que influencia as condições gerais de vida das populações (habitação, trabalho, recreação, auto-realização) e a própria sustentabilidade ecológica dos sistemas sociais.

Conforme a observação de Godard e Sachs (1975, p. 213), para os adeptos da racionalidade economicista, os recursos não são vistos “senão sob o ângulo de sua disponibilidade no mercado e de seu preço; o mesmo pode ser dito do espaço, do qual o caráter de meio vivo e dotado de uma estrutura complexa e diferenciada é ignorado; e quanto à qualidade do meio, ela é considerada apenas na medida em que sua degradação prejudica as condições de produção, seja em termos dos recursos utilizados, seja deslocando a atenção, direta ou indiretamente, para a produtividade da força de trabalho”.

Escapa, assim, ao campo de visão dos analistas o reconhecimento de que as interdependências criadas entre processos naturais e socioculturais afetam retroativamente as condições de reprodução da vida social, a busca de satisfação de necessidades básicas para as populações sistematicamente segregadas dos benefícios do crescimento e, num certo sentido, a própria garantia de qualidade de vida para *todos* os segmentos sociais envolvidos.

Acreditamos que a análise adequada do fenômeno transcende a preocupação por suas repercussões no plano biofísico, exigindo um tratamento paciente e rigoroso das características de um longo processo de intercâmbio entre fatores geobiofísicos e socio-

culturais. Seu enfrentamento efetivo dependerá, a nosso ver, das chances de êxito de iniciativas que vão além dos limites impostos por políticas setoriais de orientação “conservacionista” e remedial. O desafio central parece consistir na adoção de uma diretriz decididamente *preventiva* e capaz de balizar a concepção e viabilização de estratégias de harmonização dos objetivos simultaneamente sócio-econômicos, político-institucionais, culturais e ligados à sustentabilidade ecológica das sociedades modernas.

Esta exigência de renovação da teoria e das práticas de modernização vem sendo defendida nos últimos anos por inúmeros grupos de pesquisadores associados ao *enfoque de ecodesenvolvimento*. Do ponto de vista aqui representado, o enfoque de ecodesenvolvimento decorre de uma concepção sistêmica da estrutura e dinâmica sociais, tendo sido concebido num clima intelectual marcado pela confluência das primeiras análises sobre os “limites do crescimento material” feitas no Massachusetts Institute of Technology — MIT e dos trabalhos de preparação da Conferência de Estocolmo de 1972. Neste contexto, as concepções dominantes acerca das finalidades básicas, estratégias de planejamento e critérios globais de avaliação da eficácia dos processos de desenvolvimento induzidos pela ação governamental foram confrontadas com uma nova perspectiva. No plano das *finalidades*, foram destacadas as limitações de uma concepção que orienta a evolução social no sentido de um esforço contínuo e virtualmente ilimitado de elevação de taxas de crescimento material. No plano das *estratégias de planejamento*, desmistificou-se a persistência de uma visão tecnocrática que não assume de maneira convincente a participação da sociedade civil organizada no processo. Finalmente, no plano dos *critérios globais de avaliação*, tornou-se mais nítida a ênfase concedida a indicadores extraídos unilateralmente da análise econômica quantitativa. Como já é hoje do conhecimento geral, tais indicadores tendem a desconsiderar certos efeitos externos ao processo desenvolvimentista, geradores de

elevados custos sócio-ambientais, como: a degradação do meio ambiente biofísico e construído, a gestão predatória de recursos, a perda do controle social dos rumos da evolução tecnológica e a marginalização de amplos segmentos da população.

No contexto da Conferência de Estocolmo e da criação e implementação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, coube a Maurice Strong introduzir, em 1973, o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativa potencialmente fértil para direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento e sensível à preocupação ambiental. Esta concepção antitecnocrática (ou “de baixo para cima”) preconizava uma gestão mais racional dos ecossistemas locais e a valorização do *know-how* e da criatividade das populações envolvidas.

Esta versão inicial do conceito foi reelaborada no ano seguinte num texto, atualmente considerado clássico, de Ignacy Sachs (1974). Segundo essa nova versão, “ecodesenvolvimento” designa, num primeiro momento, um *estilo* de desenvolvimento aplicável a projetos não só rurais, mas também acionados em área urbana, oposto à diretriz mimético-dependente tradicionalmente adotada nos países pobres e orientado para a busca de autonomia (ou *self-reliance*) e a satisfação prioritária de necessidades básicas das populações. A integração da dimensão do meio ambiente é pensada não apenas como uma espécie de coação suplementar, mas como um amplo potencial de recursos a ser corretamente identificado com o auxílio da pesquisa científica de ponta e valorizado segundo critérios de “prudência ecológica”. O uso do termo “estilo” faz ressaltar, segundo Sachs, a problemática do controle democrático das opções que se situam no plano das finalidades e instrumentalidades do processo.

Num segundo momento, o conceito designa também um *enfoque de planejamento* de estratégias plurais de intervenção, adaptadas a contextos socioculturais e ambientais específicos em cada país.

Neste texto fundamental, a problemática

de base incluía os princípios de solidariedade sincrônica e diacrônica entre gerações, bem como o de prioridade à busca de satisfação de necessidades básicas. Combinados à tomada de consciência dos limites e da vulnerabilidade da base de recursos naturais, esses princípios permitem o resgate da dimensão ecológica para o fortalecimento da tese relativa à necessidade de uma luta contra a desigualdade social e a dependência no e sobre o Terceiro Mundo.

A *Declaração de Cocoyoc*, de 1974, e o Relatório *Que Faire*, apresentado no final de 1975 pela Fundação Dag Hammarskjöld, por ocasião da 7a. Conferência Extraordinária das Nações Unidas, reatualizaram os princípios evocados por Sachs, mas sem que o termo ecodesenvolvimento fosse utilizado de forma explícita. “Um outro desenvolvimento” e “desenvolvimento sustentado” eram denominações preferidas no contexto das organizações internacionais nesta época, possivelmente em função das conotações ideológicas supostamente menos radicais e mais coerentes com uma fase de experimentação da idéia de uma nova ordem econômica internacional.

As atividades de pesquisa desenvolvidas de 1973 a 1986 por Sachs e sua equipe pluridisciplinar, sediada no Centre International de Recherche sur L’Environnement et le Développement – CIRED, ampliaram e diversificaram o horizonte de reflexão. Através do refinamento de uma estrutura conceitual consistente, caracterizaram-se com mais precisão e rigor as diretrizes para uma dinâmica *standard* de *harmonização* das múltiplas dimensões do processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a equipe definiu e explorou analiticamente as *variáveis estratégicas* por meio das quais pode ser captado o “conteúdo material” de um estilo de desenvolvimento.

Estas variáveis de um “jogo de harmonização” incluem, relativamente ao contexto da demanda social, a regulação dos padrões de consumo e dos estilos de vida, e, relativamente ao contexto da oferta de bens e serviços, a regulação de um conjunto de funções

produtivas: fundamentalmente, a gestão do uso da tecnologia e da natureza dos produtos gerados pelos sistemas produtivos, a organização espacial dos sistemas produtivos e a gestão do uso de recursos naturais e do suprimento energético. A extensa e diversificada bibliografia gerada por este esforço de pesquisa contribuiu para demarcar os limites de políticas ambientais que se constroem à margem de um questionamento efetivo dos estilos de desenvolvimento vigentes no Ocidente desde o pós-guerra. Assinala também, com extrema acuidade, os impasses e riscos decorrentes de uma transferência “mimética” desses estilos para os países em desenvolvimento.

Numa fase posterior, o esforço de pesquisa do grupo deslocou-se para o tratamento da temática dos condicionantes sociais do “mal-desenvolvimento” e das instituições capazes de favorecer o surgimento de políticas alternativas. A problemática de base evoluiu, assim, para uma consideração mais atenta das *condições de viabilidade* dessas alternativas (CIRED, 1986, pp. 8-17).

Aceitando os riscos de simplificação excessiva, condensamos, a seguir, os elementos essenciais do enfoque de ecodesenvolvimento a partir da base normativa sugerida por Sachs, a saber: (a) prioridade ao alcance de finalidades sociais; (b) valorização da autonomia (*self-reliance*); (c) busca de uma relação de simbiose com a natureza; e (d) sustentabilidade econômica.

O *primeiro postulado* salienta, para fins de planejamento, a necessidade de um redirecionamento do processo de crescimento econômico visando ao alcance de objetivos sociais prioritários num contexto de crise mundial: redução e eliminação dos atuais níveis de miséria e das desigualdades no âmbito de cada nação e entre nações, além da satisfação de necessidades básicas de segmentos sociais até então segregados dos benefícios da modernidade. O termo “necessidades” é tomado em um sentido amplo. Contempla necessidades materiais e psicossociais (autodeterminação, participação política, auto-realização).

Segundo a “lógica das necessidades básicas”, a preocupação por indicadores agregados de crescimento econômico constitui uma condição sem dúvida necessária, mas claramente insuficiente para uma avaliação multidimensional da eficácia do processo modernizador. Isto porque o fomento deste processo carrega em si uma dimensão ética e qualitativa que se exprime em opções por *projetos de sociedade*, dimensão esta ausente da lista de indicadores macroeconômicos disponíveis e, especialmente, daqueles que medem o volume e as taxas de crescimento do PNB.

Deste ponto de vista, um elevado índice de crescimento material pode coexistir com uma dinâmica perversa de “*mal-desenvolvimento*”: um tipo de crescimento construído através da desigualdade social e da destruição progressiva tanto do substrato biofísico da vida social quanto da capacidade de autodeterminação e iniciativa criadora das populações. Ao mesmo tempo, como nos mostra Sachs, a poluição gerada pela miséria exprime uma manifestação particularmente virulenta de degradação do meio ambiente natural e construído (Sachs, 1979; 1980, pp. 30-5; Sigal, 1977).

O *segundo postulado* (autonomia ou *self-reliance*) pode ser entendido como busca de um maior grau de controle dos aspectos cruciais do processo de desenvolvimento mediante a ação da sociedade civil organizada. Atribui-se portanto às comunidades em âmbito local, microrregional ou regional um potencial a ser canalizado para maximizar a utilização de recursos disponíveis, num horizonte de respeito às suas tradições culturais e sem incorrer com isso em auto-suficiência ou isolacionismo. Ao nível internacional, questiona-se o agravamento das assimetrias de poder atualmente sentidas nas relações Norte-Sul (Sachs *et al.*, 1981, pp. 43-135).

No setor específico do fomento ao desenvolvimento científico-tecnológico, o componente essencial de uma estratégia baseada na autonomia seria a instalação de uma capacidade para gerar e colocar em ação os produtos científico-tecnológicos que um

processo decisório *participativo* seleciona para serem supridos com recursos (financeiros, institucionais e técnicos) tanto locais quanto externos. Esta estratégia demandaria um esforço de combinação de tecnologias as mais diversas do ponto de vista da intensidade em capital e trabalho, de forma a permitir um padrão de uso multiforme e sinérgico dos recursos de cada ecossistema.

O *terceiro postulado* (harmonia sociedade-natureza) pressupõe, finalmente, o abandono do padrão arrogante de relacionamento com o meio ambiente biofísico instaurado pela modernidade à luz do reducionismo econômico. Sugere o aprendizado de um padrão alternativo, pautado pela relação de *simbiose com a natureza*. A busca de respeito à dinâmica de equilíbrio ecossistêmico e às necessidades de sobrevivência e evolução das gerações atuais e futuras alia-se, aqui, à consideração atenta e cientificamente competente dos imperativos de viabilidade econômica.

O abandono de uma perspectiva economicista-predatória implica a valorização de um tipo de sensibilidade ecológica que incorpora o interesse pela manutenção de uma produtividade sustentada dos ecossistemas. Isto encoraja a formulação de propostas criativas de solução de problemas ligados à transformação de elementos do meio ambiente em recursos econômicos efetivos, preservando-se ao mesmo tempo a *diversidade biológica e cultural*. Do ponto de vista de Sachs, a dinamização de sistemas produtivos — a exemplo de unidades de exploração agrícola, unidades industriais, aglomerações urbanas, ou uma combinação das mesmas — passa a ser concebida à imagem de ecossistemas, ou seja, “fechando-se sempre que possível os circuitos de *feedback* e promovendo-se sistematicamente a *complementariedade* entre diferentes funções e tipos de atividades” (Sachs, 1984, p. 19). Os ciclos ecológicos tornam-se, portanto, os verdadeiros modelos para um padrão de planejamento alimentado pela pesquisa científico-tecnológica de ponta.

O *quarto postulado*, finalmente, situa a

necessidade de se reavaliar o critério de eficiência econômica com base numa internalização lúcida da questão ligada aos custos sócio-ambientais do processo modernizador.

O tão discutido relatório “Nosso Futuro Comum”, proposto pela Comissão Brundtland, em 1987, como mais um indicador da fragilidade política das tentativas de inflexão das tendências “pesadas” do industrialismo, não acrescenta modificações substanciais a esta conceituação. Teve, entretanto, o mérito de reaquecer a discussão, em escala internacional, sobre a caracterização precisa do critério de sustentabilidade (Sachs, 1980, 1986a, 1986b, 1991; Sachs *et al.*, 1981; Godard e Sachs, 1975; Godard, 1981; Dag Hammarskjöld Foundation, 1975).

III. Mapeamento da Produção por Disciplina

III.1. Sociologia

A revisão das contribuições associadas ao campo da Sociologia permitiu identificar as seguintes áreas temáticas: análise do movimento ecologista; avaliação de impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento; educação, participação e meio ambiente e repercussões da problemática ambiental no campo teórico-metodológico da Sociologia.

a) Análise do movimento ecologista

A natureza da crise sócio-ambiental no Brasil, bem como a composição social, o perfil geral de atuação, os fundamentos político-ideológicos, os processos de institucionalização e as repercussões culturais e políticas do movimento ecologista enquanto expressão dos chamados “novos movimentos sociais” foram analisados, de sua gênese até 1986, por Viola (1987a), Pádua (1987), Minc (1985) e Gabeira (1985 e 1986).

Mais recentemente, Viola (1988) e Viola e Leis (1990) estenderam o escopo dessas análises ao contexto latino-americano e mundial. No caso específico de Viola, sua tentativa de assinalar o desenvolvimento da fase “ambientalista-conservacionista” do ecologismo brasileiro na direção de uma opção “ecopolítica”, a partir de 1986, levantou

uma série de novas questões ligadas à constituição de uma estrutura partidária. Este aspecto foi retomado por Pádua (1989), interessado em elucidar os condicionantes histórico-sociológicos da gênese e as tendências de evolução do Partido Verde do Brasil.

Outros autores focalizam a dinâmica do movimento ecologista em contextos regionais e urbanos. O papel do ecologismo enquanto expressão de interesses de setores médios na transformação do tecido social nos municípios de São Paulo, Florianópolis e Rio de Janeiro, por exemplo, foi investigado por Antuniassi (1989), Viola e Boeira (1990) e Ribeiro (1989).

Finalmente, como parte de um projeto de mapeamento e avaliação crítica de movimentos sociais urbanos e rurais no Brasil, Scherer-Warren (1990) começa a tematizar as articulações que se estabelecem entre organizações ecologistas na Região Sul do país.

b) Avaliação de Impactos Sócio-Ambientais de Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento

Cardoso (1980) apresentou uma crítica ao modelo brasileiro de desenvolvimento concentrando-se em questões ligadas à natureza da crise energética, ao fenômeno da urbanização acelerada e à expansão das fronteiras agrícolas. O trabalho é importante na medida em que aponta diretrizes para a visualização de um modelo alternativo.

Uma crítica global do desenvolvimento brasileiro a partir da experiência com grandes projetos de engenharia na Região Amazônica aparece também em Monosowski (1983), Costa (1987) e Salati *et al.* (1983). Ainda desta perspectiva, mas assumindo mais decididamente a ótica dos estudos de ecodesenvolvimento, vários trabalhos de orientação sociológica foram dedicados à compreensão da natureza dos impactos da ocupação urbano-industrial sobre comunidades de pequenos produtores, pescadores artesanais e agricultores que habitam ecossistemas litorâneos em várias regiões do país (Diegues, 1983, 1987 e 1990; Oliveira e Ribeiro Neto, 1989; Cunha, 1989; Ramalho Filho, 1983).

A gênese e a dinâmica da reação popular ao programa de construção de barragens hidroelétricas na bacia do rio Uruguai, reação esta consubstanciada na criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB, foi tematizada por Scherer-Warren e Reis (1986 e 1988) e por Scherer-Warren (1988).

No domínio da Sociologia do Meio Ambiente Rural, começam a se desenvolver, no âmbito do Programa de Mestrado em Sociologia Política da UFSC, novos eixos de pesquisa sobre percepções, valores e atitudes de trabalhadores rurais no que diz respeito ao uso de modernas tecnologias agrícolas (Guivant, 1989). O papel das inovações sócio-institucionais do movimento cooperativista, visto no contexto das pesquisas sobre ecodesenvolvimento, pode ser encontrado em Chonchol (1982). Por sua vez, Thiollent (1984) critica, na ideologia da modernização agrícola subjacente ao modelo difusionista, sua capacidade limitada de antecipação de efeitos contra-intuitivos de natureza sócio-ambiental. O autor explora ao mesmo tempo um perfil alternativo de gestão tecnológica, compatível, em princípio, com o enfoque de ecodesenvolvimento. Finalmente, Zahler (1988) relaciona conservação ambiental e reforma agrária, demonstrando a interdependência profunda entre as duas problemáticas e apontando diretrizes para uma política alternativa para o país.

c) Educação, Participação e Meio Ambiente

Os trabalhos recenseados sob esta rubrica focalizam principalmente propostas de internalização da problemática ambiental em cursos de graduação e pós-graduação (Hogan, 1990a; Sobral, 1990; Viola e Boeira, 1990), o papel da educação ambiental numa política de reorientação do desenvolvimento microrregional e comunitário (Cunha, 1990; Demo, 1985; Vieira e Kleba, 1991; Antuniassi, 1988), e implicações de diferentes tipos de representação do conceito de meio ambiente nas práticas cotidianas de ensino de ciências em escolas públicas de São Paulo (Reigota, 1990 e 1991). A contribui-

ção de Reigota torna-se especialmente interessante na medida em que reconhece que os programas oficiais para a iniciação científica de crianças situadas na faixa etária de 10 a 12 anos focalizam em primeira linha os aspectos biofísicos do meio ambiente. Segundo este autor, a análise de representações sociais da problemática ambiental junto ao corpo docente constitui um pressuposto indispensável à criação e institucionalização de programas de educação ambiental sensíveis à importância de variáveis socioculturais e políticas.

d) Repercussões da Problemática Ambiental no Campo Teórico-Methodológico da Sociologia

Referências à necessidade de constituição de um “paradigma inter e transdisciplinar” para as Ciências Sociais, em face dos novos desafios criados pela problemática do meio ambiente, foram encontradas em autores que trabalham em sociologia política e sociologia do desenvolvimento: Thiollent (1982), Ramos (1981), Viola (1987b), Vieira (1989a), Diegues (1988) e Diegues e Sales (1988).

III.2. Demografia

No conjunto das análises sócio-demográficas, agrupadas numa única área temática intitulada desenvolvimento, dinâmica demográfica e meio ambiente, os trabalhos de Martine (1989) e de Martine e Magno de Carvalho (1989) destacam-se pelo fato de sugerirem as inconsistências e o reduzido poder explicativo de uma linha “neomalthusiana” de argumentação, que trata a dinâmica população-meio ambiente como uma simples questão de impactos lineares do crescimento demográfico sobre a utilização de recursos naturais não-renováveis. Os autores enfatizam que a problemática ligada à redistribuição da população sobre o espaço tornou-se atualmente tão decisiva a ponto de constituir uma das prioridades no rol da agenda sócio-ambiental brasileira para a década que se inicia.

Cabe também uma referência especial às investigações focalizando o processo de

ocupação agrícola e de urbanização na Amazônia produzidas por Sawyer (1987), Sawyer *et al.* (1979 e 1990), Martine e Turchi (1990) e Torres (1988). Todos eles vinculam-se atualmente ao Instituto Sociedade, População e Natureza, organismo de pesquisa e documentação independente, fundado em 1990, em Brasília, como contribuição à pesquisa de estratégias de desenvolvimento sustentável no país.

No contexto da Região Sudeste, a realidade do município de Cubatão (SP) vem sendo focalizada em estudos de percepção da qualidade sócio-ambiental realizados junto ao Núcleo de Estudos de População da Unicamp, sobretudo por Hogan (1988a, 1988b e 1990b) e Costa Ferreira (1988). Por sua vez, Guilherme (1982, 1987a e 1987b) avalia os efeitos da implantação do pólo industrial de Cubatão nas condições gerais de organização urbana (saúde, transporte e habitação).

III.3. Ciência Política

Neste campo foram isoladas as seguintes áreas temáticas: avaliação de impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento e de gestão ambiental; ecologia e relações internacionais; educação, participação e meio ambiente; e, finalmente, repercussões da problemática ambiental no campo teórico-metodológico da Ciência Política.

a) Avaliação de Impactos Sócio-Ambientais de Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento e de Gestão Ambiental

O tema da avaliação de políticas públicas de desenvolvimento regional e urbano em sentido amplo concentra, sem dúvida, o maior número de contribuições na bibliografia consultada.

Críticas ao desenvolvimento “modernizante” da agricultura brasileira, aliadas a um esforço de se repensar a dinâmica do processo segundo alternativas compatíveis com o enfoque do ecodesenvolvimento, podem ser encontradas em Graziano Neto (1986) e em Martine e Garcia (1987). A política de gestão de recursos naturais é focali-

zada por Almeida Jr. (1986), Costa (1985), Costa *et al.* (1987), Leal (1982), Procópio (1990b), Salati *et al.* (1983) e Sawyer *et al.* (1979). Críticas à política energética que incorporam o desenho de cenários alternativos baseados na “prudência ecológica” orientam as contribuições de Bautista Vidal (1987), Boa Nova (1985 e 1987) e Girotti (1984).

Dowbor (1990) e Neder (1990b) levantam a questão da internalização da problemática ambiental no campo do planejamento do desenvolvimento urbano, acentuando o aspecto da participação comunitária.

Pressupondo que os estudos sistemáticos de viabilidade (sócio-econômica, político-institucional e cultural) de estratégias alternativas de desenvolvimento regional capazes de assegurar a internalização de variáveis sócio-ambientais permanecem incipientes na literatura especializada, Vieira (1989a) identifica, de forma exploratória, o “mal-desenvolvimento” no Estado de Santa Catarina e extrapola daí considerações sobre o potencial disponível, os obstáculos mais expressivos e as implicações prováveis de uma reorientação do processo segundo as diretrizes básicas do enfoque de ecodesenvolvimento. O texto situa este enfoque como tributário de uma visão sistêmica de sociedade e tenta mapear os aportes em termos de recursos científico-tecnológicos necessários à efetivação de uma política de ecodesenvolvimento regional consistente.

Rattner (1989) enquadra a avaliação de impactos de políticas recentes de desenvolvimento tecnológico no contexto dessa mesma preocupação em explicitar a natureza e as precondições de viabilidade de um novo padrão de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente prudente e politicamente participativo.

Guimarães (1986) e Coelho *et al.* (1984) avaliam o processo de formulação e implementação de políticas ambientais, relacionando-o sistematicamente aos reflexos dos diversos planos de desenvolvimento sócio-econômico e de capacitação científico-tecnológica implantados no país. Sintetizando a experiência acumulada até esta data, os

autores defendem a hipótese de que a solução de problemas de natureza sócio-ambiental passa necessariamente pela modificação das opções políticas, nos planos interno e externo, no sentido do questionamento do atual modelo de desenvolvimento.

Dando continuidade a suas análises anteriores sobre a efetividade das políticas de saúde pública no município de Rio Claro (SP), datadas de 1988, Ferreira (1989) contempla a emergência e a dinâmica de atuação das agências estatais de gestão do meio ambiente no Estado de São Paulo.

No campo específico da pesquisa de metodologias de avaliação de impactos sócio-ambientais, a revisão bibliográfica permitiu a identificação das seguintes problemáticas: formação de indicadores de qualidade ambiental em áreas urbanas (Guimarães, 1984), desenvolvimento da técnica de simulação por computador como instrumento de pesquisa e de planejamento sistêmico de estratégias de ecodesenvolvimento regional e urbano (Vieira, 1990) e avaliação de condições de utilização de relatórios de impacto ambiental (Rimas) em países em desenvolvimento (Monosowski, 1986, 1989a e 1989b; Sanchez, 1987).

b) Ecologia e Relações Internacionais

Partindo de um diagnóstico sumário da crise do meio ambiente ao nível planetário, Viola e Leis (1990) concentraram-se na avaliação do papel do ecologismo na modificação das relações Norte-Sul, extrapolando, através de cenários prospectivos, as alternativas de evolução para a década de 90. Questões ligadas à preservação do estatuto de soberania da Antártida em face dos interesses estratégicos das grandes potências, bem como à compreensão da natureza dos processos predatórios em curso na Amazônia, vêm sendo tratadas por Leis (1989 e 1990a). Os fatores exógenos que influenciam o processo de “mal-desenvolvimento” na Amazônia foram também enfatizados recentemente por Procópio (1990b) na Universidade de Brasília.

Discussões preliminares sobre as precondições de viabilidade política de um “parlamento mundial” foram iniciadas por Mau-

rício Andrés Ribeiro (1987) na Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte. Da perspectiva deste "anteprojeto" de constituição de um federalismo planetário, o autor analisa propostas de equacionamento de uma série de questões ligadas à gestão ambiental, política econômica e segurança nacional. Sua conceituação de "ecossegurança" encontra ressonância no trabalho de Medeiros (1987). O tema da imposição, pelos países do hemisfério Norte, de uma "ordem ecológica internacional" desfavorável à dinâmica de evolução dos países em desenvolvimento está presente em Pericás Neto (1989) e Silva (1987). De uma perspectiva que integra fatores político-econômicos e jurídicos, os problemas ligados às condições de apropriação dos fundos marinhos foram investigados por Caubet (1979). Finalmente, os desafios colocados aos sistemas de planejamento pelas perspectivas de agravamento do "efeito estufa" ao nível biosférico foram objeto das reflexões de Maimon (1990) no Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente da UFRJ.

c) Educação, Participação e Meio Ambiente

Os pressupostos e implicações de uma política de educação ambiental capaz de subsidiar o esforço de planejamento e implementação de estratégias de ecodesenvolvimento regional foram explicitados por Vieira e Kleba (1991). Os autores basearam-se, para tanto, num diagnóstico das limitações do atual modelo de educação ambiental conservacionista predominante no Estado de Santa Catarina.

Por outro lado, buscando uma compreensão mais acurada de fenômenos de participação política sob a crise do modelo convencional de desenvolvimento urbano-industrial no país, Neder (1988 e 1990b) realizou estudos de caso em municípios do interior do Estado de São Paulo.

d) Repercussões da Problemática Ambiental no Campo Teórico-Metodológico da Ciência Política

Com base num mapeamento das principais linhas de pesquisa que vêm sendo desenvolvidas na interface Biologia/Ciência Po-

lítica (*Bio-politics*), Vieira (1990) apresentou uma tentativa de delimitação e fundamentação do domínio da ecologia política. O autor entende esta área de hibridização disciplinar como a derivação mais recente da ecologia humana, atribuindo-lhe o potencial de integrar as temáticas mais frequentemente trabalhadas na literatura técnica sobre a dimensão política dos problemas ambientais (estudos de percepção, atitudes e valores; análise do movimento ambientalista; avaliação de políticas ambientais e estudos de caráter epistemológico). Neste trabalho, Vieira defende a idéia de que o projeto de base da ecologia política deve apontar no sentido de duas operações complementares de pesquisa sistêmica: avaliação de impactos sócio-ambientais do processo de desenvolvimento e prospecção de alternativas de ecodesenvolvimento.

Viola (1987a e 1988) e Pádua (1987 e 1989), por outro lado, têm associado o desenvolvimento da ecologia política sobretudo à busca de uma compreensão cada vez mais profunda da dinâmica do ecologismo enquanto movimento social. Através do estudo da formação social brasileira, Guimarães (1988a) acentua, por sua vez, a hipótese de que os modos de apropriação dos recursos naturais e do *habitat* podem revelar as características mais estruturais do sistema político, da mesma forma que o exame dos principais componentes dos sistemas de dominação desvela o conteúdo real e as limitações de políticas específicas nessas áreas.

III.4. Antropologia

Na Antropologia as contribuições estão subsumidas numa única área temática: avaliação de impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento. Os trabalhos contemplam avaliações de impacto ambiental de grandes projetos de engenharia, análises de estratégias alternativas de desenvolvimento em ecossistemas litorâneos e estudos voltados para o tratamento de problemas de sobrevivência em comunidades indígenas.

Impactos de natureza sócio-econômica, social-psicológica e político-cultural decor-

rentes da construção de barragens hidroelétricas nas regiões Amazônica, Nordeste e Sul-Sudeste foram considerados por Sigaud (1984 e 1990) no Museu Nacional; por Santos e Nacke (1988), Werner (1985 e 1988) e Langdon e Nacke (1987) no Programa de Mestrado em Antropologia Social da UFSC; e por Pandolfi (1989). Efeitos mais específicos como *stress* psicossociológico, desorganização de laços sociais, indenizações injustas de bens materiais apropriados e descapitalização ecológica junto a comunidades indígenas foram aprofundadas por Santos e Andrade (1988), Santos e Nacke (1988), Vidal (1983, 1986 e 1989) e Werner (1984). As contribuições, a de Werner (1988) e Werner *et al.* (1979), bem como as de Coimbra Jr. (1985a e 1985b, 1987, 1988a e 1988b) e Silva (1991), estão associadas a um padrão de pesquisas ecológico-humanas voltadas para a identificação de estratégias alternativas de desenvolvimento regional. Cabe destacar, ainda, que as contribuições de Coimbra Jr. vêm estimulando uma melhor visualização institucional da pesquisa epidemiológica junto a grupos indígenas brasileiros.

No domínio das investigações em etnobiologia, congregando subitens como etnopedologia, etnobotânica, etnozootologia e etnoecologia, a realidade dos complexos ecossistemas amazônicos tem sido investigada por Darrell A. Posey e Warwick Kerr, na Universidade Federal do Maranhão; Elaine Elisabethsky, na Universidade Federal do Pará; Janet M. Chernela, no INPA em Manaus; e por George Zarur. Alguns dos trabalhos desses autores foram reunidos, por iniciativa de Darcy Ribeiro (1987) numa edição atualizada de textos considerados clássicos integrantes do acervo do *Handbook of South American Indians no período de 1945 a 1950*. Deste domínio de investigação ainda incipiente entre nós espera-se a geração de conhecimentos sobre percepções e representações do meio ambiente presentes nas estratégias de sobrevivência de grupos indígenas atualmente ameaçados de extinção. Em Posey (1983a, 1983b, 1987 e 1988) dispomos de valiosos subsídios para a incorpo-

ração da sabedoria ecológica de grupos tradicionais no campo de planejamento de práticas alternativas de desenvolvimento. Por outro lado, enquanto promotor de um movimento de sistematização teórica e metodológica dos progressos alcançados pela disciplina de Ecologia Humana, Morán (1981, 1982, 1983 e 1990) tem se concentrado num padrão de análise da diversidade biológica e cultural de ecossistemas amazônicos que resgata a importância da pesquisa etnobiológica. Finalmente, em Neves (1989) esta temática foi enfocada a partir de contribuições apresentadas no seminário *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*, promovido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 1987.

No Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UnB, Gustavo Lins Ribeiro (1982) examinou as repercussões sócio-ambientais da construção de Brasília e de suas cidades satélites. Seus trabalhos mais recentes contemplam a avaliação dos efeitos de grandes projetos de engenharia numa perspectiva analítica própria da antropologia econômica (Ribeiro, G.L., 1987).

Avaliações do impacto social de projetos de mineração e de exploração agroindustrial estão incluídas nos trabalhos de Moura e Maia (1990) e Tude (1990).

No campo dos diagnósticos de ecossistemas litorâneos, as investigações de Beck (1983), Loureiro (1985), Teixeira e Teixeira (1986), Cunha *et al.* (1989) e Lima (1984) podem ser vistas como importantes subsídios ao acervo que vem sendo acumulado no processo de implementação do Projeto de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil (IOUSP/Fundação Ford/UICN), na USP, sob a competente coordenação do Prof. Antonio Carlos Diegues.

III.5. Geografia Humana

As contribuições associáveis a esta disciplina foram agrupadas em três áreas: avaliação de impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento; análise espacial e planejamento; e repercussões da problemática ambiental no campo teórico-metodológico da Geografia.

a) Avaliação de Impactos Sócio-Ambientais de Políticas, Programas e Projetos de Desenvolvimento

A maioria dos trabalhos tematiza a questão da degradação sócio-ambiental em curso na Amazônia. O processo de ocupação do território e as migrações internas, os padrões dominantes de gestão de recursos naturais e a análise dos problemas ligados ao reassentamento de populações em face do processo de construção de barragens na região foram considerados no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos — NAEA, do Departamento de Geociências da UFPA, sobretudo por Mougeot (1981, 1983 e 1986) e Aragon e Mougeot (1986). Outras contribuições de peso podem ser encontradas em Becker (1982), Hébette (1988), Oliveira (1984), Salati *et al.* (1983), Valverde e Freitas (1980), Valverde (1981) e Piquet (1990).

No Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, Fearnside (1982, 1984, 1985, 1989a e 1989b) vem realizando esforços substanciais visando um melhor entendimento das causas, dinâmica e conseqüências sócio-econômicas dos processos predatórios em andamento na região, agregando ao cerne de suas preocupações a análise prospectiva (e sistemicamente orientada) de alternativas de desenvolvimento regional e urbano.

Sevá Filho (1989) conduziu uma pesquisa-inventário dos grandes projetos de desenvolvimento energético na Região Amazônica, acentuando a questão dos riscos tecnológicos inerentes ao processo de expansão capitalista mas sem aprofundar a delimitação de alternativas.

Impactos de atividades mínero-industriais e agropastoris foram avaliados por Leal (1982), Hébette (1986 e 1990) e Moura e Maia (1990). Esses trabalhos focalizam principalmente o Projeto Albrás-Alunorte.

Como foi ressaltado anteriormente, Coelho *et al.* (1984) produziram um levantamento dos problemas ambientais surgidos ao longo do processo modernizador no país desde a década de 60. Neste inventário, focali-

zam as tentativas de incorporação gradual da problemática ambiental nos planos nacionais de desenvolvimento (inclusive aqueles ligados ao fomento do sistema científico-tecnológico).

b) Análise Espacial e Planejamento

O direcionamento da análise da organização espacial visando à formulação de políticas alternativas de desenvolvimento foi tematizado a partir de vários ângulos no período 1980-1990. Valverde (1979) ilustra o padrão de organização do espaço associado ao processo de colonização na faixa da rodovia Transamazônica, sugerindo ao mesmo tempo medidas corretivas pertinentes. Penteado-Orellana (1981 e 1982) tenta reavaliar a noção de cultura à luz dos fatores ligados à organização espacial, sugerindo ao mesmo tempo uma ampla renovação conceitual-metodológica da disciplina da Geografia.

No domínio da metodologia de planejamento, Negret (1982) oferece uma proposta de uso do ecossistema como unidade básica para se traçar uma política alternativa de ocupação do espaço regional. Segundo a proposta de zoneamento defendida pelo autor, a sustentabilidade ecológica do processo de desenvolvimento regional passa a se constituir na diretriz central do trabalho de planejamento.

Numa perspectiva de análise da variável espacial compatível com uma política de pesquisa integrada de estratégias regionais de ecodesenvolvimento, foram considerados os contextos do cerrado (Mourão, 1981) e da região litorânea do Estado de Alagoas (Ramalho Filho, 1983). Por sua vez, Lago (1986 e 1988) ilustra, a partir da experiência do Estado de Santa Catarina, as possibilidades de internalização da problemática ambiental no campo da Geografia Humana. Finalmente, Ogata (1983) e Rolando Berrios (1986) concentraram-se nas interdependências criadas recentemente entre tratamento de resíduos, gestão do espaço e organização comunitária no contexto do Estado de São Paulo.

c) Repercussões da Problemática Ambiental no Campo Teórico-Metodológico da Geografia

Na qualidade de especialistas em Geo-

ciências, Moraes (1986), Gonçalves (1987 e 1990), Lago (1988) e Santos (1986) têm oferecido subsídios para a visualização das limitações de uma excessiva compartimentação disciplinar do campo das ciências humanas e sociais, num contexto de agudização dos problemas de natureza estrutural da sociedade brasileira.

III.6. Economia

Os trabalhos neste campo foram agrupados numa mesma área temática: avaliação de impactos sócio-ambientais de políticas, programas e projetos de desenvolvimento e gestão ambiental.

Uma das primeiras incursões sistemáticas na área da economia do meio ambiente no Brasil, realizada com objetivos de assessoramento do processo de formulação de políticas, foi realizada por Araújo (1979). Mais recentemente, Ely (1988) produziu um novo manual histórico sistemático, onde a realidade sócio-ambiental brasileira é focalizada no contexto da evolução da teoria econômica e onde os desafios colocados ao controle político do processo de degradação do país são contrastados com algumas experiências em países do Primeiro Mundo.

A incorporação gradual da Região Amazônica no mercado capitalista internacional, implicando o surgimento de projetos minero-industriais e agropastoris de grande vulto, vem sendo investigada por Hebette (1986, 1987 e 1988). No Nordeste, os custos sócio-ambientais dos programas de irrigação nos vales do baixo e médio São Francisco têm concentrado as atenções de Barros (1984, 1985a, 1985b e 1987) na Fundação Joaquim Nabuco, bem como de Pimentel Filho (1988). Este último dedica-se à avaliação dos impasses criados pelo projeto de reassentamento das populações atingidas pela construção da usina de Itaparica.

No campo do planejamento agrícola, Romeiro (1981 e 1982), Romeiro e Abrantes (1981) e Graziano Neto (1986) buscaram corroborar a hipótese de que a degradação do meio ambiente natural, a gestão inadequada dos recursos energéticos e o fraco desempenho da produtividade da agricultura

brasileira constituem aspectos interligados de um padrão oficialmente sancionado de "mal-desenvolvimento" sócio-econômico.

Do conjunto dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia/Área Interdisciplinar de Energia — COPPE/AIE desde 1981 cabe destacar, inicialmente, as avaliações do impacto sócio-ambiental da indústria de petróleo feitas por Barcelos (1987). A análise do binômio energia/estilo de desenvolvimento, com destaque para questões ligadas às condições de viabilidade de sistemas integrados de produção de alimentos, energia e produtos agroindustriais, está presente nos trabalhos de La Rovere (1981 e 1989), La Rovere *et al.* (1985), La Rovere e Tolmasquim (1985), Oliveira e La Rovere (1985), Rosa (1981a e 1984), COPPE/AIE (1986) e Finep/UNDP/Unesco (1984). Quanto aos impactos sócio-ambientais de projetos hidroelétricos e usinas nucleares no Brasil, destacam-se as contribuições de Rosa (1981b, 1984, 1985 e 1986), Rosa e Mielnik (1988), Schaeffer (1987), Rosa e Cecchi (1984), Rosa e Hesles (1984) e Magrini (1986).

Além dos trabalhos realizados na COPPE/AIE, merecem atenção as contribuições de Maimon, Sachs e Tolmasquim (1987), Arruda de Albuquerque (1985) e Bautista Vidal (1987) para a compreensão da dinâmica de implantação e desenvolvimento do Programa Pró-Álcool e das perspectivas de fomento, no país, de uma política de valorização econômica de recursos de biomassa (bioindustrialização descentralizada).

Reflexões sobre o processo de desenvolvimento tecnológico brasileiro no contexto das transformações por que passa a economia internacional nas últimas décadas, onde se tenta explicitar ao mesmo tempo as grandes orientações de um novo padrão de crescimento e de um novo projeto de sociedade capazes de responder também aos desafios suscitados pela eclosão da problemática ambiental, podem ser encontradas, finalmente, em Furtado (1980 e 1987), Rattner (1980,

1987 e 1989), Boa Nova (1985 e 1987) e Benakouche (1982 e 1984).

IV. Lacunas de Conhecimento e Subsídios para o Fomento da Pesquisa Sócio-ambiental

Esta sistematização preliminar da bibliografia revela a concentração do esforço de pesquisa numa área temática dominante: a avaliação de impactos sócio-ambientais da dinâmica de desenvolvimento sócio-econômico em várias regiões do país. A análise dos custos sócio-ambientais da acumulação capitalista permeia o trabalho desenvolvido em todas as disciplinas no período considerado. Do conjunto das regiões investigadas, a Amazônia tem polarizado sensivelmente o interesse dos pesquisadores.

O tratamento teoricamente consistente de questões ligadas ao fortalecimento da capacidade de barganha política de setores organizados da sociedade civil emerge na literatura praticamente apenas a partir de 1986. Nos últimos anos, entretanto, começam a proliferar trabalhos sobre as oportunidades e impasses do ecologismo, o papel ambíguo desempenhado pelas agências estaduais de controle da degradação ambiental e a internalização das preocupações com o meio ambiente nas práticas educacionais.

A consciência da necessidade de reordenamento interdisciplinar das Ciências Sociais visando um enfoque não-reducionista da problemática ambiental encontra-se também bastante disseminada entre os vários grupos de pesquisadores. A análise da produção revela, entretanto, que o nível da reflexão epistemológica permanece ainda muito ensaístico e nitidamente aquém das necessidades prementes de operacionalização efetiva de enfoques interdisciplinares, tanto no plano do conhecimento teórico quanto no da intervenção social e política. São escassos os trabalhos que tematizam o paradigma sistêmico como um recurso indispensável à integração teórica do campo da ecologia humana e à viabilização de uma política ambiental orientada por uma visão antecipativa-preventiva e não simplesmente remedial.

Cabe ressaltar, finalmente, que a ênfase

concedida pelos pesquisadores consultados a estudos de diagnóstico de impactos destrutivos contrasta com a escassez de estudos de viabilidade de estratégias alternativas de desenvolvimento. Apesar das referências frequentes à necessidade de se incorporar a problemática ambiental na elaboração de planos de desenvolvimento em cada área setorial específica, a avaliação das condições sócio-econômicas, político-institucionais e mesmo culturais, a partir das quais propostas de ação alternativas poderiam se tornar realidade, absorve apenas uma parcela minoritária da atividade de pesquisa no país. A avaliação do conteúdo dos trabalhos revela também uma defasagem considerável na recepção crítica da bibliografia de ponta produzida internacionalmente desde meados de 70 no campo da teoria do desenvolvimento ecossustentável e de suas estruturas de planejamento.

Um dos principais desafios à organização de um campo de pesquisa sócio-ambiental integrado e capaz de evolução cumulativa consistiria, a meu ver, em se identificar, inicialmente, as principais lacunas de conhecimento teórico e metodológico existentes para se definir, em seguida, as orientações gerais pertinentes a uma política de longo prazo. Em face das limitações do texto aqui apresentado, as considerações que se seguem terão um caráter necessariamente esquemático e exploratório.

1) Na área da pesquisa *teórico-metodológica*, uma das lacunas mais significativas estaria ligada ao uso incipiente da abordagem sistêmica, vista sobretudo como uma metodologia de tratamento anti-reducionista dos fenômenos sócio-ambientais. As implicações mais interessantes do sistemismo vinculam-se, aqui, aos impulsos que ele gera para a maturação de uma abordagem integrada das diversas subdisciplinas isoladas que compõem atualmente o campo da Ecologia Humana. Em termos de impulsos metodológicos, o sistemismo resgata a análise prospectiva como recurso virtualmente indispensável à pesquisa de formas alternativas de regulação político-institucional, baseadas na consideração dos custos sócio-ambientais de lon-

go prazo da atividade de modernização sócio-econômica. Nesse sentido, permite pressupor que o trabalho de planejamento corre o risco de se tornar disfuncional se não estiver apoiado simultaneamente em estimativas confiáveis da eclosão de impactos destrutivos e de repercussões prováveis da introdução de cursos alternativos de ação sobre o meio ambiente e a qualidade de vida.

Quanto aos impulsos de natureza teórica, o enfoque sistêmico pode contribuir para melhorar nossa compreensão dos processos de transformação de sistemas ecossociais capazes de engendrar prejuízos sócio-ambientais mais ou menos irreversíveis. Esta compreensão mais abrangente envolveria uma maior lucidez na identificação de pontos de estrangulamento estruturais e na consideração do leque de opções que se abrem à ação de grupos sociais portadores de um potencial de inovação. A importância concedida à ação transformadora de grupos sociais dinâmicos corresponde, nesse caso, a uma visão não-determinista desse tipo de sistema e ao reconhecimento da importância das variáveis sócio-políticas e culturais sobre sua dinâmica evolutiva.

Além da necessidade de uma incursão mais conseqüente no campo da análise sistêmica, a pesquisa empreendida permite identificar a necessidade de se estimular a pesquisa de *indicadores de qualidade sócio-ambiental* que possam ser considerados compatíveis com uma abordagem *estrutural* das causas da problemática ambiental. O controle das readaptações sociais que se fazem necessárias à confrontação da problemática ambiental dependerá não só de diagnósticos precisos sobre a natureza e a magnitude dos impactos atualmente sentidos, mas também de parâmetros que configurem um novo patamar de funcionamento dos sistemas ecossociais, onde sejam minimizados os focos estruturais de problemas sócio-ambientais. Do refinamento desses indicadores dependerá, acredito, o surgimento de respostas políticas capazes de transcender a ideologia conservacionista e evoluir do nível *ex post* das medidas paliativas de controle de índices de poluição e criação de áreas de preservação per-

manente para o nível *ex ante* que corresponde à criação de um novo estilo de desenvolvimento de sistemas sócio-econômicos e tecnológicos.

2) Uma segunda área deficitária na pesquisa sócio-ambiental brasileira diz respeito à abordagem da natureza das relações entre processos de percepção da problemática ambiental e processos de aprendizagem social que implicam modificações efetivas de comportamento. Dada a urgência de um redirecionamento das políticas ambientais num sentido antecipativo-preventivo, seria de especial importância conhecer melhor como se dão as percepções da problemática ambiental em diferentes segmentos sociais e como os atuais estilos de consumo, interação social e participação política poderiam ser inflexionados no sentido da criação de hábitos consistentes com um novo projeto de civilização.

3) A evolução da pesquisa sócio-ambiental no Brasil está exigindo, finalmente, um tipo especial de *análise integrada de sistemas regionais* que possa subsidiar a criação de estratégias consistentes de ecodesenvolvimento. Acredito que o desafio de articular os pesquisadores em torno de projetos comuns, no contexto de uma rede nacional de intercâmbio de informações e experiências, poderia ser confrontado *principalmente* através da consolidação desse padrão de análise interdisciplinar articulado à ação experimental.

A *gestão da complexidade* constitui, entretanto, o principal obstáculo a ser enfrentado pelos analistas e planejadores de novas estratégias socialmente justas, economicamente viáveis, ecologicamente prudentes e politicamente emancipadoras de desenvolvimento regional. As formas através das quais projetos de intervenção afetam o meio ambiente biofísico e construído são de captação difícil, na medida em que ao elevado número de fatores envolvidos somam-se o caráter não-linear de suas inter-relações e os efeitos contra-intuitivos decorrentes da busca de integração e auto-regulação do conjunto assim criado. Modificações no funcionamento de um fator acabam acarretando reações em cadeia que conferem à dinâmica do sistema

tendências inesperadas: surgimento de novos problemas em outros setores, criação de desequilíbrios irreversíveis ou ampliação de tendências destrutivas em sistemas situados em outros contextos geográficos. Esta condição faz do recurso a formas mais rigorosas de análise menos uma questão de preferências pessoais dos pesquisadores e mais um *pré-requisito de eficácia* das intervenções pretendidas.

Os teóricos do enfoque de ecodesenvolvimento parecem conscientes deste desafio, na medida em que reconhecem na *abordagem sistêmica* uma matriz de organização do conhecimento interdisciplinar necessário ao trabalho de planejamento. Na revisão da bibliografia pertinente podem ser encontrados vários indicadores desta abertura ao sistemismo: utilização freqüente de modelos multifatoriais *qualitativos*, envolvendo a exploração criteriosa de interdependências e esquemas de auto-regulação baseados em circuitos de *feedback* (Sachs, 1986a e 1986b); propostas de uma teoria sistêmica do planejamento fundada no conceito de sistema ecossocial (Godard e Sachs, 1975 e 1978); críticas à teoria neoclássica do meio ambiente, inspirada na teoria dos sistemas autônomos (Godard, 1981); e o refinamento do conceito-chave de "sistemas integrados de produção" (Sachs *et al.*, 1981; La Rovere e Tolmasquim, 1985).

Apesar desta tendência, carecemos ainda de um trabalho de fundamentação sistêmica desse enfoque que esteja à altura das exigências colocadas pela pesquisa epistemológica contemporânea. Isto explica, provavelmente, a persistência de uma certa ambigüidade na recepção da metodologia sistêmica *standard* e a inexistência de uma explicação clara e convincente da *imagem-da-sociedade* que lhe é subjacente. Em termos mais concretos, a análise *prospectiva* não tem sido associada com a nitidez necessária ao procedimento metodológico padrão adotado pela Pesquisa de Sistemas. Este perfaz quatro fases *interdependentes* de análise, modelização, simulação e síntese, possibilitando, a partir da base de informações então gerada, a realização de estudos de viabilidade de estraté-

gias específicas de intervenção corretiva (Ropohl, 1978; Vieira, 1990). Por outro lado, cabe acentuar que a natureza e o potencial de uma *teoria sistêmica da sociedade* têm sido interpretados de forma polêmica e muitas vezes contraditória mesmo no âmbito da teoria social contemporânea. As contribuições oriundas da Pesquisa de Sistemas perfazem, infelizmente, um conjunto extremamente diversificado e ainda pouco integrado, dificultando a superação do estereótipo (típico dos meios acadêmicos brasileiros) que as associa às propostas estrutural-funcionalistas e a uma ideologia sócio-política conservadora e tecnocrática.

A credibilidade do enfoque de ecodesenvolvimento junto à opinião pública parece depender também, 15 anos após sua gênese, de um manejo mais lúcido e analiticamente rigoroso de fatores ligados às condições de *viabilidade política* das estratégias sugeridas.

Num certo sentido, as coações próprias às estruturas de poder e à cultura política de uma região parecem definir as margens de liberdade para iniciativas de inovação social. Uma análise mais rigorosa de obstáculos de natureza política, com ênfase na elucidação de fatores ligados à dinâmica institucional que condicionam a viabilização dos projetos, deveria ser incorporada como elemento indispensável do trabalho de concepção e implementação de estratégias regionalizadas.

Um ponto de estrangulamento importante na dinamização do enfoque de ecodesenvolvimento no Brasil parece residir, finalmente, na ênfase excessiva concedida a projetos de desenvolvimento de nível local, onde predominam os esforços de introdução de tecnologias alternativas. Uma insistência exagerada nesta escala de ação pode contribuir para veicular uma imagem deturpada das potencialidades da proposta. Apesar de experiências positivas que acabam por gerar efeitos demonstrativos não negligenciáveis, esta orientação tende a menosprezar a percepção lúcida dos efeitos inibidores exercidos pelos contextos microrregional e regional sobre as condições de sustentação dos proje-

tos. Justifica-se, assim, a legitimidade de uma orientação da política de pesquisa no sentido da adoção de uma escala regional.

A cobertura dessas lacunas pressupõe, certamente, uma série de iniciativas ligadas ao ordenamento do potencial de pesquisa na área. Trata-se, antes de mais nada, de criar, mediante uma política global de fomento, um efeito de sinergia que conduza à formação de *redes de intercâmbio* com instituições que, direta ou indiretamente, alocam recursos na formação e capacitação de equipes interdisciplinares, bem como no desenvolvimento da infra-estrutura de conhecimentos sobre o meio ambiente e sobre a dinâmica de sistemas regionais.

Levando em consideração a natureza interdependente das ações desenvolvidas em diferentes níveis territoriais, do nível nacional ao local, passando pelos níveis regional e microrregional, necessitamos amadurecer, de forma participativa, um conjunto de regras gerais para a fixação de prioridades, a captação conjunta de recursos financeiros e materiais, o apoio a grupos emergentes com reconhecida potencialidade e a ampliação dos processos de transferência efetiva dos resultados das pesquisas para a comunidade.

Trata-se, em síntese, da construção de uma estratégia de *networking* com objetivos simultaneamente acadêmicos e políticos. O efeito de sinergia a ser obtido com a implantação de um efetivo "sistema" de pesquisa básica e aplicada nas Ciências Sociais do Meio Ambiente poderá condicionar, na melhor das hipóteses, uma ampliação estratégica dos fluxos de comunicação entre os diversos grupos sediados nas comunidades científicas, bem como entre grupos de pesquisa, agências de planejamento governamental, representantes do setor produtivo e grupos organizados da sociedade civil. Da participação de novos interlocutores na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento regional e urbano embasadas na pesquisa sócio-ambiental de ponta espera-se, portanto, um avanço expressivo na dinâmica de reorganização institucional do Sistema de Ciência e Tecnologia com vistas à confrontação da problemática ambiental no Brasil.

*Recebido para publicação
em março de 1992*

Bibliografia

- Acevedo, Rosa e Castro, Edna
1990. "Grandes Projetos: Os Trabalhadores e a Construção de Identidades". Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- Almeida Jr., José Maria G. (org.)
1986. *Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.
- Antuniassi, Maria Helena
1988. "Educação Ambiental e Planejamento Microrregional: Ponto de Vista e Proposta de Trabalho". *Ciência e Cultura*, 40(5), pp. 448-51.
1989. "O Movimento Ambientalista em São Paulo: Análise Sociológica de um Movimento Urbano". Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.

- Aragon, Luis e Mougeot, Luc J. A.
1986. "Migrações Internas na Amazônia. Contribuições Teóricas e Metodológicas." *Cadernos NAEA/UFPa*, Belém, n. 8.
- Araújo, Aloísio B. de
1979. *O Meio Ambiente no Brasil: Aspectos Econômicos*. Rio de Janeiro, IPEA, Relatório de Pesquisa n. 44.
- Arruda de Albuquerque, Cristina
1985. "L'Energie au Service du Développement Rural au Brésil." *Environnement Africain*, Dakar, n. 20, pp. 41-60.
- Barcellos, P. P.
1987. *Impactos Ambientais da Indústria de Petróleo da Produção ao Consumo Final*. Rio de Janeiro. COPPE.
- Barros, Henrique O. M. de
1984. *Irrigação e Modernização Agrícola no Nordeste: O Caso do Baixo São Francisco*. Recife, CLACSO/CNPq/FUNDAJ.
1985a. *Reorganização Espacial e Mudança Social na Área do Reservatório de Itaparica*. Recife, CNPq/FUNDAJ.
1985b. "Modernização Agrícola Autoritária e Desestruturação do Ecossistema: O Caso do Baixo São Francisco". *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 1(1), pp. 97-113.
1987. "Irrigação Pública, Tecnologia e Emprego no Nordeste Brasileiro". *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 3(1), pp. 29-50.
- Bautista Vidal, I. W.
1987. *De Estado Servil a Nação Soberana. Civilização Solidária nos Trópicos*. Brasília, Ed. da UnB.
- Beck, Anamaria
1983. "Comunidades Pesqueiras e Expansão Capitalista." in B. S. Ledo de (org.), *O Mar e seus Recursos*, Florianópolis, Ed. da UFSC, pp. 53-66.
- Becker, Berta K.
1982. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Benakouche, Rabah
1982. "A Tecnologia enquanto Forma de Acumulação." *Economia e Desenvolvimento*, 1(2), pp. 11-48.
1984. *Mimetismo Tecnológico. Elementos Críticos*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- Boa Nova, Antonio Carlos
1985. *Energia e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo, Loyola.
1987. "O Cientista Social no Planejamento Energético de uma Sociedade Democrática." *Ciência e Cultura*, 39(10), pp. 932-5.
- Cardoso, Fernando Henrique
1980. "Perspectivas de Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Caso do Brasil." *Encontros com a Civilização Brasileira*, 3(20), pp. 31-70.
- Caubet, Christian G.
1979. *Fundamentos Político-Econômicos da Apropriação dos Fundos Marinhos*. Florianópolis, Ed. da UFSC.
- Chonchol, Maria Eddy
1982. "Créativités Coopératives et Développement Endogène." *Communautés. Archives de Sciences Sociales de la Coopération*. Paris, pp. 51-64.

- Cired
1986. Rapport Scientifique 1973-1986. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- Coelho, Maria Célia N. *et al.*
1984. "A Política Ambiental e o Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico." *Rev. Adm. Públ.*, Rio de Janeiro, 18(4), pp. 183-228.
- Coimbra JR., Carlos E. A.
1985a. "Estudos de Ecologia Humana entre os Sucuí do Parque Indígena Aripuana, Rondônia. Elementos de Etnozoologia." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 2(1), pp. 9-36.
1985b. "Estudos de Ecologia Humana entre os Sucuí do Parque Indígena Aripuana, Rondônia. Plantas de Importância Econômica." *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 2(1), pp. 37-55.
1987. "O Sarampo entre Sociedades Indígenas Brasileiras e Algumas Considerações sobre a Prática da Saúde Pública entre Estas Populações." *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 3(1), pp. 22-37.
1988a. "Human Factors in the Epidemiology of Malaria in the Brazilian Amazon." *Human Organization*, 47(3), pp. 254-8.
1988b. "Human Settlements, Demographic Pattern and Epidemiology in Lowland Amazonia: The Case of Chaga's Disease." *American Anthropologist*, 90 (1), pp. 82-97.
- Coppe/AIE
1986. *Energia e Desenvolvimento: Quais Desafios? Quais Métodos? Sínteses e Conclusões*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- Costa, José Marcelino da *et al.*
1987. *Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas*. Belém, Ed. da UFPa/NAEA.
- Costa, Wanderley M. da
1987. Bases Epistemológicas da Questão Ambiental: Determinações, Mediações e Contradições. Seminários Universidade e Meio Ambiente. Documentos Básicos. Brasília, SEMA/IBAMA, pp. 99-105.
- Costa Ferreira, Lúcia da
1988. A Crise Ambiental ou a Ruptura do Silêncio? A Produção da Consciência Social em Cubatão, SP. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.
- Cota, Raimundo G
1985. *A invasão desarmada*. Petrópolis, Vozes.
- Cunha, Lúcia Helena de O. *et al.*
1989. As Comunidades Litorâneas de Guaraqueçaba: Formas de Utilização dos Espaços e dos Recursos Naturais. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
1989. Espaço e Territorialidade no Universo da Pesca Artesanal. Comunicação apresentada no 3.º Encontro de Ciências Sociais e Mar no Brasil, São Paulo.
1990. Educação Ambiental em Comunidade. Comunicação apresentada no 4.º Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis.
- Dag Hammarskjöld Foundation
1975. *What Now*. Uppsala.
- Demo, Pedro
1985. Participação e Meio Ambiente: Uma Proposta Educativa Preliminar. Brasília, SEMA.

- Diegues, Antonio Carlos, S.
 1983. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Ática.
 1987. Conservação e Desenvolvimento Sustentado dos Ecossistemas Litorâneos no Brasil. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
 1988. A Interdisciplinaridade na Análise das Questões Ambientais. Trabalho apresentado no 13.º Simpósio da ACIESP, "O Meio Ambiente, sua Ocupação e Recuperação," setembro.
 1990. Comunidades Litorâneas e os Manguezais no Brasil. Trabalho apresentado no 2.º Simpósio "Ecossistemas da Costa Sul e Sudeste Brasileira: Estrutura, Função e Manejo", São Paulo, ACIESP, abril.
- Diegues, Antonio Carlos S. e Sales, Renato (orgs.)
 1988. Ciências Sociais e o Mar no Brasil. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
- Dowbor, Ladislau
 1990. O Município e o Meio Ambiente. Trabalho apresentado no IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis.
- Ely, Aloísio
 1988. *Economia e Meio Ambiente. Uma Apreciação Introdutória Interdisciplinar da Poluição, Ecologia e Qualidade Ambiental*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística.
- Fearnside, Philip M.
 1982. "Desmatamento na Amazônia Brasileira: Com que Intensidade Vem Ocorrendo?" *Acta Amazonica*, 12(3), pp. 579-90.
 1984. "Alternativas de Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: Uma Avaliação Ecológica". *Ciência e Cultura*, 38(1), pp. 37-59.
 1985. "Modelagem Estocástica na Estimativa da Capacidade de Suporte Humano: Um Instrumento para o Planejamento do Desenvolvimento na Amazônia". *Ciência e Cultura*, 38(3), pp. 1354-65.
 1989a. "Processos Predatórios na Floresta Tropical Úmida Brasileira". *Estudos Avançados*, 3(5).
 1989b. "Forest Management in Amazonia. The Need for New Criteria in Evaluating Development Options". *Forest Ecology and Management*, 27, pp. 61-79.
- Ferreira, Leila da Costa
 1988. As Camadas Populares e a Doença. Esquistossomose no Município de Rio Claro, SP. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.
 1989. Ecologismo ou Apenas Ecocapitalismo? A Política Ambiental no Estado de São Paulo. Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- FINEP/UNDP/UNESCO
 1984. Anais do Seminário Internacional "Ecossistemas, Alimentação e Energia", 3 vols., Brasília, setembro.
- Furtado, Celso
 1980. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Interdisciplinar*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
 1987. *Le Brésil après le "Miracle"*. Paris, MHS.

- Gabeira, Fernando
1985. *Vida Alternativa*. Porto Alegre, LPM.
- Gabeira, Fernando (org.)
1986. *Partido Verde*. Rio de Janeiro, Ânima.
- Girotti, Carlos
1984. *Estado Nuclear no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Godard, Olivier
1981. La Dialectique Organisationnelle des Systèmes Socio-Economiques et de leur Environnement Bio-Physique. Paris, EHESS.
- Godard, Olivier *et al.*
1975. "Environnement et Politique Scientifique". *Praxis Scientifique*, n.º 176, pp. 21-51.
- Godard, Olivier e SACHS, Ignacy
1975. "L'Environnement et la Planification". in J. Barrau *et al.*, *Environnement et Qualité de la Vie*, Paris, Guy le Prat, pp. 207-47.
1978. Pour une Politique Contextuelle de l'Environnement: Une Approche Systémique des Lieux d'Harmonisation entre le Développement Socio-Economique et la Gestion de l'Environnement. Paris, EHESS.
- Goldenberg, José
1987. *Energia Nuclear: Sim ou Não?* Rio de Janeiro, José Olympio.
- Gonçalves, Carlos Walter P.
1987. "Possibilidades e Limites da Ciência e da Técnica diante da Questão Ambiental". *Anais do 2.º Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente*, Belém, SEMA.
1990. Extensão Universitária e Meio Ambiente: A Difícil Relação entre o Saber e o Fazer. Trabalho apresentado no IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis.
- Graziano Neto, Francisco
1986. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. São Paulo, Brasiliense.
- Guilherme, Maria Lúcia
1982. "Problemas Urbanos de Cubatão e seu Caráter Social." *Revista Leopoldiana*, Santos.
1987a. "Urbanização, Saúde e Meio Ambiente. O Caso da Implantação do Pólo Industrial de Cubatão e seus Efeitos Urbanos e Regionais nos Setores de Saúde e Poluição Ambiental." *Espaço e Debates*, n.22, pp. 42-53.
1987b. Desenvolvimento Industrial e Contradições Urbanas: COSIPA. Um Caso de Implantação Industrial em Cubatão. São Paulo (Dissertação de Mestrado).
- Guimarães, Roberto P.
1984. "Ecopolítica em Áreas Urbanas: A Dimensão Política dos Indicadores de Qualidade Ambiental". In Amaury de Souza (org.), *Qualidade de Vida Urbana*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 21-53.
1986. Ecopolitics on the Third World. An Institutional Analysis of Environmental Management in Brazil. Connecticut, Universidade de Connecticut (Tese de Doutorado).
1988a. "Ecologia e Política na Formação Social Brasileira", *Dados*, Rio de Janeiro, 31(2), pp. 243-77.
1988b. "Controle Social e Ecopolítica no Brasil: Explorando uma Utopia Possível." *Rev. Adm. Mun.*, Rio de Janeiro, 35(188), pp. 6-27.
- Guivant, Julia S.
1989. Sistema de Valores Sócio-Ambientais e Adoção de Tecnologias Agrícolas. Um Es-

- tudo de Caso na Bacia do Rio Cubatão, SC. Campinas, Unicamp.
- Hébette, Jean
1986. Significado e Impactos para a Região do Projeto ALBRAS-ALUNORTE. Jornada de Trabalho "Perspectivas das Atividades Mínero-Industriais e Agropastoris no Desenvolvimento Regional do Sudeste da Amazônia." Relatório. São Luís, UFMA, pp. 47-55.
1987. Carajás: Realidade e Perspectivas em Busca de Caminhos Políticos. Belém, UFPa/NAEA.
1988. "Natureza, Tecnologia e Sociedade: A Experiência Brasileira de Povoamento do Trópico Úmido". *Pará Desenvolvimento*, Belém, n. 23, pp. 3-9.
1990. Carajás: Modernidade no Subdesenvolvimento. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- Hogan, Daniel J.
1981. "Ecologia Humana e Ciências Sociais." *Anais da II Jornada Brasileira de Ecologia Humana*, São Paulo, Sociedade Brasileira de Ecologia.
- 1988a. "Condições de Vida e de Morte em Cubatão." *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, PE, ABEP.
- 1988b. Mobilidade Social, Espírito Comunitário e Percepções da Qualidade Ambiental em Cubatão, SP. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.
- 1990a. A Questão Ambiental e os Cursos de Graduação. Campinas, IFCH/Unicamp.
- 1990b. Quem Paga o Preço da Poluição? Análise de Residentes e Migrantes Pendulares em Cubatão, SP. Campinas, IFCH/Unicamp.
- Lago, Antonio e Pádua, José Augusto.
1985. *O que é Ecologia?* São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense.
- Lago, Paulo F.
1986. *A Consciência Ecológica: A Luta pelo Futuro*. Florianópolis, Ed. da UFSC/UDESC.
1988. *Gente da Terra Catarinense. Desenvolvimento e Educação Ambiental*. Florianópolis, Ed. da UFSC/Lunardelli/UDESC.
- La Rovere, Emílio L.
1981. *Energie et Style de Développement: Le Cas du Brésil*. Paris, EHESS (Tese de Doutorado).
1989. *Energia e Meio Ambiente*. Brasília, CENDEC/IPEA/CEPLAN.
- La Rovere, Emílio F. et al.
1985. *Economia e Tecnologia da Energia*. Rio de Janeiro, Marco Zero/Finep.
- La Rovere, Emílio L. e Tolmasquim, Maurício T.
1985. *Integrated Food-Energy Systems in Brazil*. Paris, The United Nations University.
- Leal, Alufisio Lins
1982. "O Caso ALBRAS-ALUNORTE. Os Primeiros Impactos Sociais de um Pólo Metalúrgico na Amazônia." *Ciências da Terra*, 5(49), pp. 49-56.
- Leis, Hector R.
1989. "Ecologia vs. Soberania: Notas a Propósito da Questão Antártica." *Brasil: Perspectivas Internacionais*, n. 23. Rio de Janeiro.
- 1990a. Ecologia e Soberania na Antártica ou o Papel da Questão Ambiental como Agente Transformador da Ordem Internacional. Trabalho apresentado no XIV Encontro

- tro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- 1990b. A Desordem Ecológica na Amazônia e a Desordem Político-Econômica da Ordem Internacional. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "Desordem Ecológica na Amazônia", Belém.
- Lima, Maria José Araújo
1984. *Ecologia Humana. Realidade e Pesquisa*. Petrópolis, Vozes.
- Loureiro, Violeta R.
1985. *Os Parceiros do Mar (Natureza e Conflito Social na pesca da Amazônia)*. Belém, CNPq/Museu Emílio Goeldi.
- Machado, Paulo de Almeida
1984. *Ecologia Humana*. São Paulo, Cortez.
- Magrini, A.
1986. Política Nuclear e Sociedade no Brasil: Uma Visão Retrospectiva. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
- Maimon, Dalia
1990. Gestão do Meio Ambiente e Efeito Estufa. Trabalho apresentado no Encontro sobre Efeito Estufa no Fórum da UFRJ, setembro.
- Maimon, Dalia; Sachs, Ignacy e Tolmasquim, Maurício T.
1987. "The Social and Ecological Impact of "Pro-Alcool". *IDS Bulletin*, 19(1), janeiro.
- Maldonado, Simone C.
1986. *Pescadores do Mar*. São Paulo, Ática.
1988a. No Mar: Conhecimento e Produção. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, IOUSP/FORD/UICN.
1988b. "Antropologia Marítima, Cultura e Comunicação." *Cadernos Paraibanos de Antropologia e Sociologia*, João Pessoa, n.4.
- Martine, George.
1989. "O Mito da Explosão Demográfica". *Ciência Hoje*, 9(51), pp. 28-35.
- Martine, George e Garcia, Ronaldo C.
1987. *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Caetés.
- Martine, George e Magno de Carvalho, J. A.
1989. "Cenários Demográficos para o Século XXI e Algumas Implicações Sociais." *Planejamento e Políticas Públicas*, Rio de Janeiro, 1(2), pp. 61-91.
- Martine, George e Turchi, Lenita.
1990. "A Questão da Urbanização na Amazônia: Realidade e Significado." *In Ciência e Tecnologia no Processo de Desenvolvimento da Região Amazônica*. Brasília, CNPq.
- Meadows, Dennis
1978. *Limites do Crescimento*. São Paulo, Perspectiva.
- Medeiros, Jarbas
1987. "Estados Nacionais, Supranacionalidade e a Questão da Ameaça Ecológica." *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, 2(2), pp. 200-8.
- Minc, Carlos
1985. *Como fazer Movimento Ecológico e Defender a Natureza e as Liberdades*. Petrópolis, Vozes.
- Monosowski, Elizabeth
1983. L'Evaluation des Impacts sur L'Environnement des Grands Projets de Transfor-

- mation de la Nature. Une Étude de Cas: Le Barrage de Tucuruí en Amazonie Orientale. Paris, EHESS (Tese de Doutorado).
1986. "Avaliação de Impactos Ambientais: Problemas e Possibilidades de Aplicação nos Países em Desenvolvimento." *Sinopses*, n. 9, pp. 67-87.
- 1989a. "Políticas Ambientais e Desenvolvimento no Brasil." *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, n. 16.
- 1989b. "Planejamento e Gerenciamento Ambiental." *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, n. 16.
- Moraes, Antonio Carlos R.
1986. Introdução à Temática Ambiental nas Ciências Sociais. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Brasília, SEMA.
1987. "Bases Epistemológicas da Questão Ambiental: O Método." *Anais dos Seminários Universidade e Meio Ambiente. Documentos Básicos*, Brasília, SEMA/IBAMA, pp. 89-96.
1988. "Los Circuitos Espaciales de la Producción y los Circuitos de Cooperación en el Espacio." In Luis Yanes e Ana Maria Liberali (orgs.), *Aportes para el Estudio del Espacio Socio-Economico*, Buenos Aires, El Coloquio.
- Morán, Emílio.
1981. *Developing the Amazon*. Bloomington, Indiana, Indiana University Press.
1982. *Human Adaptability: An Introduction to Ecological Anthropology*. Boulder, CO, Westview Press.
1983. *The Dilemma of Amazonian Development*. Boulder, CO, Westview Press.
1990. *A Ecologia Humana das Populações da Amazônia*. Petrópolis, Vozes.
- Mougeot, Luc J. A.
1981. Aménagements Hydro-Électriques et Reinstallation de Populations en Amazonie. Les Premières Leçons de Tucuruí. Belém, NAEA/UFPA.
- Mougeot, Luc J. A. (org.).
1983. "O Despovoamento do Território Amazônico: Contribuições para sua Interpretação." *Cadernos NAEA*, Belém, NAEA/UFPA, n. 6.
1986. "A Recente Ocupação Humana da Região Amazônica: Causas, Durabilidade e Utilidade Social." In Luis Aragon e Luc J. A. Mougeot (orgs.), *Migrações Internas na Amazônia. Contribuições Teóricas e Metodológicas*, Belém, NAEA/UFPA (Cadernos NAEA, n. 8).
- Mougeot, Luc J. A. e BARROW, C. J.
1981. Ecological and Social Impacts of Natural Resources Utilisation in the Brazilian Amazon: the Araguaia-Tocantins River Basin. Belém, NAEA/UFPA.
- Moura, Edila e MAIA, Lúcia Sá.
1990. Da Farinha ao Alumínio: Os Caminhos da Modernidade na Amazônia. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, outubro.
- Mourão, Julio de Miranda
1981. L'Homme, l'Espace et les Ressources du "Cerrado". Eléments d'une Stratégie d'Écodéveloppement rural pour la Savanne Brésilienne. Paris, EHESS (Tese de Doutorado).
- Neder, Ricardo T.
1988. Industrialismo, Ecologia e Democracia. Aportes para uma Linha de Pesquisa Comparada sobre Participação Política. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.
- 1990a. As Ciências Sociais e o Meio Ambiente: Pesquisadores e Produção Institucional no Brasil. Subsídios para o Seminário Nacional sobre Meio Ambiente e Desenvol-

- vimento Sustentado: As Contribuições das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo.
- 1990b. A Crise do Industrialismo no Brasil: Atores Sociais, Empreendimentos Tecnológicos e Conflito Ambiental em Municípios do Interior. Anotações a Partir de um Estudo de Caso em São Paulo. Texto colocado em circulação por ocasião do XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- Negret, Rafael.
1982. *Ecossistema. Unidade Básica para o Planejamento da Ocupação Territorial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Neves, Walter A. (org.)
1989. *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia. Avaliação e Perspectivas*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi (Projeto Biologia Humana).
- Ogata, Maria.
1983. Os Resíduos Sólidos na Organização do Espaço e na Qualidade do Meio Ambiente Urbano. Uma Contribuição Geográfica ao Estudo do Problema na Cidade de São Paulo. Rio de Janeiro, FIBGE, vol. 8.
- Oliveira, A. e La Rovere, Emílio L.
1985. Potential Use of Biomass for Energy Purposes in Brazil up to the Year 2000. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
- Oliveira, José Luiz F. F. de
1984. *Amazônia: Condicionantes da Ocupação e Assentamento Humanos*. São Paulo, FAPESP.
- Oliveira, Monica F. e Ribeiro Neto, Francisco B.
1989. Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Litorâneas em Áreas Ecologicamente Degradadas: O Caso da Baixada Santista, SP. São Paulo, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
- Pádua, José Augusto (org.)
1987. *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/IUPERJ.
1989. O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores Exógenos e Endógenos. Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- Pandolfi, Maria Lia C. de A.
1989. "Terra por Terra na Beira do Grande Lago." *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 10(56), pp. 58-62.
- Penteado-Orellana, Margarida M.
1981. "Geografia e Meio Ambiente." *Revista Geográfica*, 6(11/12), outubro.
- Penteado-Orellana, Margarida M. et al.
1982. "O Impacto do Homem no Ambiente: Um Método de Análise." *Ciência e Cultura*, 34(7), p. 607.
- Pericás Neto, Bernardo.
1989. "Ambiente e Relações Internacionais." *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 4(9), pp. 9-17.
- Pimentel Filho, Geraldo
1988. "O Impacto Ambiental nas Obras do Setor Elétrico: O Reassentamento da População Atingida pela Usina de Itaparica." *Rev. Adm. Publ.*, Rio de Janeiro, 22(3), pp. 95-110.
- Piquet, Roselia
1990. Grandes Projetos na Amazônia e os Desafios de seu Estudo. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, outubro.

- Posey, Darrel A.
 1983a. "Indigenous Knowledge and Development. An Ideological Bridge to the Future." *Ciência e Cultura*, 35(7), pp. 877-94.
 1983b. "Indigenous Knowledge and Development of the Amazon." In Emílio Morán. *The Dilemma of Amazonian Development*, Boulder, CO, Westview Press, pp. 135-44.
 1987. "Etnobiologia: Teoria e Prática." In Darcy Ribeiro (ed.), *Suma Etnológica Brasileira*, vol. 1, Petrópolis, Vozes, pp. 15-25.
 1988. *Ethnobiology: Implications and Applications. Proceedings of the First International Congress of Ethnobiology*, Belém, Goeldi Museum.
- Procópio, Argemiro
 1990a. A Ecologia na Política Externa Brasileira e o Tratado de Cooperação Amazônica. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
 1990b. "Endogenous and Exogenous Factors in the Ecological Destruction of the Amazon Region." In UNEP/UNESCO (orgs.), *International Post-Graduate Course in Environmental Management for Developing Countries*. German Democratic Republic, pp. 9-34.
- Ramalho Filho, Rodrigo
 1983. Éléments d'une Stratégie d'Écodeloppement pour la Région Littorale de l'État d'Alagoas, Brésil. Paris, EHESS (Tese de Doutorado).
- Ramos, Alberto Guerreiro
 1981. *A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceituação da Riqueza da Nações*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Rattner, Henrique
 1980. *Tecnologia e Sociedade. Uma Proposta para os Países Subdesenvolvidos*. São Paulo, Brasiliense.
 1987. Por uma Política Industrial Alternativa. São Paulo, FEA/USP.
 1989. "Tecnologia e Ecodesenvolvimento." *São Paulo em Perspectiva - Rev. SEADE*, 3(4), pp. 88-93.
- Reigota, Marcos
 1990. Les Répresentations Sociales de l'Environnement et les Pratiques Pédagogiques Quotidiennes des Professeurs de Sciences à São Paulo, Brésil. Louvain, Université Catholique de Louvain (Tese de Doutorado).
 1991. "O Meio Ambiente e suas Representações no Ensino de Ciências em São Paulo, Brasil". *Unambiente*, 2(1), pp. 27-30.
- Ribeiro, A. C. T.
 1989. "Movimentos Sociais - Velhas e Novas Questões no Espaço do Rio de Janeiro." In E. Viola et al., *Crise Política, Movimentos Sociais e Cidadania*, Florianópolis, Ed. UFSC.
- Ribeiro, Darcy (ed.)
 1987. *Suma Etnológica Brasileira*, vol. 1. Petrópolis, Vozes.
- Ribeiro, Gustavo Lins.
 1982. "Arqueologia de uma Cidade. Brasília e suas Cidades Satélites." *Espaço e Debates*, n. 5, pp. 113-24.
 1987. "Cuanto Más Grande Mejor? Projectos de Gran Escala: Una Forma de Producción Vinculada a la Expansión de Sistemas Economicos." *Desarrollo Economico. Revista de Ciencias Sociales*, 27(105), pp. 3-27.
- Ribeiro, Maurício Andrés
 1987. "Federalismo Mundial: Uma Proposta Política ou uma Utopia Social?" *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, 2(2), pp. 183-99.

- Rolando Berríos, Manuel B.
 1986. "O Lixo Domiciliar e seu Destino na Cidade de Rio Claro, SP." *Boletim de Geografia Teórica*, 16-17(31-34), pp. 211-7.
- Romeiro, Ademar Ribeiro.
 1981. "Meio Ambiente e Modernização Agrícola." *Rev. Bras. Geog.*, 43(1), pp. 3-45.
 1982. "Degradação Ambiental e Ineficiência Energética." *Rev. Bras. Geog.*, 44(3), pp. 477-95.
 1987. "Ciência e Tecnologia na Agricultura: Algumas Lições de História." *Cad. Dif. Tecnol.*, Brasília, 4(1), pp. 59-95.
- Romeiro, Ademar Ribeiro e Abrantes, Fernando J.
 1981. Uso do Solo Rural, Tecnologia e Meio Ambiente. Porto Alegre, Fund. de Economia e Estatística, 1(2), pp. 387-96.
- Ropohl, Günther.
 1978. "Einführung in die Allgemeine Systemtheorie." In Hans Lenk e Günther Ropohl (orgs.), *Systemtheorie als Wissenschaftsprogramm*, Königstein/Ts., Athenäum.
- Rosa, Luiz Pinguelli.
 1981a. *Energia, Tecnologia e Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
 1981b. O Papel da Energia Nuclear na Geração de Energia Elétrica no Brasil: Estudo de uma Alternativa ao Programa Nuclear Brasileiro. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
 1984. *Energia e Crise*. Petrópolis, Vozes.
 1985. *A Política Nuclear e o Caminho das Armas Atômicas*. Rio de Janeiro, Zahar.
 1986. *Política Energética no Brasil: a Herança do Autoritarismo e os Problemas Atuais na Democratização*. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
- Rosa, Luiz Pinguelli e Cecchi, J. C.
 1984. *Transferência de Tecnologia Nuclear: Mitos e Realidades*. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
- Rosa, Luiz Pinguelli e Hesles, J. B. S. (orgs.)
 1984. *Impactos Sócio-Ambientais da Central de Angra dos Reis*. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
- Rosa, Luiz Pinguelli e Mielnik, O.
 1988. *Impactos de Grandes Projetos Hidroelétricos e Nucleares*. Rio de Janeiro, Marco Zero/CNPq.
- Sachs, Ignacy
 1974. "Environnement et Styles de Développement." *Annales*, Paris, n. 3, pp. 553-70.
 1979. "Autonomie Locale et Planification de l'Écodéveloppement." *Nouvelles de l'Écodéveloppement*, Paris, n. 8, pp. 3-8.
 1980. *Stratégies de l'Écodéveloppement*. Paris, Ed. Ouvrières.
 1981. *Initiation à l'Écodéveloppement*. Toulouse, Privat.
 1984. *Développer les Champs de Planification*. Paris, Université Cooperative Internationale.
 1986a. *Ecodesenvolvimento. Crescer sem Destruir*. São Paulo, Vértice.
 1986b. *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. São Paulo, Vértice.
 1991. Equitable Development on a Healthy Planet. Transition Strategies for the 21st Century. Synthesis report presented at the Symposium "Sustainable Development: From Concept to Action", The Hague, Netherlands, novembro.
 1986b. *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. São Paulo, Vértice.
 1991. Equitable Development on a Healthy Planet. Transition Strategies for the 21st

- Century. Synthesis report presented at the Symposium "Sustainable Development: From Concept to Action", The Hague, Netherlands, novembro.
- Sachs, Ignacy *et al.*
1981. *Initiation à l'Écodéveloppement*. Toulouse, Privat.
- Salati, Eneas *et al.*
1983. *Amazônia: Desenvolvimento, Integração e Ecologia*. São Paulo. Brasiliense/CNPq.
- Sanchez, Luís Enrique.
1987. "Avaliação do Impacto Ambiental na Mineração." *Brasil Mineral*, n. 48, pp. 116-21.
- Santos, Milton
1986. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo, Hucitec.
- Santos, Milton e Souza, Maria Adelia de (coords.)
1986. *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo, Nobel.
- Santos, Leinard A. O. e Andrade, Lúcia M. M. (orgs.)
1988. *As Hidroelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- Santos, Silvio Coelho dos e Nacke, Aneliese.
1988. "Povos Indígenas e Desenvolvimento Hidroelétrico na Amazônia." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 8(3), pp. 71-84.
- Sawyer, Donald R.
1987. "Urbanização da Fronteira Agrícola no Brasil." In Lena Lavinas (ed.), *A Urbanização da Fronteira*, Rio de Janeiro, Publipur/UFRJ.
- Sawyer, Donald R. *et al.*
1979. *Ocupação Agrícola na Amazônia. Primeiros Estudos para a Fixação de Diretrizes*. Belo Horizonte, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
1990. *Fronteiras na Amazônia: Significado e Perspectivas*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG.
- Schaeffer, R.
1987. *Impactos Ambientais de Grandes Usinas Hidroelétricas no Brasil*. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
- Scherer-Warren, Ilse
1988. *Projetos de Grande Escala, a Ocupação do Espaço e a Reação Popular*. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.
1990. *Movimentos Sociais Rurais e o Meio Ambiente*. Comunicação apresentada no IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis.
- Scherer-Warren, Ilse e Reis, Maria José
1986. "As Barragens do Rio Uruguai: A Dinâmica de Movimento Social." *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, n. 41, pp. 25-48.
1988. "O Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Uruguai: Unidade e Diversidade." *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, n. 48, pp. 35-57.
- Sevá Filho, A. Oswaldo
1988. *No Limite dos Riscos e da Dominação. A Política de Investimentos Industriais de Grande Porte*. Campinas, Unicamp (Tese de Livre-Docência).
1989. *Ecologia ou Política no Xingu? Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.*

- Sigal, Sílvia.
1977. "Pauvreté et pollution." *Nouvelles de l'Écodéveloppement*, Paris, n. 1, pp. 5-24.
- Sigaud, Lygia
1984. Impactos Sociais de Projetos Hidroelétricos. Rio de Janeiro, COPPE/AIE.
1990. Os Grandes Projetos e as Questões de Método. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- Silva, G. E. do Nascimento
1987. "O Meio Ambiente e a Política Exterior." *Rev. Bras. Pol. Int.*, Rio de Janeiro, 30(117-118), pp. 57-63.
- Silva, Maria Clara da
1991. Ecologia de Subsistência de uma População Cabocla na Amazônia Brasileira. Manaus, INPA (Tese de Mestrado em Ecologia).
- Sobral, Helena R.
1990. Educação Ambiental no Ensino de Pós-Graduação. Comunicação apresentada no IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis.
- Teixeira, Olfívio A. e Teixeira, Pedro L.
1986. Os Pescadores Artesanais. Florianópolis, Acarpesc.
- Thiolent, Michel.
1982. "Avaliação Social da Tecnologia." *Rev. Bras. Tecnol.*, 13(3), pp. 49-53.
1984. "Anotações Críticas sobre Difusão de Tecnologia e Ideologia da Modernização." *Cad. Dif. Tecnol.*, Brasília, 1(1), pp. 43-51.
- Tolmasquim, Maurício T.
1984. Avaliação de Sistemas Integrados de Produção de Energia e Alimentos. Rio de Janeiro, COPPE/AIE (Dissertação de mestrado).
- Tolmasquim, Maurício T.; Sachs, Ignacy e Maimon, Dalia.
1987. "The Social and Ecological Impact of "Pro-Alcool". *IDS Bulletin*, 19(1).
- Torres, Haroldo G.
1988. "Urbanização e o Imigrante de Origem Urbana na Amazônia." *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 2, pp. 483-501.
- Tude, Angela.
1990. Grandes Projetos e Identidades Sociais na Amazônia Oriental Brasileira. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- Valverde, Orlando (coord.).
1979. *A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro, Fund. Inst. Bras. Geog. e Estatística.
1981. "Ecologia e Desenvolvimento da Amazônia." *Rev. Bras. Tecnol.*, Brasília, 12(4), pp. 3-16.
- Valverde, Orlando e Freitas, M. L.
1980. *O Problema Florestal na Amazônia Brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- Vesentini, J. W. Brasil
1987. *Sociedade e Espaço*. São Paulo, Ática.
- Vidal, Lux (org.)
1983. *O Índio e a Cidadania*. São Paulo, Brasiliense.
- Vidal, Lux
1986. "A Questão Indígena". In José M. G. de Almeida (org.), *Carajás. Desafio Político*,

- Ecologia e Desenvolvimento, São Paulo, Brasiliense, pp. 222-64.
1989. "Questão Indígena e Meio Ambiente: Embates entre Culturas e Interesses Diferenciados." *São Paulo em Perspectiva. Rev. SEADE*, 3(4), pp. 50-5.
- Vieira, Paulo Freire
- 1989a. Ciência e Tecnologia para o Ecodesenvolvimento. Prioridades para Santa Catarina. Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
- 1989b. "Ecodesenvolvimento e Política Agrícola." *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, 2(4), pp. 43-6.
1990. Impactos da Pesquisa Biológica na Ciência Política Contemporânea. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro.
1991. Simulação por Computador na Pesquisa e no Planejamento de Sistemas Sociais. Florianópolis, UFSC.
- Vieira, Paulo Freire e Kleba, John B.
1991. Educação Ambiental em Santa Catarina: Do Conservacionismo ao Ecodesenvolvimento. Florianópolis, UFSC.
- Viola, Eduardo José
- 1987a. "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecopolítica." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1(3), pp. 5-26.
- 1987b. "O Impacto da Problemática Ambiental na Sociologia Contemporânea." *Anais do 3.º Congresso Nacional de Sociologia da SBS*, Brasília, 10-11 de julho, pp. 80-8.
1988. "A Degradação Socioambiental e a Emergência dos Movimentos Ecológicos na América Latina." *Boletim de Ciências Sociais*, Florianópolis, n. 48, pp. 1-31.
- Viola, Eduardo José e Leis, Héctor R.
1990. "A Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo." *In ANPOCS, Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice, pp. 156-69.
- Viola, Eduardo José e Boeira, Sérgio L.
1990. A Emergência do Ambientalismo Complexo-Multisetorial no Brasil (Particularmente na Microrregião de Florianópolis) nos Anos 80. Comunicação apresentada no IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente, Florianópolis.
- Werner, Dennis
1984. "Terra de Índio". *Ciência Hoje*, 3(14), set-out.
1985. As Barragens do Vale do Itajaí. Um Enfoque da Ecologia Humana. Florianópolis, UFSC.
1988. Controle de Cheias no Vale do Itajaí. Interação entre Problemas Ecológicos e Sociais. Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro.
- Werner, Dennis *et al.*
1979. "Subsistence Productivity and Hunting Effort in Native South America." *Human Ecology*, 7(4), pp. 303-15.
- Werner, Dennis; Langdon, Esther J. e Nacke, Aneliese
1987. "As Enchentes do Vale do Itajaí, as Barragens e suas Conseqüências Sociais." *Cadernos de Ciências Sociais*, Florianópolis, 7(1).
- Zahler, Paccelli M.
1988. "Meio Ambiente e Reforma Agrária: Questões para Discussão." *Ciência e Cultura*, São Paulo, 40(8), pp. 748-60.

Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento

Guita Grin Debert

Simone de Beauvoir,¹ em seu livro sobre a velhice, escrito em 1970, dizia ter como objetivo “quebrar a conspiração do silêncio” que caracterizava a forma como essa questão era até então tratada. Os anos 80 assistiram à transformação da velhice em um tema privilegiado, quando se pensa nos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea. Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o “idoso” é um ator que não mais está ausente do conjunto de discursos produzidos, tanto no contexto brasileiro contemporâneo quanto naqueles de capitalismo avançado.

A preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento deve-se, sem dúvida, ao fato de os idosos corresponderem a uma parcela da população cada vez mais representativa, do ponto de vista numérico. Contudo, o que chama a atenção quando pensamos na visibilidade alcançada pela velhice é o duplo movimento que acompanha sua transformação em um problema social.

Assistimos, por um lado, a uma socialização progressiva da gestão da velhice. Durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, ela se transforma em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções, muitas vezes contraditório, é definido e implementado pelo aparelho de Estado e organizações pri-

vadas. Por outro lado, um campo de saber específico — a Gerontologia — é criado, com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas em Terceira Idade. Como consequência desse duplo movimento, tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas; uma nova categoria cultural é produzida: pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão.

A tentativa de desconstrução dessa homogeneidade é a característica marcante da produção acadêmica recente voltada para o tema, sobretudo na Antropologia e na Sociologia. Trata-se, ora de apontar a heterogeneidade dos sujeitos empíricos que essa categoria tende a englobar, ora de colocar a suposta homogeneidade sobre novas bases. Meu interesse é mostrar o tipo de polêmica gerada nesse processo de “desconstrução” e como ele redefine a sensibilidade em relação aos idosos, tendo como base os estudos produzidos sobre o tema nos Estados Unidos e na Europa.

É, sobretudo, depois dos anos 60 que proliferam as pesquisas sobre a velhice nesses países. Até então, a maioria dos estudos sobre o tema procurava apontar para o que é comum na experiência de envelhecimento nas sociedades industrializadas. A hipótese que funda a gerontologia como um campo específico de estudos é a de que a velhice ho-

mogeneizaria as experiências vividas ou que os problemas enfrentados pelo idosos são tão prementes e semelhantes que minimizariam as diferenças em termos de etnicidade, classe ou raça.

Burgess (1960) define a velhice nas sociedades industrializadas através da idéia de *roleless role* — a sociedade moderna não prevê um papel específico ou uma atividade para os velhos, abandonando-os a uma existência sem significado. Nessa mesma linha, Barron (1961) considera os velhos uma minoria desprivilegiada — nas sociedades industrializadas, baixa renda e baixo *status* seriam o destino inevitável daqueles que atingem 60 anos e, nesse sentido, são uma minoria como qualquer outra. Para Rose (1962), os velhos formam uma subcultura, com um estilo próprio de vida que se sobrepõe às diferenças de ocupação, sexo, religião e identidade étnica.

Pensar na velhice naquela conjuntura era, de maneira geral, opor uma Idade de Ouro na qual os velhos eram membros valorizados e ativos de uma família extensa, à situação atual, onde as mudanças sociais trazidas pelo processo de modernização/industrialização acabaram por relegar os idosos a um papel desprivilegiado, na família e na sociedade como um todo.

Os trabalhos antropológicos sobre a velhice, no período, reafirmavam essas considerações, corroborando a idéia de que o *status* social dos idosos nas sociedades tradicionais era mais alto e prestigiado do que aquele dos idosos nas sociedades modernas (Simmons, 1945). Mesmo trabalhos mais recentes como Cowgill & Holmes (1972), sugeriam uma correlação negativa entre modernização e participação, *status* e satisfação na velhice.

Em resumo, pode-se afirmar que, até o final da década de 60, duas grandes teorias dominam os enfoques no interior do campo da Gerontologia. A teoria da atividade e a teoria do desengajamento. Para ambas a velhice é definida como um momento de perda de papéis sociais e trata-se de entender, nos dois casos, como se dá o ajustamento pessoal à essa situação definida como de "perda", e de medir o grau de conformidade e o nível

de atividade dos idosos. Enquanto a teoria da atividade considera mais felizes os idosos que encontram atividades compensatórias, permanecendo ativos (Cavan, 1965), a outra teoria vê no desengajamento voluntário das atividades a chave do envelhecimento bem-sucedido (Cumming e Henry, 1961).²

Autores, como Silverman (1987), consideram que o debate em torno dessas teorias não ocupa mais a cena no interior da Gerontologia. O que quero mostrar é que, embora as pesquisas realizadas nas últimas duas décadas tenham complexificado as discussões sobre o tema, o que marca o debate atual ainda são os dois modelos antagônicos de se pensar o envelhecimento. No primeiro deles, trata-se de construir um quadro apontando o estado de pauperização e abandono a que o velho é relegado, em que ainda é, sobretudo, a família que arca com o peso dessa situação. No segundo, trata-se de apresentar os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contraporem aos estereótipos ligados à velhice.

O que vou procurar fazer neste artigo é mostrar como se dá o embate entre esses dois modelos, ressaltando o tipo de revisão que ambos operam em três dos pressupostos sobre a experiência de envelhecimento que vigoraram até os anos 60: 1) a visão de que nas sociedades pré-industriais os velhos eram membros ativos e valorizados de uma família extensa em que as diferentes gerações conviviam na mesma unidade doméstica; 2) a interação intensa com a família é crucial para o bem-estar na velhice; e 3) a suposta homogeneidade da experiência de envelhecimento ante as diferenças de classe e etnicidade.

As revisões operadas em cada um desses pressupostos partem de dados que são fundamentais para pensar a experiência contemporânea, particularmente a família. Entretanto, estamos mal-aparelhados para interpretá-los. A imagem que as revisões projetam é ora a de uma sociedade cujas formas de controle se fundamentam cada vez mais na idade cronológica, ora a de que cami-

nhamos para uma situação em que as diferenças de idade tendem a ser apagadas e a velhice é, sobretudo, uma questão de autoconvencimento.

Velhice e Mudança Social

O final dos anos 60 foi marcado pela convicção de que é necessário olhar com mais sutileza para o conjunto de transformações ocorridas na velhice e no processo de envelhecimento ao longo do século XX.

Há um consenso entre os teóricos — tanto entre aqueles que privilegiam uma abordagem de cunho estrutural, quanto entre aqueles mais preocupados com as representações dos atores sociais — de que o século XX testemunhou várias transformações na experiência de envelhecimento. As análises que enfatizam a dimensão das mudanças estruturais tendem, em linhas gerais, a caracterizá-las de forma bastante semelhante àquela que Guillemard (1986) propõe para o contexto francês. Esta autora mostra que a sensibilidade em relação ao idoso passa por três grandes conjuntos de transformações, no período que vai de 1945 aos dias atuais.

No primeiro período — de 1945 a 1960 — a velhice é associada, basicamente, à situação de pobreza. A generalização do sistema de aposentadorias teria dado uma identidade de condições aos idosos, diferenciando-os das outras populações-alvo da assistência social. Nessa fase, a questão debatida é ainda a dos meios de subsistência dos trabalhadores velhos, e o que se quer é preencher as lacunas do sistema de previdência social, acrescentando à aposentadoria outras formas de assistência ao idoso.

No segundo período, de 1959 a 1967, Guillemard considera que há uma mudança de sensibilidade em relação à velhice, que passa a ser associada à idéia de solidão e marginalidade. São enfatizadas, então, as condições de vida do idoso. Novas práticas, como o lazer, as férias e os serviços especiais de saúde para os aposentados fazem do modo de vida (e não apenas do nível de vida) o campo privilegiado de intervenção. Essa nova sensibilidade em relação aos idosos cor-

responde a mudanças no aparelho produtivo, que levaram à ampliação das camadas médias assalariadas. Trata-se de pensar na aposentadoria para um setor com níveis muito mais altos de aptidões, aspirações e consumo. Essa nova sensibilidade é representada pela idéia de Terceira Idade.

O terceiro período é caracterizado pela idéia da pré-aposentadoria, que implica a revisão da idade cronológica própria à aposentadoria. Uma nova sensibilidade é produzida em relação à velhice, que passa a ser definida como o momento em que o trabalho é ilegítimo. Aposentadoria precária ou desemprego é a condição de uma parcela cada vez mais expressiva dos indivíduos que estão na faixa etária anterior àquela da aposentadoria propriamente dita, principalmente nas empresas privadas.

Philippe Ariès (1983), mais preocupado com a forma como a velhice é vivida pelos idosos, aponta três mudanças radicais, ocorridas ao longo do período que vai do final do século passado aos dias de hoje, em especial no que diz respeito aos setores médios e burgueses da população francesa. Considera que, para a geração nascida em meados do século passado, a velhice era vivida como uma etapa de mudanças radicais. Significava não apenas a interrupção de um conjunto de atividades realizadas anteriormente, mas também uma mudança no estilo de vida e nos costumes, que seria mantida até o final da existência do indivíduo. O tipo de roupa e de adornos usados, a postura em público, uniformizava de tal forma os indivíduos que era difícil precisar a idade das pessoas a partir de uma determinada faixa etária, que para as mulheres começava entre os 40 e 50 anos e para os homens entre 50 e 60 anos. Para os filhos dessa geração há uma mudança significativa na percepção do avanço da idade. Nascidos nas duas últimas décadas do século passado, são o que o autor chama de “a geração do progresso”. Nasceram na época das *lâmpes à huile* e viram os americanos chegarem à lua. Não tinham a atitude dos velhos contemporâneos de negação da morte, mas pensavam “morreremos, mas jamais

envelheceremos". Demonstravam horror à velhice dos pais, que a partir de uma certa idade já não desciam escadas, porque não havia elevador para conduzi-los de volta. Convenceram-se de que poderiam viver a velhice sem incômodos e essa era uma questão exclusivamente de vontade. O carro, o elevador e as comodidades da vida moderna permitiam que todas as atividades fossem mantidas. Não havia, por isso, nenhuma razão para a aposentadoria, para o abandono das posições de prestígio e poder ocupadas ao longo da idade adulta. A terceira geração, aqueles nascidos de 1910 a 1920, já vê com satisfação a aposentadoria, ou pelo menos não luta contra ela, mesmo que nessa situação sinta uma série de inquietações; é a geração que aproveita a terceira idade. Segundo Ariès, é nesse momento que se desenvolvem um mercado para a terceira idade e a formação de profissionais e especialistas nesse campo. Atividades de lazer dirigidas especificamente aos idosos — que envolvem desde turismo até universidades para a terceira idade — surgem como formas de colocar em circulação o dinheiro dos velhos e constituir guetos de idosos, intensificando sua segregação. Mais do que a pauperização e a miséria, a segregação, conclui Ariès, é o problema do idoso de hoje.

Outro consenso entre teóricos é o de que é preciso rever a correlação negativa entre modernização e envelhecimento, que funda a Gerontologia.

Os trabalhos de cunho histórico concluem que se pode dizer muito pouco sobre como eram as relações entre os velhos e seus filhos adultos em épocas muito anteriores. Thompson (1991), através de histórias de vida de idosos na Inglaterra, compõe um quadro das relações familiares nos últimos 150 anos, destacando a continuidade de um mesmo padrão ao longo desse período. As relações entre avós e netos são muito semelhantes, os filhos são ainda a principal fonte de apoio esperada, bem como morar com os filhos adultos, em momentos de crise, é ainda a solução privilegiada numa extensão maior da que os dados estatísticos sobre as unidades

domésticas tendem a sugerir. Da mesma forma, o ideal de independência representado pela recusa dos pais idosos em morar com os filhos, quando gozam de boa saúde, vigora há mais tempo do que se imagina. Retomaremos esse tema no próximo item, por ora vale a pena ressaltar que ao tratar das relações entre as gerações na família, Thompson tende a minimizar o conjunto de transformações que Ariès aponta nas representações que os velhos fazem de sua situação.

A produção antropológica do final dos anos 70, voltada para uma reflexão sobre a velhice nas sociedades ditas primitivas, trata de rever a idéia de que os velhos, nessas sociedades, sempre gozam de uma posição privilegiada, e que os processos de mudança têm necessariamente o sentido de uma perda de prestígio. Seria suficiente destacar três trabalhos para indicar o objetivo dessas revisões.

Sally F. Moore (1978), na pesquisa entre os Chagga, mostra que a idéia de os idosos serem sempre prestigiados nas sociedades tradicionais não se sustenta. Aponta, antes, os problemas daqueles cuja vida transcorre no que ela denomina de uma "arena social limitada". Embora nessa situação, própria das sociedades tradicionais, o isolamento do idoso seja impossível, nelas há também um lado desvantajoso. Os que foram bem-sucedidos ao longo de toda a sua vida gozarão, sem dúvida, de prestígio; os demais ficarão expostos e terão de conviver com o desafeto e a falta de respeito dos parentes e vizinhos. Conclui, então, que mesmo nessas sociedades não se poderia pensar na experiência de envelhecimento como homogênea.

Pamela T. Amoss (1981), ao analisar um movimento de revivescência religiosa entre os índios da Coast Salish, indica que esse processo acelerou o aumento do prestígio que os idosos haviam perdido desde as mudanças econômicas e sociais que se seguiram ao contato com os europeus. Esse aumento de prestígio dos idosos não é devido a mudanças de ordem econômica, mas sim ao controle por eles mantido sobre os rituais religiosos, que passam então a ganhar novas significações para o grupo estudado.

Outros trabalhos, não especificamente voltados para os idosos, corroboraram a visão de que as mudanças, mesmo aquelas introduzidas pelo processo de colonização, não levam necessariamente à perda de prestígio e poder das gerações mais velhas. Na análise que Laitin (1977) faz da política em Yoruba, é descrita a estratégia exitosa de dominação desenvolvida pelo colonialismo inglês na região, que consistiu em reforçar o poder que os idosos haviam perdido anteriormente à dominação britânica.

Os trabalhos voltados para as sociedades ocidentais rediscutem a idéia de que as mudanças nelas ocorridas levariam necessariamente a uma posição econômica desprivilegiada para os idosos. O trabalho de Mckain (1972) — na União Soviética — mostra que os fundos de pensão transformaram os idosos em membros valorizados e prestigiados nas unidades domésticas. Isso também teria ocorrido durante a depressão nos Estados Unidos. Keith (1980), baseando-se nesses dados, considera que a análise de políticas públicas em conjunturas específicas mostra que a relação dos velhos com a modernização é, antes, curvilínea: há um declínio no *status* associado à modernização, que pode ser revertido, posteriormente, nas sociedades mais ricas.

A complexidade de formas que a experiência de envelhecimento assume nas sociedades ocidentais conduz, ainda, a dois tipos de considerações sobre problemas na definição da velhice que, poderíamos dizer, são consensuais, embora as tentativas de solucioná-los não tenham uniformidade.

No primeiro caso, procura-se dissolver a associação entre a velhice e o fim do trabalho, a partir da análise das mudanças ocorridas no sistema produtivo, sobretudo na forma como elas redefinem o mercado de trabalho e a estrutura de empregos. Nesse sentido, Schuller (1989) destaca três grandes tendências na Inglaterra: as ocupações de meio período passam a ter peso cada vez maior nas diferentes faixas etárias; o ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho tende a aumentar; e a aposentadoria antecipada co-

loca fora do mercado de trabalho uma população cada vez mais jovem. Essas tendências levam o autor a considerar que o paradigma da carreira masculina se desfaz, e a apontar para um processo de “feminização do mercado de trabalho”. Diante dessas mudanças, segundo o autor, não se poderia mais pensar no processo de envelhecimento com referência às posições convencionais no mercado de trabalho. Para Schuller, a geração atual de idosos seria, talvez, a última a permanecer em turno completo no emprego até a idade da aposentadoria. A associação entre fim do trabalho e entrada na velhice não só deve ser revista, mas exige uma redefinição dos diferentes estágios da vida.³

O trabalho de Long (1989), sobre o lazer entre os idosos, tende também a minimizar a importância do trabalho na definição das experiências vividas. Analisando as representações e o comportamento de idosos ingleses em relação ao lazer, considera que mais do que o trabalho, é o lazer desenvolvido ao longo da vida pelos idosos entrevistados que aparece como forma de manter a continuidade e dar um senso de autonomia e escolha ao longo da vida.

A exigência de definições mais precisas da velhice aparece também na crítica à idéia de ciclos de vida (*life cycles*), uma vez que esse conceito estaria impregnado de uma visão essencialista, de caráter biológico e a-histórico da vida. Propõe-se a sua substituição pela idéia de curso de vida (*life course*), em que a velhice não seria pensada como um momento definido pela idade cronológica e no qual se permanece até a morte, mas como processo gradual em que a dimensão histórica e social e a biografia individual devem ser consideradas com relevância. Na literatura americana, essa idéia já aparece em trabalhos antigos, mas é retomada enfaticamente por Thompson (1991), que afirma que a literatura inglesa sobre o tema ainda não deu a devida importância a essa dimensão.⁴

A idéia de curso da vida enquanto conceito descritivo é, sem dúvida, um contraponto importante à idéia de seqüências abstratas e predeterminadas, independentemente da his-

tória dos indivíduos e grupos. Entretanto, levado ao extremo, esse tipo de abordagem tende a rejeitar a própria idéia de velhice. É o que acontece no trabalho de Thompson que, a partir da análise das histórias de vida de idosos, argumenta que a idade não é um marco pertinente na definição das experiências vividas. A tendência, no limite, é concluir que as intervenções públicas, ao reiterarem esse tipo de recorte na população — bem como o fato de a palavra “velho” se associar contemporaneamente cada vez mais ao *status* de uma pessoa —, não têm um reflexo nas experiências individuais. Voltarei a essa questão. Antes é importante mostrar como os trabalhos preocupados com mudanças na estrutura familiar, novos arranjos de moradia e etnicidade, dissolvem a idéia da velhice como experiência homogeneizadora e o tipo de munção que oferecem para os dois modelos antagônicos de pensar a velhice na sociedade contemporânea, que mencionei no início.

Família, Integração e Segregação Espacial dos Idosos

As pesquisas sobre a relação entre os idosos e seus familiares, desenvolvidas no final dos anos 60, mostram que os estereótipos de isolamento e de abandono não expressam a condição da totalidade dos idosos, nem mesmo nos países de capitalismo avançado. A pesquisa de Shanas *et alli* (1968), feita na Inglaterra, Dinamarca e Estados Unidos, era bastante reveladora nesse sentido. Conclui que se para os idosos há uma retração das “relações periféricas — colegas de profissão e outros contatos — há poucas modificações no que diz respeito às relações com os filhos adultos. Uma proporção expressiva de idosos vive com pelo menos um deles (20% na Dinamarca, 28% nos Estados Unidos e 42% na Inglaterra). Entre os que não moram com os filhos, boa parte reside a uma distância de cerca de 30 minutos da casa deles (40% na Inglaterra, 49% nos Estados Unidos e 55% na Dinamarca). A pesquisa revela ainda que 2/3 dos idosos diziam ter visto os filhos no dia em que foram entrevistados ou no dia anterior e 1/5 na semana anterior à entrevista.

Pesquisas mais recentes consideram que a proporção de idosos morando com os filhos tende a diminuir nos Estados Unidos e nos países europeus, entretanto, essa tendência deve ser tratada com cuidado. Wall (1989), analisando arranjos de moradia entre os idosos na Europa nos anos 80, ressalta a diversidade de arranjos ainda presentes. Mostra que na Europa Ocidental a tendência geral é que os idosos passem cada vez mais a morar em unidades domésticas separadas das dos filhos, mas essa tendência é menos evidente no Sul e na Europa Oriental. Argumenta, então, por um lado, que é difícil saber se essa diversidade entre países europeus estava ou não presente, e em que grau, em épocas anteriores, já que os dados históricos não são detalhados. Por outro lado, a diversidade de arranjos que persiste em todos os casos, ante o ímpeto avassalador em direção a unidades domésticas menores, é uma evidência de que o significado dessa diversidade deve ser olhado com cautela.

Outros estudos sugerem que a tendência de os idosos morarem sós não tem de ser, necessariamente, percebida como reflexo de um abandono por parte de seus familiares. Ela pode significar um novo tipo de arranjo, uma nova forma de família extensa, na qual a troca e a assistência ocorrem de maneira intensa (Cohler, 1983). Para Rosenmayr e Korckeis (1963), trata-se de uma “intimidade à distância”. Esse novo tipo de relação, facilitado pelo aumento da mobilidade e pelo aperfeiçoamento das formas de comunicação à distância, que beneficiaram as diferentes classes sociais, não implicaria uma mudança qualitativa nas relações entre as gerações na família.

Além disso, o fato de os idosos viverem com os filhos não é garantia da presença do respeito e prestígio, nem da ausência de maus-tratos. As denúncias de violência física contra idosos aparecem nos casos em que diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica. Assim sendo, a persistência de unidades extensas (unidades domésticas compostas de várias gerações da mesma família) não pode ser necessariamente vista co-

mo garantia de uma velhice bem-sucedida, nem o fato de morarem juntos um sinal de relações mais amistosas entre os idosos e seus filhos (Evandrou e Victor, 1989).

Em outra direção caminha uma série de estudos sobre novas formas de arranjos residenciais, que tendem a dissolver a idéia de que o bem-estar na velhice estaria ligado à intensidade das relações familiares ou ao convívio intergeracional. Mais do que a convivência num espaço heterogêneo, do ponto de vista da idade cronológica, é a segregação espacial dos idosos que permite a ampliação de sua rede de relações sociais, o aumento do número de atividades desenvolvidas e a satisfação na velhice. É essa, em geral, a conclusão a que chegam os estudos sobre os idosos vivendo em conjuntos residenciais segregados, ou em condomínios fechados com serviços e outras facilidades ou, ainda, em hotéis ou *congregate housings*. Os títulos das obras sobre o tema, que envolvem tanto pesquisas quantitativas, quanto qualitativas, como entrevistas em profundidade e observação participante, deixam claro o que o conjunto de dados levantados revela: *The unexpected community: "Old people, new lives": "Retirement Communities": "Networks as Adaptation": "Living Together": "If I live to be 100..."*. Novas comunidades são criadas, o conjunto de papéis sociais anteriormente perdidos são reencontrados, redes de solidariedade, de trocas e de afeto são desenvolvidas de maneira intensa e gratificante, promovendo uma experiência de envelhecimento positiva, mesmo para aqueles cujos vínculos com os filhos e parentes são tênues. As diferenças de gênero são apagadas ou, quando mantidas, ganham outros significados. Relações interétnicas tornam-se mais harmônicas, uns ajudam aos outros de modo que a independência de cada um possa ser mantida e a institucionalização evitada.⁵ Enfim, a segregação espacial do idoso é defendida como a solução mais adequada a um envelhecimento bem-sucedido.

Ao fazer um balanço dos trabalhos de cunho antropológico sobre as novas comunidades de idosos, Keith mostra, com razão,

como eles redirecionam a reflexão sobre a velhice em dois sentidos, que vale a pena serem ressaltados. Por um lado, oferecem elementos para uma revisão da idéia dos idosos como sendo sujeitos passivos de um conjunto de mudanças sociais, apontando, ao contrário, o seu papel ativo como criador dessas mudanças, fazendo novos arranjos sociais em resposta às transformações da sociedade mais ampla.

Por outro lado, os estudos têm a preocupação de comparar as alternativas criadas pelos idosos com aquelas de outros grupos que também têm procurado responder de forma inovadora aos desafios colocados pela experiência contemporânea. Os motivos que conduzem à criação das comunidades de idosos são os mesmos que levam à formação de comunidades de outros grupos em diferentes faixas etárias, como, por exemplo, a ameaça exterior, a homogeneidade, a interdependência. As identidades criadas no interior dessas comunidades, como em outras de faixas etárias distintas, são uma forma ativa de rejeição a um conjunto de valores que acabam por colocar certos setores nos degraus mais baixos da hierarquia social. Se no caso dos idosos é a idade cronológica que estabelece um elo entre os residentes, ela passa a ser irrelevante para definir o *status* da pessoa na experiência comunitária. Há uma reciclagem das identidades anteriores e a criação de uma nova comunidade. Além disso, esses estudos alertam para o fato de que a família não é adequada enquanto mundo social total tanto para os idosos como para qualquer um depois da infância. As novas formas de sociabilidade na velhice não deveriam, assim, ser pensadas como substitutas das relações familiares, mas como esferas distintas de relações.

Entretanto, se nesses trabalhos a tendência é relativizar a importância das relações familiares para o bem-estar na velhice, outras pesquisas enfatizam que as relações familiares ainda são fundamentais na assistência ao idoso e nas expectativas em relação ao processo de envelhecimento.

Arber e Gilbert (1989), analisando os

dados do General Household Survey de 80, mostram que na Inglaterra ainda são os filhos os maiores provedores de assistência aos pais idosos quando estes moram sós. O trabalho de Stubs (1989) sobre a decisão de inquilinos de setores médios da população de comprar o imóvel que alugavam em Sunderland (Inglaterra), nos anos 70 e 80, associa essa decisão ao processo de envelhecimento. Os compradores eram, sobretudo, aqueles que estavam próximos da aposentadoria e a aquisição da casa estava diretamente relacionada à preocupação em assegurar a continuidade da vida familiar. A casa própria era a forma de garantir uma vida familiar privada e autônoma e talvez um campo para uma reciprocidade futura com os filhos ("em troca dos cuidados que vocês terão conosco na velhice, herdarão uma propriedade").

Walker (1982) faz um contraponto aos trabalhos que valorizam a comunidade como forma de prover o bem-estar na velhice, considerando que podem estimular as políticas públicas voltadas à *community care*. Mostra que o pressuposto implícito nos programas que advogam a participação comunitária na assistência aos idosos é de que essa assistência ficará a cargo da família. Nesses programas, ainda, família e comunidade são eufemismos para uma carga que acaba caindo nos ombros das mulheres.⁶

A dificuldade central dos trabalhos que procuram avaliar o bem-estar na velhice, em termos de relações entre gerações na família, integração ou segregação espacial, está, sem dúvida, na ausência de medidores eficazes e definitivos. Contudo, a velhice é retratada de maneira distinta em função do tipo de interação focalizada. Pensar na relação entre o idoso e a família é ora fazer um retrato trágico da experiência de envelhecimento, ora minimizar o conjunto de transformações ocorridas nas relações familiares. Pensar na interação entre idosos é, pelo contrário, traçar um quadro em que um conjunto de mudanças e a criatividade grupal seriam capazes de minimizar ou mesmo negar os inconvenientes trazidos pelo avanço da idade. Essa tendência fica mais nítida nas pesquisas preocu-

padas com a velhice em sua relação com a etnicidade e a classe social. Vale a pena resenhar o debate em torno dos resultados nelas obtidos para depois retomar as relações familiares e a população idosa.

Velhice, Classe Social e Etnicidade

O final dos anos 60 foi marcado também, sobretudo nos Estados Unidos, pela preocupação com problemas relativos às minorias e à pobreza. Essa preocupação se traduziu, ao nível acadêmico, na elaboração de projetos de pesquisa visando a dar conta dessas questões em vários campos de conhecimento. A problemática das classes sociais e da etnicidade seriam elementos capazes de revelar a heterogeneidade das experiências, em grupos definidos através de categorias homogeneizadoras, como é o caso da velhice. Essa colocação marca de tal forma os debates atuais que qualquer pesquisa que não leva em conta as especificidades das minorias será criticada em termos das possibilidades de generalização de suas conclusões, mesmo quando seu universo é definido com bastante precisão. A preocupação com etnicidade e classe social esbarra, entretanto, em dificuldades teóricas e metodológicas que também dão a tônica do debate atual. Os balanços da bibliografia e dos resultados das pesquisas, geralmente, apontam três ordens de problemas nos estudos sobre o tema: 1) como distinguir os efeitos das condições econômicas ou das minorias étnicas daqueles próprios do envelhecimento; 2) como encontrar medidores adequados do bem-estar na velhice, quando o que está em jogo não é apenas o nível de renda e de saúde, mas aspectos mais subjetivos, como satisfação, solidão, níveis de ansiedade e insegurança e qualidade de apoio; e 3) como entender a idéia de minoria, ora tratada em sua dimensão cultural, ora enquanto grupo discriminado, e como compreender a maioria à qual as minorias se referem.⁷

Os balanços sobre as pesquisas tendem a caracterizar tais questões ressaltando três teses contraditórias que hoje polarizam o debate nos Estados Unidos. A primeira considera a etnicidade um fator que daria formas específicas às experiências de envelhecimen-

to nas sociedades ocidentais. A segunda privilegia o diferencial de renda em detrimento das diferenças étnicas e de idade cronológica. Para a terceira, a velhice é um problema enquanto tal, capaz de sobrepor-se às diferenças sócio-econômicas e étnicas. Essa última tese reaparece em estudos mais recentes, quer através de balanços de resultados (considerados pulverizadores das pesquisas desenvolvidas), quer no sentido de propor novos recortes no interior da população idosa que não classe e etnicidade.

Dupla Vulnerabilidade: Idosos e Minorias

Nas pesquisas quantitativas, quando a etnicidade está referida à situação das minorias, a tendência é mostrar que os idosos pertencentes às minorias estão em situação de dupla vulnerabilidade (*double jeopardy*). Enquanto minorias e enquanto idosos, seriam vítimas, por excelência, das formas de discriminação e exclusão próprias das sociedades ocidentais. As críticas a essa tese têm se baseado, em linhas gerais, na seguinte argumentação:

– os idosos já não se encontram entre os setores mais pobres da população norte-americana, situação que se apresentava até o censo de 1980. Entre os indivíduos aposentados, 50% têm renda familiar maior do que o dobro do nível estabelecido de pobreza (Kart, Longino & Ullman, 1989). Examinando os gastos públicos com a velhice nos Estados Unidos, Fitzgerald (1981) considera, com humor, que os pais da geração Woodstock temiam que seus filhos destruíssem o sistema, mas o que essa geração vê agora são seus próprios pais aposentados ameaçando explodir a base econômica do sistema;

– a hipótese da dupla vulnerabilidade tem como referência minorias vivendo em condições de extrema privação econômica e social e, por isso, tendem a confundir o efeito da pobreza com as discriminações étnicas e raciais (Holzberg, 1982a, 1982b);

– não se pode pensar em minorias como entidades homogêneas. As diferenças econômicas no interior das minorias e o tipo de inserção histórica que cada uma delas teve na

sociedade americana (Cool, 1987) ou na Inglaterra (Blakemore, 1989) são variáveis fundamentais para entender as diferenças entre minorias em cada contexto;

– a hipótese exigiria uma dimensão comparativa mais acurada. A consideração de Bengston (1979) é definitiva nesse sentido. O número relativo de idosos negros gozando de boa saúde e de um nível de renda adequado pode ser menor do que o número de idosos brancos. Entretanto, se a diferença de porcentagem entre negros e brancos de meia-idade, por exemplo, for maior do que a existente entre os idosos desses dois grupos, a consideração de que o idoso de minoria é duplamente vulnerável é discutível. Nesse caso, pelo contrário, a idade estaria exercendo uma influência homogeneizadora;

– a idéia da dupla vulnerabilidade exigiria que os brancos apresentassem um nível de satisfação na velhice (Cool, 1987), o que, em geral, não ocorre.

Velhice e Etnicidade

Nas pesquisas quantitativas, ainda, quando a ênfase é dada à dimensão cultural da etnicidade, os trabalhos avaliam de maneira oposta a relação entre idosos e minoria. A tendência é mostrar que os idosos membros de minorias estão em situação vantajosa quando se mede o nível de satisfação e de interação social. As relações familiares e outras formas de apoio aos idosos são muito mais intensas nas minorias étnicas que, por isso, teriam situação privilegiada diante de outros grupos da população.⁸

A crítica a essa visão da relação entre velhice e etnicidade segue, em linhas gerais, três tipos de argumentação:⁹

– as minorias não são grupos homogêneos. As diferenças sócio-econômicas no interior das minorias dão significados distintos à experiência de envelhecimento. Os trabalhos de Jackson (1971;1980), sobre os idosos negros americanos, são exemplares dessa crítica. Para a autora, as diferenças sócio-econômicas entre os negros são fundamentais na determinação dos padrões de ajuda instrumental (dinheiro e outros bens) e de relações afetivas entre os idosos e seus filhos. A melhoria

das condições econômicas corresponderia um número maior de idosos morando sós e uma diminuição do suporte familiar;¹⁰

– a dificuldade na interpretação dos medidores de bem-estar na velhice, já que esses partem do pressuposto de que o bem-estar está ligado às trocas entre gerações no interior da família. Cantor (1979), ao comparar idosos negros, hispânicos e brancos em Nova York, considera que os dados revelam que os hispânicos, independentemente do nível sócio-econômico, demonstravam contato maior com filhos, netos e outros parentes do que os negros e os brancos, mas também são eles os que mais temem ser abandonados e negligenciados pelos filhos;

– a dificuldade de encontrar uma linguagem capaz de estabelecer uma comunicação mais efetiva entre pesquisador e pesquisado, uma vez que distinções ocidentais muito claras entre família, parentes e vizinhos podem ter significados distintos e não tão precisos para os idosos das minorias estudadas. Johnson & Barer (1990), ao compararem a estrutura e o funcionamento das redes sociais de negros e brancos dos estratos mais pobres da população norte-americana, mostram como os negros expandem esses recursos sociais, criando o que chamam de *kinlike relationships*, através da mobilização de parentes na periferia das redes de parentesco ou criando parentes fictícios. Da mesma forma, Blakemore (1989) considera que os níveis de satisfação das mulheres idosas asiáticas na Inglaterra tende a ser superestimado nas pesquisas quantitativas. Citando trabalhos que envolveram observação participante do comportamento de mulheres idosas Sikh, assinala a posição desvantajosa que elas de fato ocupam, pela expectativa de docilidade e passividade. Na presença de parentes mais velhas ou de homens da família, elas seriam desencorajadas a expressar seus sentimentos.

As críticas feitas ao conjunto de conclusões a que chegam os trabalhos baseados em metodologia quantitativa são um reconhecimento da importância de pesquisas qualitativas de cunho antropológico. Os trabalhos mais interessantes nessa área tendem

a pensar na etnicidade de maneira distinta. A identidade não é vista como reprodução de padrões culturais tradicionais, mas sobretudo como situacional e contrastiva, uma resposta nova a mudanças na vida dos indivíduos ou grupos, relacionadas a transformações na sociedade mais ampla. Os trabalhos de cunho antropológico estão, também, menos preocupados em dar respostas categóricas — tão peculiares à sociologia americana e principalmente aos balanços que ela produz periodicamente sobre o tema — sobre o peso da etnicidade e da classe social na experiência de envelhecimento. O interesse é antes descrever em detalhes formas de interação entre grupos ou situações microscópicas. Mas a tendência, de maneira geral, é ver a etnicidade como um elemento que transforma a velhice numa experiência bem-sucedida, ou pelo menos num fator mitigador das dificuldades enfrentadas pelos idosos. A etnicidade teria vantagens por razões diversas: é um fator que congrega idosos com a mesma identidade étnica e/ou religiosa, pois oferece uma rede de relações e associações formais e informais independente das relações familiares.¹¹ As etnografias descrevem as formas de associação e conflitos no interior desses grupos, mostrando como, diante de novas conjunturas, eles criam formas de associação e um conjunto de práticas que não eram próprias dos contextos sociais de origem, e como também, e ao mesmo tempo, a identidade étnica é fundamental para entender a constituição desses grupos e a sua dinâmica interna; a etnicidade provê um componente histórico-cultural criando uma interação nova entre os idosos e os jovens, uma vez que os últimos têm nos velhos uma fonte única de reinterpretação de sua história e cultura ameaçada de extinção.¹²

As etnografias colocam dimensões importantes para pensar na diversidade de respostas que os idosos são capazes de oferecer ante as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea. Mas pensá-las em conjunto dificilmente é fugir da idéia de um amontoado de grupos que ensaiam práticas inovadoras, sem que um princípio articulador de ca-

ráter mais geral seja capaz de conectá-los. Assim, o quadro oferecido pelos trabalhos de cunho antropológico tomados em seu conjunto reafirma o processo de dissolução da velhice, que marca a produção acadêmica sobre o tema depois dos anos 60. Classe social, etnicidade e arranjos de moradia dariam dimensões tão específicas ao envelhecimento que dificilmente poderíamos pensar na velhice sem especificar os grupos aos quais estamos de fato nos referindo.

Os Idosos mais Idosos e a Sociedade Uni-Etária

A dissolução da velhice como experiência homogênea leva a dois tipos de reação, que embora antagônicas apontam para dimensões que devem ser levadas em conta na reflexão. Por um lado, a tese de que a velhice é um problema enquanto tal, capaz de sobrepor-se a diferenças sócio-econômicas e étnicas, reaparece em estudos mais recentes. Neste caso, a tendência é propor novos recortes no estágio de envelhecimento, levando em conta a idade e o nível de independência funcional dos idosos. Criticam-se assim, com razão, as pesquisas sobre o envelhecimento, que englobam na categoria “velhos” os indivíduos com 60 anos ou mais, desconhecendo a diversidade no controle de uma série de recursos que existe entre aqueles que têm 60 anos e outros, 20 ou 30 anos mais velhos. Nesse sentido, novos recortes são propostos: jovens idosos (65-75 anos); idosos-idosos (acima de 75 anos), como quer Uhlemberg (1987); ou ainda idosos mais idosos (com mais de 85 anos) como sugere Johnson (1987), dariam ao envelhecimento recortes diferenciadores mais significativos. Da mesma forma uma bateria de indicadores são definidos para medir o nível de independência funcional dos idosos. O suposto é que essas características, capazes de medir estágios de desenvolvimento, dão dimensões radicalmente distintas às trocas entre gerações. Levadas à sério, em estudos sobre etnicidade, classe social, arranjos de moradia e relações na família, elas transformariam o quadro excessivamente pulverizador da experiência de envelhecimento que tendem a retratar, podendo esta-

belecer comparações com maior segurança. Ainda, ao apontar os diferentes estágios do envelhecimento, chama-se a atenção para os resultados das projeções no que diz respeito ao crescimento da população idosa e à composição das redes de parentesco e família. Na população idosa, é sobretudo o grupo com 85 anos ou mais que terá um crescimento maior nas próximas décadas. As redes de parentesco, pela primeira vez na história, contarão com um número maior de velhos do que de jovens, ao mesmo tempo em que os casados tenderão a ter um número de filhos menor que o número de pais idosos.¹³ Para os *idosos mais idosos*, a pauperização, a passividade e a dependência marcarão a experiência de envelhecimento. As formas inovadoras de moradia e associações são limitadas para esse grupo e a precariedade das políticas públicas a eles destinadas faz com que o peso de sua situação recaia nos ombros dos filhos e parentes.

O segundo tipo de reação tem direção radicalmente oposta. A idéia de que a idade cronológica não é um marco significativo na vida dos indivíduos é levada ao limite. Trata-se de denunciar a forma como a Sociologia tem alimentado os estereótipos da velhice como um período de retraimento em face da doença e da pobreza, uma situação de dependência e passividade que legitima as políticas baseadas na visão do idoso como ser doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. Thompson (1991) procura mostrar que essa visão não se sustenta do ponto de vista científico. A partir de uma análise de histórias de vida de idosos de diferentes classes sociais na Inglaterra, considera que a imagem que os idosos fazem de sua experiência pessoal é radicalmente contrária à do *senso comum*. Os idosos que não estão doentes ou emocionalmente deprimidos não se consideram velhos e, no grupo de pessoas de 75 anos ou mais, 4/5 não se sentem solitários. Não é o avanço da idade que marca as etapas mais significativas da vida, a velhice é, antes, um processo contínuo de reconstrução. O objetivo do livro é mostrar a diversidade de estilos de vida criados e que

não podem ser agrupados em função da classe social ou do tipo de unidade doméstica onde os idosos estão inseridos. *I Don't Feel Old*, expressão utilizada pelos entrevistados, para dar conta de sua experiência e que serve de título ao livro, é um grito para o reconhecimento da individualidade da experiência humana, diz o autor, em contraposição à imagem do idoso em crise que a Sociologia alimenta e que está presente nas políticas sociais e de saúde. Thompson defende medidas preventivas, capazes de encorajar os recursos individuais e atingir a população de meia idade, como a educação de adultos, os programas de saúde ocupacional, as facilidades para atividades especializadas como dançar e jogar, e as universidades para a Terceira Idade que hoje só congregam os mais velhos.

Thompson aponta assim, com razão, para as armadilhas que a idéia de estágios de desenvolvimento prepara. Suas conclusões, entretanto, exigem uma revisão da idéia de que as sociedades contemporâneas assistem a um processo em que, cada vez mais, os mecanismos de controle têm como base a idade cronológica. Essa idéia, inspirada nos trabalhos de Elias e de Ariès sobre a infância, opõe as sociedades ocidentais pré-modernas à sociedade moderna, considerando que nas primeiras o *status* da família era muito mais importante do que a idade cronológica na determinação da maturidade, da independência de ação e poder. A modernização implicou um processo de transformação da idade cronológica num marcador cada vez mais relevante para essas questões.¹⁴ O trabalho de Thompson parece, antes, apontar um processo de perda de relevância da idade cronológica, indicando que esses mecanismos perdem eficácia no que diz respeito à população idosa. A imagem de uma sociedade onde a velhice deixa de ser um problema está em compasso com trabalhos sobre outros grupos etários, que tendem a mostrar que as idades já não são definidoras das formas de controle social. Esse é o argumento de Meyrowitz (1985), que trata do impacto da mídia eletrônica no comportamento social. Ele sugere que a mídia tende a

integrar mundos informacionais que antes eram estanques, impondo novas formas de comportamento que apagam o que previamente era considerado o comportamento adequado a uma determinada faixa etária. As crianças cada vez mais têm acesso ao que antes era considerado como próprio da vida adulta, posto que a mídia dissolve o controle que os adultos tinham sobre o tipo desejável de informação que as faixas mais jovens deveriam ter. Assim, a diferença de idade perderia, cada vez mais, importância na vida contemporânea. A forma que o debate sobre os direitos das crianças assume hoje reforçaria a idéia de que caminhamos para um estilo unietário de comportamento.

Entretanto, Thompson não pode esquecer, no que diz respeito aos idosos, que há também uma linguagem pública empenhada nesse processo de desconstrução da velhice, que seu trabalho e outros centrados na mesma direção, legitimam. No mundo da política e das artes, como mostram Featherstone e Hepworth (1989), boa parte dos heróis que prezamos nega a relevância da idade cronológica e dos estereótipos atribuídos ao avanço da idade cronológica. No que se refere ao corpo, a tendência da literatura especializada é cada vez mais apresentar evidências de que não há uma relação necessária entre envelhecimento e declínio mental, sexual e fisiológico. A literatura voltada ao grande público enfatiza que a idade não é um indicador de normas de comportamento e estilos de vida. Ao mesmo tempo divulga um novo elenco de formas de manutenção corporal, envolvendo comidas saudáveis, vários tipos de ginástica, vitaminas e uma parafernália de remédios, a indicar claramente como "os que não se sentem velhos" devem se comportar.

O encontro dessas linguagens públicas antagônicas que marca a experiência contemporânea não pode ser negligenciado quando se busca entender as mudanças ocorridas na família e nas relações entre gerações.

Recebido para publicação
em novembro de 1991

Notas

1. *A Velhice: Realidade Incômoda*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
2. Ver críticas a essas teorias em Hochschild (1965) e Maddox (1969).
3. Essas considerações estão em compasso com outros estudos que questionam o “trabalho” como categoria-chave na Sociologia. Clauss Offe (1989), citando dados sobre a Alemanha, mostra que um em cada dois trabalhadores são aposentados antes de atingir a idade limite e parece concordar com a afirmação de que “quanto mais tempo as pessoas passam fora da força de trabalho assalariado, antes e durante a carreira profissional, mais elas descobrem que o trabalho não representa mais um foco suficiente de organização de suas vidas”.
4. Nesse texto Thompson procura resumir os resultados do livro Thompson *et alli*: *I don't feel old: The Experience of Later Life*. Oxford, sem referência de editora, 1990.
5. O trabalho de Jacobs (1975) é uma exceção à imagem positiva dada pelas pesquisas em sociologia e antropologia sobre a segregação espacial dos idosos. Seu trabalho, de cunho antropológico, mostra os idosos como apáticos, passivos e solitários. O conjunto habitacional por ela estudado é etnicamente diverso e ela chama a atenção para as animosidades entre negros e brancos e para o mal-estar dos residentes sadios para com os doentes e aqueles que têm limitações físicas.
6. Arber & Gilbert (1989) procuram mostrar que a idéia de que é sobretudo a mulher casada, com filhos pequenos, que tem de cuidar dos pais idosos não se sustenta. Os dados que levantam sobre a Inglaterra mostram, ainda, que se a maioria das pessoas que cuidam dos idosos são familiares do sexo feminino, 1/3 dos *carers* são do sexo masculino: cônjuges e filhos, casados ou solteiros. Sobre os Estados Unidos, ver o trabalho de Canior (1991), que argumenta na mesma direção.
7. É grande o número de trabalhos que procuram fazer um levantamento da bibliografia sobre velhice, classe social e etnicidade. Ver Merkides, 1982; Holzberg, 1982a; Cool, 1987; Evandrou e Victor, 1989.
8. Ver, por exemplo, Blau *et alli* (1979), comparando brancos, negros e americanos de origem mexicana no Texas — considera que a etnicidade tem um efeito muito mais importante do que a idade e o *status* sócio-econômico do indivíduo. Os mexicanos, independentemente do nível sócio-econômico, demonstravam contato maior entre filhos, netos e outros parentes que os negros e os brancos. A conclusão do trabalho de Blakemore (1989), que compara asiáticos, negros-caribenhos e brancos na Inglaterra, é a mesma no que diz respeito aos asiáticos.
9. A crítica a essa postura é acirrada nos Estados Unidos. Alguns autores consideram que a afirmação de que entre as minorias étnicas a relação intergeracional é mais intensa pode ter o efeito perverso de levar o Estado a rever os fundos especiais dirigidos a essas minorias, ou desobrigá-lo de programas voltados para ela (Cool, 1987).
10. Essa é também a linha da proposta que Green (1987) faz para a orientação das pesquisas com populações idosas negras nos Estados Unidos. Considera que as diferenças na estratificação social, diferenças entre população rural e urbana, diferenças regionais e de nível local são fundamentais quando se pretende desenvolver programas específicos para idosos negros.
11. Ver a esse respeito as etnografias primorosas de Myerhoff (1978), sobre um centro de idosos judeus na Califórnia; de Hendel-Sebestyan (1979), sobre um asilo de judeus em Nova York; e de Cuellar (1978), sobre um centro de idosos chicanos em Los Angeles.

12. Cool (1980), analisando cursos em Paris e Moore, J. M. (1971), negros nos Estados Unidos, procuram mostrar como uma nova relação é criada entre velhos e jovens que têm uma identidade étnica comum.
13. Para esses dados, ver Cantor (1991).
14. Ver, a esse respeito, Featherstone & Hepworth (1989).

Bibliografia

- Amoss, P. T.
1981. "Coast Salish Elders." In P. T. Amoss e S. Harrel (eds.), *Other Ways of Growing Old — Anthropological Perspectives*. Stanford, Stanford University Press.
- Arber, S. e Gilbert, G. N.
1989. "Transition in Caring: Gender, Life Course and the Care of the Elderly." In B. Bytheway et alii (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approach to Later Life*. Londres, Sage Publications.
- Ariès, P.
1983. "Une Histoire de la Vieillesse?". *Communications*, n. 37, Paris, Seuil.
- Barron, M. L.
1961. *The Aging American*. Nova York, Thomas & Crowell.
- Bengston, V. L.
1979. "Ethnicity and Aging: Problems and Issues in Current Social Sciences Inquiry." In D. E. Gelland & A. J. Kutzik (eds.), *Ethnicity and Aging*. Nova York, Springer.
- Blakemore, K.
1989. "Does Age Matter? The Case of Age in Minority Ethnic Groups." In B. Bytheway et alii (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approach to Later Life*. Londres, Sage Publications.
- Blau, Z. S. et alii
1979. "Aging, Social Class and Ethnicity: A Comparison of Anglo, Black and Mexican American Texans." *Pacific Sociological Review*, vol. 22, n. 40.
- Burguess, E. W.
1960. "Introduction." In E. W. Burgess (ed.), *Aging in Western Societies*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Cantor, M. H.
1991. "Family and Community: Changing Roles in a Aging Society." *The Gerontologist*, vol. 31, n. 3.
1979. *The Informal Support System of New York's Inner-City Elderly: Is the Ethnicity a Factor?*. Nova York, Springer.
- Cavan, R.
1965. *Family Tensions between the Old and Middle Aged*. Springfield, Thomas Publishing Co.
- Cohler, B. J.
1983. "Autonomy and Interdependence in the Family of Adulthood: A Psychological Perspective." *The Gerontologist*, vol. 23, n. 1.

- Cool, L. E.
 1980. "Ethnicity and Aging: Continuity through Change for Elderly Corsian". In C. Fry (ed.), *Aging in Culture and Society*. Nova York, Bergin Publisher.
 1987. "The Effects of Social Class and Ethnicity on the Aging Process." In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Cowgill, D. O. e Holmes, L. D.
 1972. *Aging and Modernization*. Nova York, Appleton-Century-Crofts.
- Cuellar, J.
 1978. "El Senior Citizen Club: The Older Mexican-American in the Voluntary Association." In B. G. Myerhoff e A. Simic (eds.), *Life Career-Aging: Cultural Variations on Growing Old*. Beverly Hills, Sage.
- Cumming, E. e Henry, W.
 1961. *Growing Old*. Nova York, Basic Books.
- Evandrou, M. e Victor, C. R.
 1989. "Differentiation in Later Life: Social Class and Housing Tenure Cleavages". In B. Bytheway et alli (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.
- Featherstone, M. e Hepworth, M.
 1989. "Ageing and Old Age: Reflections on the Postmodern Life Course." In B. Bytheway et alli (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*, Londres, Sage.
- Fitzgerald, F.
 1981. *Cities on a Hill — A Journey through American Culture*. Nova York, Simon & Schuster.
- Green, V.
 1987. "Underlying Issues of Diversity in the Study of Aging Blacks." In H. Strange e M. Teitelbaum (eds.), *Aging and Cultural Diversity: New Directions and Annotated Bibliography*. Massachusetts, Bergin and Garvey Publisher.
- Guillemard, A. M.
 1986. *Le Déclin du Social: Formation et Crise des Politiques de la Vieillesse*. Paris, PUF.
- Hendel-Sebestyen, G.
 1979. "Role Diversity: Toward the Development of Community in a Total Institutional Setting." *Anthropological Quarterly*, n. 52, pp. 19-28.
- Holzberg, C. S.
 1982a. "Ethnicity and Aging: Anthropological Perspective on More than Just the Minority Elderly." *The Gerontologist*, vol. 22, n. 6.
 1982b. "Ethnicity and Aging: Rejoinder to a Comment by Kiriakos S. Markides." *The Gerontologist*, vol. 22, n.8.
- Jackson, J.
 1980. *Minorities and Aging*. Belmont, Wadsworth Publishing
 1971. "Sex and Social Class Variations in Black Aged Parent — Adult — Child Relationship." *Aging and Human Development*, vol. 2, n. 2.
- Jacobs, J.
 1975. *Older Persons and Retirement Community*. Springfield, Charles C. Thomas.

- Johnson, C. L.
1987. "The Institutional Segregation of the Aged." In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Johnson, C. L. e Barer, B. M.
1990. "Family and Networks among Older Inner-City Blacks." *The Gerontologist*, vol. 30, n. 6.
- Kart, S.; Longino, C. F. e Ullman, S. G.
1989. "Comparing the Economically Advantaged and the Pension Elite: 1980 Census Profiles." *The Gerontologist*, vol. 29, n. 6.
- Keith, J.
1980. "The Best is the Yet to Be: Toward and Anthropology of Age." *Annual Review of Anthropology*, vol. 9, Palo Alto.
- Laitin, D. D.
1977. *Hegemony and Culture — Politics and Religious Change among the Yoruba*. Chicago, Chicago University Press.
- Long, J.
1989. "A Part to Play: Men Experiencing Leisure through Retirement." In B. Bytheway *at alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later life*. Londres, Sage.
- Mackain, W. C.
1972. "The Aged in URSS." In D. O. Cowgill e L. D. Holmes (eds.), *Aging and Modernization*. Nova York, Appleton-Century-Crofts.
- Markides, K. S.
1982. "Ethnicity and Aging: A Comment." *The Gerontologist*, vol. 22, n. 6.
- Meyrowitz, J.
1985. *No Sense of Place: The Impact of Eletronic Media on Social Behavior*. Oxford, Oxford University Press.
- Moore, J. M.
1971. "Situational Factors Affecting Minority Aging." *The Gerontologist II*, número especial.
- Moore, S. F.
1978. "Old Age in a Life-Term Social Arena: Some Chagga of Kilimangaro in 1974." In B. G. Myerhoff e A. Simic (eds.), *Life's Career-Aging: Cultural Variations on Growing Old*. Beverly Hills, Sage.
- Myerhoff, B.
1978. *Number Our Days*. Nova York, Simon & Schuster.
- Offe, C.
1989. "Trabalho: A Categoria-Chave da Sociologia?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, n. 4.
- Rose, A. M.
1962. "The Subculture of Aging: A Topic for Sociological Research." *The Gerontologist*, vol. 2, n. 3.
- Rosenmayr, L. e Koekeis, E.
1963. "Theory of Aging and Family." *International Social Science Journal*, vol. 15, n. 3.

- Schuller, T.
1989. "Work-Ending: Employment and Ambiguity in Later Life." In B. Bytheway *et alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.
- Silverman, P.
1987. "Introduction: The Life Course Perspective". In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Shanas, E. *et alli*
1968. *Older People in Three Industrial Societies*. Nova York, Atherton Press.
- Simmons, L. W.
1945. *The Role of the Aged in Primitive Society*. New Haven, Yale University Press.
- Stubs, C.
1989. "Property Rites? An Investigation of Tenure Change in Middle Age." In B. Bytheway *et alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.
- Thompson, P.
1991. "I Don't Feel Old: Subjective Ageing and the Search for Meaning in Later Life". IFCH/UFRJ, mimeo.
- Uhleberg, P.
1987. "A Demographic Perspective on Aging". In P. Silverman (ed.), *The Elderly as Modern Pioneers*. Indiana, Indiana University Press.
- Walker, A.
1982. *Community Care: The Family, the State and Social Policy*. Oxford, Blackwell/Martin Robertson.
- Wall, R.
1989. "The Living Arrangements of the Elderly in Europe in the 1980's." In B. Bytheway *et alli* (eds.), *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres, Sage.

Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul

Marco Antonio Gonçalves

A sociologia da nomenclatura não é um tema novo na Etnologia sul-americana. De um modo geral, as monografias sobre esta região fazem referência ao emprego dos nomes pessoais, mas um interesse específico sobre os sistemas de nomenclatura é algo recente (Lopes da Silva, 1984; Petesch, 1984).

O fio condutor deste trabalho é a interferência seminal feita por Viveiros de Castro em nota a seu trabalho sobre os Araweté (1986). No jogo das comparações entre a onomástica Araweté e as de outras sociedades indígenas, o autor esboça um sistema de transformações. De um lado, estariam os "sistemas canibais" ou exonímicos (Tupinambá, Tupi-Guarani, Txicão, Yanomami) e, de outro, "os sistemas centrípetos" ou "dialéticos" (sistemas Timbira; Kayapó, Tucano). Nos "sistemas canibais", os nomes vêm de fora: dos deuses, dos mortos, dos inimigos, dos animais; são sistemas onde se recebe, essencialmente, o nome dos outros. "Sistemas centrípetos" são aqueles em que "os nomes designam relações sociais, podem definir grupos corporados com uma identidade coletiva" (idem, p. 384). Se nos sistemas "canibais" a onomástica é mediatizada pela metafísica e tem uma função individualizadora, nos "dialéticos" ela é da ordem da sociedade, e exibe uma função classificatória.¹ Viveiros de Castro avança a questão quando atribui certas particularidades a cada um dos tipos de sistema onomástico (idem, p. 388), contribuindo, assim, para realçar a importância

do estudo da onomástica dentro das cosmologias indígenas sul-americanas.

Apresentamos, de forma sumária e esquemática, alguns sistemas onomásticos encontrados na literatura etnográfica sobre as terras baixas (Tupinambá, Aché-Guaiaki, Apapocuva-Guanani, Nandeva-Guarani, Tapiraré, Sirionó, Araweté, Yanomami, Jívaro, Txicão, Apinayé, Krahó, Krikati, Suyá, Kayapó, Xikrin, Bororo, Xavante, Tukano, Kaingang, Suruí, Xinguano, Matis, Marubo, Pirahã). Nesta empresa, correremos o risco de empobrecer as interpretações destes sistemas de nomenclatura, uma vez que teremos de recortá-los com vistas a uma formalização. Buscaremos examiná-los a partir do esquema proposto por Viveiros de Castro (1986), que estabelece um *continuum* entre os sistemas de nomenclatura designados canibais e centrípetos. Os sistemas canibais trabalham a partir de uma ênfase em: individualização, aquisição, renomeação, séries diacrônicas, história social e pessoal, abertura, distintividades suplementares. Os sistemas centrípetos trabalham a partir da classificação, da conservação, da transmissão, dos conjuntos sincrônicos, da referência mitológica, da continuidade de identidades complementares.

Nossa apresentação dos sistemas onomásticos procurará marcar que ênfase é dada aos sistemas, se "exonímicos" ou "endonímicos" (Viveiros de Castro, 1987, p. 279). Iniciaremos pelos Tupinambá.

Na sociedade Tupinambá havia os no-

nomes de infância e os nomes de adulto. Os nomes de infância “os tiram [...] dos animais selvagens e tomam para si muitos, com uma diferença porém: após o nascimento é dado um nome, que menino usa somente até que se torne capaz de guerrear e mate inimigos. Então recebe tantos nomes quanto inimigos tenha matado” (Staden, 1974, p. 169).

Os nomes de infância são também buscados entre os nomes dos antepassados, conforme Hans Staden pode observar (*idem*, p. 170). Segundo Metraux (1979, p. 97), formava-se um conselho para eleger um nome para a criança. O nome escolhido deveria exprimir a personalidade da criança, bem como identificar qual dentre seus parentes já falecidos teria resuscitado. Em toda a bibliografia consultada, o que se encontra com mais ênfase é a forma de adquirir nomes via os inimigos: “A maior honra de um homem é capturar e matar muitos inimigos, recebendo um novo nome por cada novo inimigo morto. Ter muitos nomes significa ter matado muitos inimigos, o que consideram uma alta honra” (Staden, 1974, p. 172).

Monteiro (1949, p. 409) chegou mesmo a dizer que os Tupinambá só se casavam após adquirir nomes ligados à guerra e ao canibalismo. Disse ainda que, “[...]tomando novos nomes, conforme aos contrários que matam dos quais chegam a ter cento e mais apelidos, e em os relatar são mui miúdos, porque em todos os vinhos, que é a suma festa deste gentio, assim recontam o modo com que os tais nomes alcançaram, como se aquela fora a primeira a tal façanha acontecera; e daqui vem não haver criança que não saiba os nomes que cada um alcançou, matando os inimigos, e isto é o que cantam e contam[...]” (pp. 409-10).

Cardim registra a relação entre nomes e guerra entre os Tupinambá: “De todas as honras e gostos da vida, nenhum é tamanho para este gentio como matar e tomar nomes nas cabeças de seus contrários...” (Cardim, 1939, pp. 159-60). Fernandes (1963, p. 283) dá uma interpretação do papel dos nomes entre estes índios: “O primeiro sacrifício ritual e as primeiras cerimônias de renomação

concediam a um homem poderes suficientes para que pudesse suportar normalmente e resistir vantajosamente às forças negativas desencadeadas pelo morto, sem precisar repetir todas as provas a que se submetiam os iniciados”.

Em outro lugar, diz que o jovem Tupinambá deve passar por certos ritos, entre eles a troca de nomes, para ingressar na vida adulta. O nome, aqui, localiza o jovem na estrutura social (*idem*, p. 201). Sobre o nome adquirido da vítima, Fernandes comenta: “O nome adquirido por intermédio do massacre ritual não provinha estritamente desta, embora seja provável que o sacrificante captasse através da ação sacrificatória, uma parte dos poderes do sacrificado, inerentes à porção destrutível de sua pessoa[...] é permitido interpretar o nome como sendo o símbolo carismático do benefício recebido de uma entidade sobrenatural através da vítima (*idem*, p. 312).

Uma outra fonte sobre os Tupinambá explicita que os nomes não podem ser ditos senão no momento dos rituais: “[...] os cavaleiros nunca fazem menção dos seus nomes, senão quando há festa de vinhos[...]” (Monteiro, 1949, pp. 409-10).

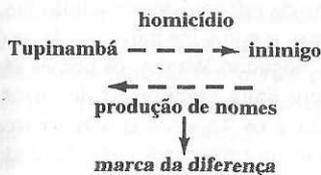
Outro processo de receber nome dá-se através do filho do cativo (inimigo) com uma mulher Tupinambá, como registrou Monteiro: “[...]lhe dão (ao prisioneiro) por mulher filha daquele que o tomou ou uma parenta das mais chegadas; e a causa é pela honra que daquele casamento lhe nasce, porque tendo filhos do tapuia, neles hão de tomar os mesmos nomes, e com a mesma solenidade que no pai, porque cuidam estes bárbaros, que na criança não tem a mãe parte alguma, e que não concorre para a geração, e assim dizem que não serve mais que um saco; e por esta causa comem os filhos que foram gerados dos contrários...” (*idem*, p. 411).

Examinando as descrições sobre a onomástica Tupinambá, observamos que a ênfase recai nos nomes adquiridos mediante o sacrifício da vítima. O nome parece, por um lado, estar associado a uma qualidade que se adquire. Por outro lado, parece produzir

uma diferença. Aqui, o nome é o emblema da diferença. À cada morte de inimigos, os indivíduos, através dos nomes adquiridos, contrapõem-se aos inimigos. Os nomes denotam o homicídio e a guerra, evocam os eventos da morte e do canibalismo.

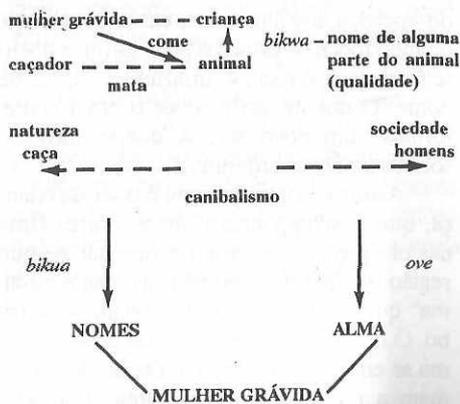
Os Tupinambá privilegiam o acúmulo de nomes. Se identificam a guerra e o canibalismo como produtores de sua sociedade (Viveiros de Castro e Carneiro Cunha, 1987), os nomes são símbolos, a concretização desta concepção mais geral nos indivíduos. A recordação dos nomes durante os rituais faz reviver o modo como foram adquiridos, colocando em operação os temas do canibalismo e da guerra.

A prática da “produção de inimigos” através do casamento de uma mulher Tupinambá com um inimigo produz também nomes. Na sociedade Tupinambá, os nomes chegam do exterior (da morte dos inimigos). Estão sempre vinculados à prática guerreira e ao hábito canibal. Temos assim:



Entre os Guaiaki observa-se um sistema onomástico com propriedades semelhantes ao dos Tupinambá. Através do caso “belles cornes”, Clastres (1972, p. 252) explica o processo de nominação. A criança, ainda no ventre materno, recebe um nome referente a uma qualidade da caça (vaca) consumida por sua mãe: belos chifres. Neste momento o feto passa a ter *bikwa* — essência da caça transmitida ao feto. Uma forma de nominação metonímica e particularizante: uma vaca em particular, não a classe das vacas; e uma qualidade desta vaca (os belos chifres), não toda a vaca. Nesta primeira forma de nominação, os nomes vêm dos animais, da natureza. Existe um outro processo de nominação relacionado à alma (*ove*). Segundo Clastres,

os índios dizem: “eu sou a alma de fulano”. O canibalismo é o meio pelo qual alguém se torna a alma de um morto. Na concepção nativa, a alma é um princípio neutro, impessoal, sem influência sobre o novo ser vivo que habitará, sendo indiferente ao seu sexo. O caso *Kimiragi* é elucidativo: *Dokogi* estava grávida quando *Terygi* morreu. Os Guaiaki ofereceram o pênis de *Terygi* a *Dokogi* para que ela o consumisse no ritual antropofágico. A intenção da doação do pênis àquela mulher grávida era devida ao desejo de que seu filho nascesse homem. Entretanto, nasceu uma menina — chamada *Kimiragi* — que passa a ser identificada como a “alma de *Terygi*” (idem, pp. 338-9). Nesse caso, a alma procede do morto canibalizado. Entre os Guaiaki temos, assim, as seguintes equações onomásticas:



A partir destas duas equações vemos que a onomástica se realiza de duas formas: pela natureza e pelos mortos canibalizados. No caso do canibalismo funerário, incorpora-se a alma e esta engendra um processo novo de referência: “animanímia”. Adquire-se a substância, a alma, ao mesmo tempo que se evoca o outro para se identificar: “Eu sou a alma de *Terygi*”. A incorporação tanto do *bikwa* quanto da *ove* se dá pela ingestão da caça ou de homens. O canibalismo é o que opera a transferência das substâncias para o

indivíduo que devora. Identifica-se o outro para, então, identificar-se.

Entre os Apapocuva-Guarani, descritos por Nimuendajú (1987), há uma relação entre a alma e nome. Alguns dias depois de a criança nascer, os pajés reúnem-se para saber qual alma "veio ter conosco". A alma vem do exterior e, com ela, o nome. O pajé indaga sobre sua procedência e o seu nome. Existe entre os Apapocuva um ritual de nomeação muito complexo, em que se dá o nome à criança na presença de parentes e padrinhos. O nome que um Guarani recebe tem para este uma significação muito profunda. Não é uma simples designação. Pelo contrário, o nome é parte do possuidor, um "pedaço", idêntico a ele, inseparável da pessoa. O nome é a própria pessoa. Maldizer o nome prejudica seu portador. É nesse sentido que os Guarani, segundo Nimuendajú, guardam segredo dos seus nomes, atribuindo apelidos aos filhos. Em casos de doença, quando todos os esforços para salvar o doente fracassam, o recurso utilizado é a troca de nome. O doente, ao receber o novo nome, torna-se um novo ser. A doença fica associada ao nome anterior.²

Assim, o nome Guarani é o ser da criança, que o acompanhará até a morte. Uma das obrigações dos xamãs é precisar de que região do "paraíso" provém as "palavras-alma" que se "encarnam" nas crianças da tribo. O nome é a confirmação de que uma alma se encarnou na criança. Os deuses informam a procedência desta alma (Cadogán, 1954, pp. 41-2).

Shaden (1974) nos diz que há uma identificação entre a alma enviada à terra, isto é, a criança reencarnada enviada pelos deuses, e a reza que o indivíduo recebe como dádiva sobrenatural. Se existe uma correlação entre alma e reza e outra entre alma e nome, logo reza e nome também estão ligados. Não se encontram duas pessoas com a mesma reza entre os Nandeva; a reza, como o nome, é individual; é uma característica do indivíduo. Liga-o ao cosmos, ao sobrenatural. Existe, também, uma acumulação de rezas pessoais, e este é um fator impor-

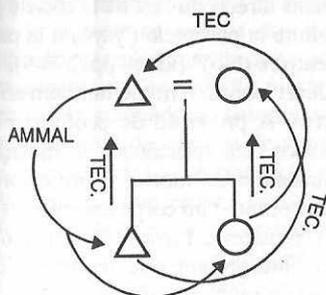
tante para a "distinção social", de *status social*. Viveiros de Castro (1986, pp. 383 e segs.) faz uma correlação entre a acumulação de rezas dos Nandeva e a acumulação de nomes dos guerreiros Tupinambá. Ambos os processos cumprem papéis semelhantes na sociedade. Rezas e nomes vêm de fora (as rezas são recebidas das divindades através do sonho). Ter reza e ter nome significa ser homem, ser social. Se no caso Tupinambá o homem sem nome não pode casar, no Guarani o homem sem reza é colocado à margem da sociedade.

Entre os Tapiraré existem nomes de infância e nomes de adulto. A mãe dá o nome de infância ao seu próprio filho (Balduz, 1970, p. 279). Não há mais de um Tapiraré com o mesmo nome (*idem*, p. 280). Os homens trocam de nomes pelo menos duas vezes na vida; com as mulheres sucede o mesmo. Os nomes de adulto são atribuídos aos homens quando passam a usar o estojo peniano, às mulheres depois da primeira menstruação (Wagley, 1977, p. 142). A menção do nome de infância de um adulto lhe causa embaraço, o nome lhe parece ridículo (*idem*, p. 232). Segundo Wagley, os nomes são herdados em linha paterna ou dos irmãos da mãe. Entre os Tapiraré o nome parece ser da ordem da transmissão, são herdados, logo, ligados mais à sociedade e menos ao cosmos e ao sobrenatural.

O sistema de nomeação Sirionó é apresentado por Holmberg (1978) da seguinte forma: assim que a mulher sente as primeiras dores do parto, seu marido sai para caçar um animal; o nome da espécie do animal abatido será aquele dado à criança. O pai procura por um animal que mostre qualidades positivas (por exemplo, corajoso), como o tapir e o jaguar. Não sendo encontrados tais tipos de animal, procurará por outro qualquer. Se a caçada não for bem-sucedida ou o nascimento ocorrer à noite, a criança receberá um nome referente a uma característica anômala que possua, por exemplo, um pé deformado, ou algum traço que a associe a algum animal. Não existem cerimônias formais de nomeação. A partir da nomeação,

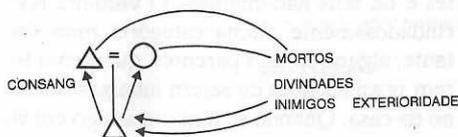
faz o uso de tecnônimos para classificar os pais da criança (idem, pp. 175-6).

Em representação gráfica:



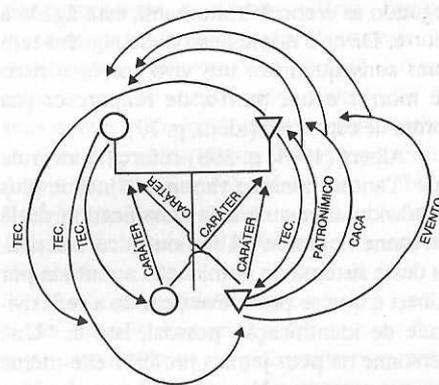
Entre os Araweté existem nomes de infância e nomes de adulto. Na infância o nome é arbitrário; os pais é que fazem a nomeação. O nome de adulto provém dos filhos por intermédio da teconímia (Viveiros de Castro, 1986, pp. 372-3 e 382). Existem “duas regras mínimas e básicas de nomeação: não se usa (se fala, se dá) o próprio nome; dois vivos não podem portar o mesmo nome” (idem, p. 382). Há três fontes de nomes para crianças: de inimigos, de um ancestral ou de uma divindade (idem, p. 383).

Os pais perdem o nome de infância quando nasce o primeiro filho: “O primeiro filho é considerado o nominador dos pais” (idem, p. 371). O nascimento de filhos é a única possibilidade para a mudança de nomes. O nome de adulto é o nome da criança, do filho, mais o termo de parentesco. Não há autonegação, nomeia-se a criança, o filho, e captura-se este nome por meio da classificação terminológica. Os pais se autonominam utilizando como recurso os próprios filhos. Tem-se a seguinte equação:



Viveiros de Castro diz que “o nome tem uma função de individualização, não de classificação” (idem, p. 375); como em outros sistemas sul-americanos, “os nomes e as identidades vêm de fora, remetem ao exterior da sociedade, onde a morte e a alteridade são diretamente constitutivas da pessoa” (idem, p. 383). Acrescenta que este tipo de classificação onomástica é característica dos sistemas canibais “onde os nomes vêm dos deuses, dos inimigos, dos mortos, dos animais consumidos; onde se obtém os nomes do outro” (idem, p. 384).

O sistema onomástico Yanomami foi apresentado por vários autores. Ramos (1976) estabelece uma divisão entre os nomes pessoais e patronímicos. Ambos são secretos. Os nomes pessoais são recebidos em qualquer idade e pode-se ter mais de um nome. Existem cinco possibilidades de se adquirir um nome pessoal. Através da caçada ritual em que o pai abate um animal e o nome deste animal é dado à criança; baseado em características físicas ou de comportamento; baseado em circunstâncias ou eventos ocorridos na ocasião do nascimento ou no decorrer da vida do indivíduo. Patronímicos personalizados. E, finalmente, tecnônimos (idem, pp. 23-4). Este tipo de referência nominal sugere as seguintes equações:



Segundo a autora, os nomes de patronímicos são de *sibs* e de linhagens. São dados de pai para os filhos e nunca se repetem. O patronímico de *sib* + patronímico de li-

nhagem + nome pessoal estabelece um processo de distinção entre as pessoas (idem, pp. 25, 30 e 31).

Para a autora, o sistema Sanumã situa-se entre a categorização e a individualização. A individualização é feita com o recurso do binômio formado pelo nome pessoal + nome do grupo (ou categoria). Todos os nomes, sejam de categoria ou de individualização, são secretos. Existe uma gradação em termos de ocultação, de segredo, entre os distintos modos de nominação. O maior segredo é com os nomes pessoais, seguidos dos patronímicos e do tecnônimo (Ramos, 1977, pp. 150-1).

Segundo Lizot, uma criança pode ser indiferentemente chamada pelo termo de parentesco ou pelo seu nome pessoal. As restrições ao uso do nome começam quando ela atinge a puberdade. A liberdade de usar os nomes das crianças como referência autoriza o uso da tecnonímia (Lizot, 1973, p. 65). Existem alguns indivíduos cujos nomes sofrem tabu: pai, mãe e sogros potenciais (idem, p. 66). A maior interdição recai sobre os nomes dos mortos. O nome pessoal faz parte da personalidade. A interdição de pronunciar os nomes dos mortos estende-se ao uso lingüístico dos radicais formadores do nome (idem, p. 68). A proibição de pronunciar o nome de uma pessoa em sua presença, segundo as crenças Yanomami, está ligada à morte. Dizer o nome pessoal de alguém tem duas conseqüências: um vivo correr o risco de morrer e um morto, de reaparecer (na forma de espectro) (idem, p. 70).

Albert (1985, p. 398) reforça a idéia de que "l'anthroponomie yanomamé incline plus à individuation qu'à la classification de la personne nommée". Uma outra característica deste sistema de nominação apontada por Albert é que se proscree de toda a reflexividade de identificação pessoal, isto é: "Une personne ne peut jamais préférer elle-même son propre nom. Nom d'enfant ou surnom d'adult, il n'a cours en toute circonstances que pour autrui. L'individuation ne prend donc jamais socialement effect dans ce système que du point de vue successif des altéri-

tés collectives que la subjectivent tandis qu'à l'inverse, le processus onomastique d'individuation classe implicitement les univers sociaux successivement pertinents pour la personne nommée: il oppose dans l'enfance les ascendants directs du rest de la société puis à l'âge adulte la parentele ('yayé) à la parenté classificatoire (bio)" (idem, pp. 398-9).

Albert associa o nome também ao traço do morto. A proibição de proferir o nome dos mortos está relacionada à anulação da individualidade do morto; é um esforço de fazer do defunto "un corpe anonyme" (idem, p. 400). Clastres e Lizot (1978, p. 116), por sua vez, interpretam este fenômeno da seguinte maneira: "[...]tout se passe como si les noms propres des Yanomami étaient donnés pour signifier à chaque individu singulier ce qui est son destin singulier, c'est-à-dire sa propre mort".

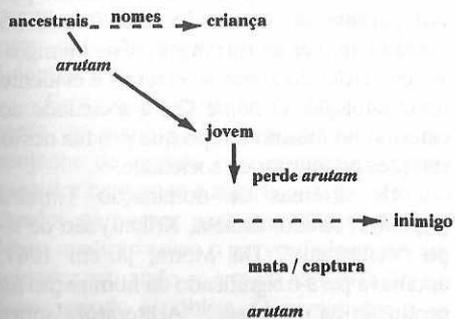
Albert afirma que a interpretação de Clastres e Lizot relaciona os nomes aos mortos e não a nominação à morte (Albert, 1985, p. 401). A proibição do nome do morto prende-se muito mais à escatologia individual e a uma concepção de morte. Sendo assim, "Empreintes, residus, marques, possessions, nom propre[...]ou photographie[...]; la 'trace du mort' est ainsi recueillie et détruite ("mangée") avec une méticulosité pointilleuse par les deuilleurs (parents yayé du défunt)[...]" (idem, p. 403).

O sistema de nominação Jívaro e suas correlações com outros domínios sociais põe em evidência um sistema onomástico de tipo "canibal". A criança é nomeada alguns dias após nascer. Deve receber, idealmente, o nome de um parente falecido, da geração dos pais ou avós. Os nomes são de animais, em sua maioria provenientes de pássaros. O conhecimento e manipulação dos nomes definem as relações entre os grupos. Quando um Jívaro visita uma casa estranha, o dono pergunta ao visitante o nome de seus parentes e de seus não-inimigos. O visitante põe, cuidadosamente, numa categoria mais distante, alguns de seus parentes, que pensa terem possibilidades de serem inimigos do dono da casa. Quando se tem um amigo em vi-

sita à aldeia, é preciso acompanhá-lo constantemente e nunca identificá-lo, não dizer o seu nome, pois provavelmente este deve ter muitos inimigos na vizinhança (Harner, 1973, pp. 84-5, 103 e 131).

Os nomes entre os Jívaro parecem ter a função de separar os amigos dos inimigos. Este tipo de procedimento permite aos Jívaro saberem quem eles poderão matar. Paralelamente, e relacionado ao sistema onomástico, há o sistema de captura de almas, que parece complementá-lo. A obtenção do *arutam*, da alma, é o que está na base da morte dos inimigos. Os homens necessitam capturar almas. Ninguém nasce com uma *arutam*. Esta é adquirida por meio de um ritual envolvendo os jovens e os ancestrais, que lhes passam sua *arutam*. No ritual, a *arutam* de um ancestral entra no peito do jovem tornando-o forte e despertando nele o desejo de matar. Após este ritual, os jovens estão preparados para empreender uma expedição de guerra e matar suas vítimas. Nas proximidades da aldeia inimiga, realizam um ritual em que perdem as suas *arutam* para poder, então, capturar a *arutam* do inimigo (idem, pp. 135-43).

Viveiros de Castro (1986) faz um paralelo entre o sistema de nomenclatura que está baseado na obtenção de nomes (como o caso Tupinambá) e o sistema Jívaro, baseado na obtenção de almas. O universo dos inimigos, neste caso, é estabelecido por meio dos nomes. O nome identifica e classifica pessoas. Sendo inimigo, pode-se obter *arutam*. Vejamos a representação gráfica deste sistema:



Neste sistema, o nome e a alma (*arutam*) provêm dos ancestrais. Assim fecha-se o ciclo interno da sociedade. Porém, o jovem perde a sua *arutam* para conseguir a *arutam* de um inimigo, do exterior. O nome vem do interior mas define, por oposição, o inimigo, o exterior; devem-se buscar almas onde não se buscam nomes.

Os Txicão possuem um complexo sistema de nomenclatura que se mescla à classificação terminológica e remete ao exterior da sociedade. Para Menget (1977, p. 187) os nomes pessoais Txicão individualizam. Existem categorias que permitem, em certas circunstâncias, transformar um não-parente em um parente e vice-versa. O sistema de nomenclatura segue caminhos genealógicos; assim, os nomes pessoais são eles mesmos classificadores que desencadeiam novas relações genealógicas (idem, pp. 187-8).

Menget distingue os nomes próprios e os tecnônimos como duas modalidades complementares de classificação. Na sociedade Txicão, pode-se recitar os nomes em alguns rituais, sobretudo quando se retorna de uma expedição guerreira bem-sucedida. O rito é designado *Orengo eganoptovo*. O primeiro nome da série é *emiru*: este é o nome mais corrente e importante, adquirido na metade da vida do indivíduo, quando seus pais já estão mortos. O nome *emiru* é acompanhado dos nomes *imon*, nomes secundários, ligados ao *emiru* desde a nomenclatura. O processo de nomenclatura é cumulativo; um indivíduo é nominado muitas vezes conservando todos os seus nomes (1 *emiru* + nomes *imon*). Assim, existem diferentes classes de antropônimos: (a) *emiru*; (b) *imon*; (c) *amut* (idem, p. 247). Este último seria o apelido, um nome descritivo, acidental, singular, suscetível de esquecimento.

Embora os Txicão possuam uma quantidade elevada de nomes próprios, seu uso é muito raro. Não há propriamente uma proibição de uso dos nomes. Um parente escolhe para uma criança uma seqüência de nomes já existentes, de um de seus próprios parentes, em geral morto. A relação entre nominador e nominado caracteriza-se por ser uma

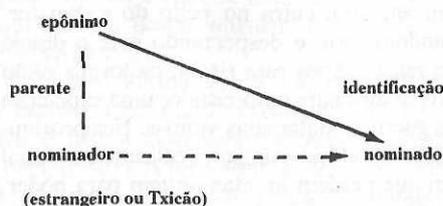
relação de parentes próximos. A nomação é equilibrada bilateralmente: se o primeiro filho é nominado pelo lado paterno, o segundo será nominado pelo lado materno, e assim por diante (*idem*, p. 250).

Existe o epônimo, aquele de quem a criança receberá o nome, e o nominador, aquele que busca o nome para transmiti-lo à criança. A relação entre o epônimo e o nominado é uma relação de identidade, isto é, o nominado pode repetir o destino do epônimo. É neste sentido que se procura buscar um epônimo que não seja desonrado (*idem*, p. 251). A aquisição de um nome não cria um laço durável entre o nominador e o nominado, mas sim entre o epônimo e o nominado. Além da explicitada repetição de destino há, também, uma equivalência de categoria de parentesco. Estende-se a relação de parentesco com o epônimo para o novo portador de seu nome. Assim, o sistema de nomes influi no uso de categorias de parentesco (*idem*, p. 253).

O estoque de nomes é conservado. Pode haver o esquecimento de alguns nomes e sua conseqüente perda. Porém, o sistema é preenchido com novos nomes, criados continuamente. Criam-se nomes a partir de duas situações: (a) integrando os apelidos aos antropônimos, que passam a ser nomes próprios, podendo ser transmitidos; (b) através de estrangeiros cativos de guerra que são incorporados à sociedade Txicão, passando, então, a ser nominadores. Os cativos nominam crianças de outras parentelas, distintas das onde foram adotados, a partir de epônimos provenientes de sua parentela original, estrangeira (*idem*, p. 254). Há aqui um duplo processo: o prisioneiro recebe de seu raptor e da parentela deste um nome Txicão. É, assim, naturalizado Txicão por um nome; em seguida passa a estabelecer relações com outras parentelas Txicão, transmitindo os nomes de seus ancestrais reais para as crianças Txicão (*idem*, p. 255).

A homonímia se caracteriza quando as pessoas têm um mesmo nome *emiru*. Quando este nome é proferido formalmente na presença de seus possuidores, estabelece-se

uma relação de mutualidade designada *eret-cakpo*. Esta relação é transmissível, de homem para homem e de mulher para mulher, linear e colateralmente, de forma automática, após a morte de um dos membros do par. A relação é totalmente simétrica, de partilha (*idem*, p. 262). Da mesma forma que o epônimo se identifica ao nominado, portar nomes iguais parece ser um indicativo de mesma pessoa. Neste caso, os nomes Txicão são constitutivos da pessoa ao mesmo tempo que definem certas relações sociais, produzindo mudanças nas relações genealógicas. Os nomes provêm de fato do exterior e passam, com o decorrer do tempo, a ser nomes próprios Txicão. Vejamos graficamente este sistema:



Se o nominador estivesse sempre na categoria de estrangeiro, os nomes viriam de fora, do outro grupo tribal, passando a ser incorporados aos Txicão como nomes próprios Txicão. Os nomes, ao perder a referência, poderão ser capturados pela sociedade. Neste sentido, se o nome vincula o epônimo ao nominado, teremos então uma vinculação de pessoas ao exterior da sociedade, aos estrangeiros e inimigos. Mesmo que os nomes, hoje, sejam nomes Txicão, adquiridos não só através dos estrangeiros mas também por um parente do nominado, eles foram, no passado, nomes de estrangeiros, de inimigos. A vinculação do nome ao exterior é evidente nesta situação. O nome liga a sociedade ao exterior, ao mesmo tempo que produz novas relações no interior da sociedade.

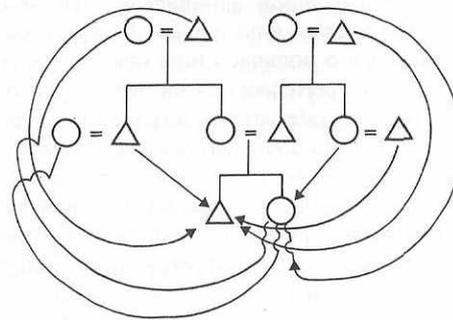
Os sistemas de nomação Timbira (Apinayé, Krahó, Camela, Krikati) são de tipo "centrípeto". Da Matta, já em 1967, apontava para o significado da nomação na produção da sociedade: "A literatura sobre

os Apinayé e trabalhos de campo com os Krahó têm demonstrado que a nomeação nestes grupos não é somente um modo pelo qual a sociedade rotula os seus membros, atribuindo a cada qual uma posição dentro de uma estrutura jurídica, familiar ou cerimonial. De fato os nomes funcionam, também, como um mecanismo de recrutamento para um conjunto de grupos cerimoniais e servem para atribuir, aos seus portadores, papéis sociais de grande importância. Do ponto de vista estrutural, estamos inclinados a crer que a nomeação exerce influência numa série de outras instituições. Isto porque é através da nomeação que vários indivíduos situados em gerações diferentes ficam unidos num mesmo grupo social e por obrigações de reciprocidade” (Da Matta e Laraia, 1979, 1967, pp. 159-60).

Examinemos alguns sistemas Timbira. Começemos pelos Apinayé. Nimuendajú (1956) nos dá uma primeira descrição do sistema de nomeação Apinayé. Os nomes são transmitidos: assim, cada uma das metades tem um repertório finito de nomes, transmitido de geração a geração. O nome é uma reunião de quatro ou mais palavras, cada qual com significados independentes. As palavras parecem perder a referência lingüística quando utilizadas como nomes (idem, pp. 19-25). Os nomes são títulos, papéis sociais. Existem nomes “grandes” e “pequenos”. Os “grandes” parecem ter a função de ligar o sujeito à metade, investindo-o de um papel cerimonial. Na classe dos nominadores encontram-se pessoas do mesmo sexo do nominado. Alguém transmitirá seu nome. A regra básica entre os Apinayé é: aquele que fez o corpo não poderá nominá-lo. Há, assim, uma oposição entre nominador e genitor (idem, p. 21).

Existem três posições centrais neste sistema de nomeação. O nominador, o arranizador de nomes e o nominado. O arranizador de nomes é aquele que procura um doador de nomes para seu “filho adotivo”. Faz a mediação entre o pai verdadeiro e o nominador, situando-se a meio caminho das esferas privada e pública. O nominador é al-

guém que se situa na esfera pública, da perspectiva do nominado. Com aquele estabelece uma relação de formalidade e distância social. Com o arranizador de nome e com seu pai verdadeiro tem uma relação cordial. Os nomes são, como vimos, básicos na estruturação das relações sociais. Assim, encontramos aqui a nomeação produzindo relações sociais (Da Matta, 1976, pp. 108-11 e 113-4). Embora os Apinayé tenham nomes que os ligam diretamente à sociedade, ao seu doador e à metade a que seu doador pertence, existem nomes de “dentro de casa”, apelidos, responsáveis pela individualização. O público e o privado penetram também na esfera da nomeação. Da Matta a representa da seguinte maneira:



A relação ritualizada entre nominador e nominado é contrastada com a relação cordial entre o filho e o genitor. Parece que estas relações opostas querem sinalizar uma não-identificação entre o pai e o nominador (idealmente o tio materno). Faz-se, portanto, uma identificação social com o nominador e uma identificação pessoal e afetiva com o pai. Por uma dupla identificação, produz-se uma diferença. A esfera pública, social, é representada na figura do nominador. O nominado passa a ser uma réplica do nominador. Mesmo nome, mesmas atribuições. Uma relação mediada pelo social, ritualizada. Estabelecida pela lei. O arranizador é quem vai buscar o nome. Ao fazê-lo, projeta o nominado para fora de seu núcleo familiar, ao mesmo tempo que insere o nominador no

interior deste núcleo. É neste sentido que os nomes classificam, Na verdade, nominam classificando. Inserem indivíduos num campo social. Da Matta faz uma comparação entre os nomes na sociedade Apinayé e em outras sociedades Timbira e Jê. Conclui que entre os Apinayé os nomes têm função classificatória pelo fato de o sistema social não possuir outras fontes de classificação. Em contraste, a nomenclatura Kaiapó tem função individualizadora, já que nesta sociedade existem sistemas de classes de idades e metades organizadas responsáveis pela classificação (idem, pp. 123-30).

Julio Cezar Melatti (1976) apresenta o sistema de nomenclatura dos Krahó. Identifica, de imediato, uma relação de substância entre genitor e gerado, representada pelas restrições alimentares simultâneas. Genitor e gerado formam uma unidade biológica; nominador e o nominado uma unidade social. Os nomes pertencem às metades; ligam os indivíduos a estes grupos, atribuindo-lhes papéis rituais. O nominado usa os mesmos termos de parentesco que seu nominador utiliza para classificar as pessoas. O nominado reclassifica os indivíduos, os quais classificava a partir da relação com seu genitor. Com o advento da nomenclatura, parece adquirir a mesma pessoa social que seu nominador; repete as mesmas classificações empregadas por ele. O nome não representa um indivíduo, uma pessoa; atribui um lugar social. Diferentes indivíduos vão ter a mesma máscara social, embora não sejam a mesma pessoa. Melatti usa as figuras do ator e personagem para interpretar o significado da nomenclatura entre os Krahó (idem, pp. 145-6). Neste sentido, o nome enquanto oposto ao núcleo primário da criação biológica é uma forma de reprodução social. Quanto à transmissão dos nomes, o caso Krahó segue a lógica Apinayé, com uma única diferença: entre os Krahó os primos paralelos de mesmo sexo estão na posição de nominador (idem, p. 144).

Carneiro da Cunha (1978, p. 76) enfatiza a relação entre a nomenclatura e a amizade formalizada. Se uma pessoa recebe nomes de dois nominadores terá, potencialmente, a

soma dos amigos formais de ambos. Sobre os nomes, ressalta que entre os Krahó a transmissão de nomes segue a lógica dos nomes passarem de parentes próximos para parentes próximos e de parentes distantes para parentes distantes, o que garante que os nomes voltem para a casa de origem, de onde saíram com os homens. "É, aliás, em termos de 'casas' (na realidade entenda-se segmentos residenciais) que os Krahó às vezes enunciavam esta regra: dá-se os nomes na casa de onde eles vieram" (idem).

Os Krikatí dão mais ênfase à nomenclatura, como constitutiva do sistema social, que os demais Timbira. As relações de parentesco e casamento organizam as atividades dos grupos domésticos. A nomenclatura, igualmente importante, organiza as relações sociais mais gerais. Os nomes têm a função de recrutar indivíduos para as três metades e as sociedades cerimoniais. Transmite, também, papéis cerimoniais e permite que os nominadores socializem os nominados. Estabelece um sistema de amizade formalizada. Os nomes entre os Krikatí são uma instância determinante na perpetuação do sistema social (Lave, 1979).

Ladeira (1982) realizou trabalho minucioso sobre a troca de nomes e cônjuges entre os Timbira. Segundo ela, duas questões são fundamentais para o estabelecimento da sociedade Timbira: com quem casar e com quem trocar nomes. Entre os Timbira, as pessoas são parentes quando trocam de nomes ou quando se originam de um mesmo segmento residencial. A união de segmentos residenciais é estabelecida pela nomenclatura ou pelo casamento. São escolhas excluídas (idem, p. 57). A nomenclatura influi nos arranjos matrimoniais. Um *ego* masculino poderá casar-se somente com as primas paralelas patrilineares ou as primas cruzadas patrilineares. As primas paralelas matrilineares são consideradas "irmãs" e as primas cruzadas matrilineares são "mães". Com ambas não pode casar-se. Existe, portanto, a orientação de casamento entre um *ego* masculino e suas primas cruzadas patrilineares e entre um *ego* feminino e seus primos cruzados matrilineares.

rais (idem, pp. 105, 106 e 108). O retorno dos nomes ao grupo doméstico de origem é possibilitado pelos arranjos matrimoniais, expressando, assim, uma “política de não perder nomes” (idem, pp. 44 e 110). Entretanto, nenhuma parentela detém um conjunto próprio e exclusivo de nomes. Todos os indivíduos têm um nome e um lugar no pátio da aldeia. Trocando nomes e corpos entre os grupos domésticos de segmentos residenciais diferentes, tramam a rede que une os distintos grupos sociais. A vida cerimonial dos Timbira não interfere nos arranjos estabelecidos na “periferia” (troca de nomes e corpos). A terminologia de parentesco explicita esta troca por meio de um conjunto de termos de relação que orienta a troca de nomes e a troca de cônjuges (idem, pp. 112-4). Ladeira mostra-nos, assim, uma dimensão fundamental da nomeação entre os Timbira. O nome é algo que produz as relações sociais e que funciona como outra face da aliança. Existem as esferas da aliança e dos nomes; ambas produzem sociabilidade. Com quem se troca esposas não se troca nomes; com quem se troca nomes não se troca esposas. Um sistema construído de forma interdependente. Os nomes, neste caso, são mais do que da ordem da transmissão e da sociedade; fundam as relações sociais, separando e unindo grupos.

O sistema Suya, apresentado por Seeger (1981), assemelha-se aos dos demais Jê. O autor acentua que o nominado seria a réplica do nominador, no que se refere aos papéis cerimoniais. Partilham os mesmos direitos e deveres, havendo uma real identidade entre eles; num certo sentido eles são “um”. O menino é nominado pelo tio materno e a menina pela tia paterna. Nestes casos a homonímia faz a duplicação do sujeito, encarnação de um mesmo ser social (idem, pp. 121-46).

O sistema de nomeação dos Kayapó é apresentado por Verswiger (1983). Entre os Kayapó, cada segmento residencial é associado a um conjunto de nomes pessoais, privilégios rituais, itens de enfeite pessoal e direitos de receber partes específicas de cer-

tos animais. Todos os nomes e privilégios podem ser transmitidos a membros de outros segmentos. A transmissão realiza-se através do sistema de parentesco e de laços diádicos (idem, p. 104). O autor afirma que “quando nomes pessoais ou privilégios são transmitidos a membros de um outro segmento residencial, estes devem ser devolvidos ao segmento com o qual são associados, passando para um de seus membros” (idem). Existem dois tipos de nomes entre os Kayapó: nomes comuns e nomes belos ou grandes. Os nomes comuns estão associados a e são produzidos por algum elemento do ambiente natural, uma parte do corpo ou mesmo uma experiência de vida. Os nomes grandes ou belos são constituídos por duas partes: o prefixo cerimonial (existem pelo menos oito prefixos associados a cerimônias específicas) e o radical que serve para a nomeação individual. A transmissão destes nomes não se realiza de pais para filhos reais ou classificatórios; caso assim fosse feita, a criança nominada faleceria. Tanto os nomes grandes quanto os comuns são transmitidos por um homem ao filho da irmã e por uma mulher à filha do irmão. Os nomes comuns são doados sem formalidades, enquanto os nomes grandes são confirmados cerimonialmente (idem, pp. 105-8).

Verswiger também discute a idéia sobre a nomeação Kayapó formulada por Bamberger (1974), que diz que os nomes masculinos movimentam-se por uma linha uterina de parentela masculina (de filho da irmã para filho da irmã) e que os nomes femininos movimentam-se por uma linha agnática de parentela feminina (da filha do irmão para a filha do irmão). Assim, a sugestão de Bamberger é que os nomes movimentam-se em torno do círculo da aldeia (Bamberger, 1974, pp. 373-4). Verswiger procura provar que os nomes Kayapó são de posse dos segmentos residenciais (Verswiger, 1983, p. 112).

A tese de Lea (1986) segue a pista apontada por Verswiger. Para a autora, o princípio imperativo da nomeação é que os nomes devem retornar ao local onde surgiram. A maioria das pessoas tem entre 6 e 15

nomes, com possibilidade de possuir mais de 15. De um modo geral, o indivíduo não sabe sobre todos os nomes que possui; conhece apenas os que são usados. É obrigação de sua mãe repetir seus nomes durante a sua vida, para que nunca os esqueça. Evita-se homonímia. O controle do saber onomástico de cada casa visa assegurar a perpetuidade dos nomes que a ela pertencem. O nominador não renuncia aos seus nomes; passa a compartilhá-los com o nominado. Há, entretanto, exceções: quando há disputa por um nome, este é abandonado pelo nominador, tornando-se, assim, nome exclusivo do nominado. Os homens defendem o patrimônio onomástico de suas casas (idem, pp. 174-9). A transmissão de nomes realiza-se por uma regra também presente entre os Timbira: a mulher transmite seus nomes à filha do irmão e o homem transmite seus nomes ao filho da irmã. O acervo de nomes e de *nekrets* (bens cerimoniais) distinguem uma casa das outras. Cada morador é um nominador potencial; porém necessita de outros para transmitir nomes aos seus filhos. O nome, assim, é um símbolo, um valor (idem, pp. 180-1).

Entre os Kayapó a relação nominador/nominado não é de evitação. Está subordinada à relação homem/filho de sua irmã e mulher/filha de seu irmão. A nomeação reforça a relação preexistente entre um homem e sua irmã. Uma mulher deve transmitir seus nomes (os de sua casa) para as filhas de seus irmãos, em retribuição aos nomes que seus filhos recebem daqueles (idem, pp. 182-6 e 203-4). Para Lea, o importante na onomástica Kayapó é a perpetuação do acervo de nomes de cada casa e o enriquecimento deste pela apropriação de nomes provenientes de casas "vazias". Neste sentido, o nome Kayapó segue outro princípio que não o de "pura" troca e constituição da sociabilidade, como no caso Timbira. Aqui o nome parece ter caráter emblemático. É o que distingue as casas. O nome tem característica de totem. O nome Kayapó, como apresentado por Lea, trabalha exclusivamente com a intenção classificatória. Liga indivíduos a

grupos, a casas. Entre os Kayapó os nomes ligam os corpos às casas, ao mesmo tempo que as diferenciam.

O sistema onomástico Xikrin, descrito por Vidal (1977), distancia-se do sistema Kayapó. Os nominadores, do ponto de vista genealógico, encontram-se na periferia do sistema de parentesco; da perspectiva terminológica, são os avós paternos e maternos, os *siblings* cruzados dos pais de um *ego*. Entre os Xikrin encontra-se uma nomenclatura similar à presente entre os Timbira: existem os nomes "grandes" e "pequenos". Os grandes são transmitidos cerimonialmente e os pequenos, comuns, os acompanham. Vidal enfatiza que os nomes "grandes" não formam grupos corporados; agrupam indivíduos somente na cerimônia de nomeação. À diferença dos Timbira, os nomes Xikrin não incorporam à mesma metade o nominador e o nominado. Os nomes estão ligados à esfera das prerrogativas, conhecimentos e ornamentos rituais. Ganha-se um nome e herda-se por meio de prerrogativas. Um indivíduo pode doar todos os seus nomes a um único ou pode reparti-los entre vários. A relação entre nominador e nominado do sexo masculino é formal e ritualizada, enquanto a relação entre mulheres é mais descontraída. Entre os homens implica a herança de bens e privilégios rituais (idem, pp. 108-10).

Cruz (1939 e 1940), ao descrever o sistema de nomeação Bororo, registrou que o indivíduo pode ter mais de um nome, embora grave somente um em sua memória. Após o nascimento da criança, os pais convocam os parentes matrilaterais para a escolha de um nome e para participar da cerimônia de nomeação. Nesta cerimônia, a criança terá seu lábio perfurado e o perfurador adquirirá uma série de obrigações em relação à criança: desde fornecer o instrumento que lhe furará o lábio até ocupar o lugar de seu pai, caso este venha a falecer. Durante a cerimônia, o perfurador grita o nome da criança de forma que todos possam ouvi-lo. Ao ser pronunciado o nome, a mãe da criança cai em prantos, pois este nome é um homônimo de um antepassado. Todas as pessoas ligadas ao

morto choram ao ouvir seu nome. O nome marca, assim, o começo de uma vida e o final de outra. Os nomes continuam enquanto as pessoas vivem e morrem. Se o filho for primogênito, o pai da criança terá o septo nasal e os lóbulos auriculares perfurados no mesmo ritual. Ritual que marca a incorporação do filho à sociedade e do pai à vida adulta. O perfurador é designado *Uidaga*; nunca poderá esquecer o nome da criança. Os nomes atribuídos à criança são de uso privativo de sua metade e de seu clã. Paralelo a este nome, atribuído pelo nascimento, existe um outro, oculto, doado por um homem de prestígio do clã da criança; este nome somente pode ser pronunciado em voz baixa, por aquele que a nomeou e pelos seus pais, e só será revelado ao seu portador após o nascimento de seu filho.

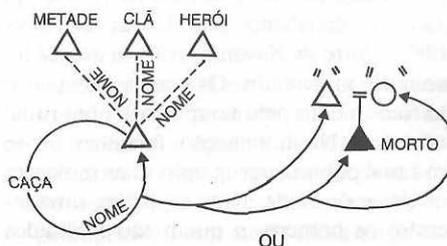
Quando um rapaz atinge a puberdade, adquire um estojo peniano (*Bá*) e um nome de um herói da tribo. Pode receber outros nomes ao caçar, em memória de algum morto. Quando entrega o animal abatido à família e parentes do morto, estes recebem nomes, assim como caçador e o próprio morto (Cruz, 1939, pp. 185-202). Neste caso os nomes derivam das características percebidas no animal caçado ou relativas à alimentação encontrada em seu estômago.

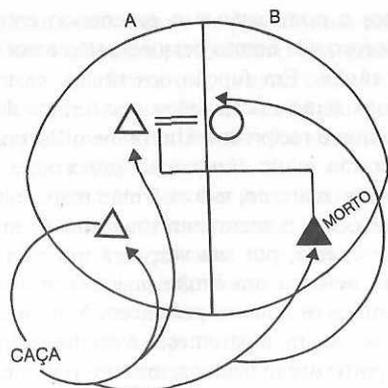
Viertler (1976) divide os nomes Bororo em nomes *Iebiomage* (nomes de caça e de morte) e nomes *Ie-mage* (nomes de vida). Os *iebio* decorrem da caça do *mori* e são considerados nomes de recompensa, proclamados cerimonialmente. Os nomes de morte podem ser usados por todos da aldeia como referência em oposição aos nomes de vida que são de uso reservado. A caçada é realizada por alguém que pertence à metade oposta à do morto. O caçador é visto como um “filho” da mulher que recebe o *mori*, considerada a “mãe” do defunto, casado com o “pai” do defunto; ambos pertencem ao mesmo lado do caçador. A partir deste acontecimento há uma nomeação do defunto, do pai e mãe do morto e do caçador (idem, pp. 58-68).

Viertler (1978) explora com maior deta-

lhes a nomeação e o parentesco entre os Bororo. Os nomes pessoais estão associados a títulos. Em função dos títulos, os indivíduos serão relacionados por termos de parentesco recíprocos. Um homem Bororo, associado a um título mais importante, será um tio materno, avô ou irmão mais velho de um outro homem com título menos importante; este, por sua vez, será um sobrinho, um neto ou um irmão mais novo daquele. Ambos os homens pertencem à mesma metade. Assim, o parentesco é estabelecido não a partir dos indivíduos, mas sim por intermédio dos títulos, dos nomes que portem. A posição entre os indivíduos, de distância ou proximidade, é equacionada às posições dos títulos dentro do modelo circular da aldeia, visto que a distribuição dos títulos é fixa. A “política de não perder nomes” visa, por meio de adoções, transferências e substituições, manter intacto o círculo dos títulos que configuram o modelo da aldeia (idem, pp. 62-3). Ao concluir, a autora destaca que o complexo e o simbolismo da caça entre o Bororo estruturam a formação de: famílias rituais”, que se tratam por termos de parentesco, alterando substancialmente as formas de tratamento e de conduta anteriores à imposição do nome de morte, ou de caça. Neste sentido, “o parentesco é sempre mediado por uma hierarquia de títulos e de nomes pessoais outorgados para a vida e para a morte de seus representantes”(idem, p. 68).

Temos, assim, a seguinte representação:





Crocker (1985, p. 64) acrescenta que os “Bororo emphasize the intimate association between proper names and the immaterial aspect of being termed *aroe*, soul. All such names are derived from the natural and supernatural entities associated with each clan[...] The name-giving confers upon the child its nominal participation in these beings which literally define all collective individual identity”

Diz ainda que “[...] proper names, ritual titles, and the terms for clan property, all derive specifying ways from these *aroe*[...] These essences provide the categories on which social differentiation and identity is based[...] Everything in the world, say the Bororo, has an *aroe* (that is, name) and, since names are spatially organized, a cosmological place” (idem, p. 270).

Para Crocker, portanto, a alma está estreitamente vinculada ao nome próprio (Crocker, 1979, p. 257).

O sistema de nomeação Xavante foi apresentado por Maybury-Lewis (1967, pp. 232-6) e detalhado por Lopes da Silva (1987). Entre os Xavante, existem nomes femininos e masculinos. Os nomes masculinos são transmitidos pelo tio materno num ritual doméstico. Na nomeação feminina faz-se um ritual público, agrupando-se as mulheres por classe de idade. Nota-se, assim, uma inversão: os homens, a quem são atribuídos nomes sociais, realizam um ritual doméstico e as mulheres, a quem são atribuídos nomes individuais, fazem um ritual público. Os no-

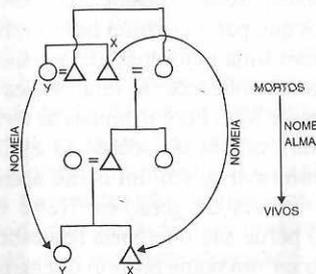
mes Xavante, por um lado, classificam e, por outro, individualizam. Marcam as fases de amadurecimento do indivíduo. Os velhos e os recém-nascidos não portam nomes. Entre os Xavante, a relação nominado/nominador não conforma grupos sociais distintos, com fronteiras bem definidas. A filiação às metades é condição para a nomeação masculina. Os nomes masculinos estão identificados à relação irmãos da mãe/filho da irmã. O nome feminino depende da classificação dos homens em grupos de doadores: metades opostas, distinções etárias. Os nomes femininos classificam as mulheres em grupo, de acordo com seus radicais. No caso Xavante, o nominador perde o nome em prol do nominado. Na sociedade não podem existir dois sujeitos com o mesmo nome. Entre o nominador/nominado a relação não é marcada pela evitação. No caso Xavante, a nomeação não produz uma mudança no sistema terminológico, como no caso dos demais Jê.

O dualismo Xavante trabalha no interior da nomeação. Os nomes masculinos situam-se na esfera social, do parentesco e do campo cerimonial. Relacionam-se ao público e à esfera ritual da sociedade. Os nomes femininos circunscrevem-se à área natural, vinculam a sociedade à natureza. São nomes criados a cada geração, nomes de animais e plantas. Não são transmitidos, como os masculinos. Não classificam, não se vinculam à sociedade. Individualizam. São relacionados à esfera privada, doméstica, da sociedade. Os nomes de homens são permanentes e transmissíveis enquanto os nomes de mulheres são novos, individualizadores, personalizados. A nomeação Xavante pode ser representada da seguinte maneira:

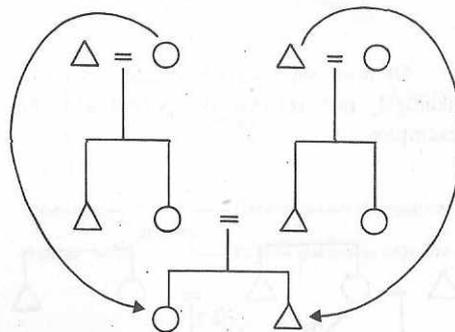
Nomes Sociais	Nomes “Naturais”
Homens	Mulheres
Transmissão MB/Zs	Criação – Não Transmissão
Ritual Doméstico	Ritual Público
Classifica	Individualiza
Não conforma Grupos	Conforma Grupos

Assim, o caso Xavante torna-se singular por conter no seu sistema onomástico aspectos antitéticos: condensa no seu interior princípios que operam no sentido da individualização e da classificação, de acordo com o gênero. Assim, os nomes femininos individualizam e os masculinos classificam. No entanto, é interessante observar que, antes de classificar ou individualizar, o sistema de nomenclatura trabalha para a construção da pessoa. A partir da constatação de Lopes da Silva de que “a pessoa costura a sociedade Xavante”, temos que a onomástica é de fundamental importância na sua concepção de mundo (Lopes da Silva, 1987, pp. 246-8).

O sistema de nomenclatura Barasana (Tukano), do noroeste amazônico, foi apresentada por Christine Hugh-Jones (1979). O processo de nomenclatura realiza-se por meio da transmissão de nomes através das gerações. Os nomes repetem-se por gerações alternadas. A criança recém-nascida é nomeada com um nome de um parente patrilinear morto, pertencente à segunda geração ascendente do mesmo sexo do nomeado. Neste sentido, se for menino, receberá o nome de seu avô paterno; se for menina receberá o nome da irmã do pai do pai. Tal regra é compatível com a regra de descendência patrilinear; a criança pertence, portanto, à parentela do marido. Este sistema onomástico mantém o estoque de nomes patilineares em circulação. A nomenclatura é feita a partir do xamanismo. A nomenclatura transfere a alma do ancestral morto para a criança, impedindo que desapareça. O nominador deve ser um “morto recente”, falecido há pelo menos três anos. Representando graficamente (idem, p. 163):



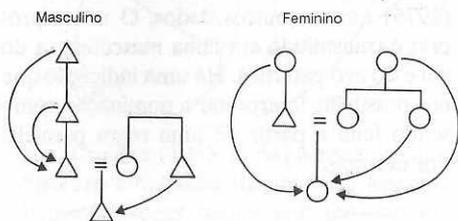
Periféricos aos sistemas apresentados, mas não menos importantes, são os sistemas Kaingang, Suruí e Xinguano. O sistema Kaingang foi descrito primeiramente por Henry (1963, p. 176). O autor não fornece muitos dados sobre o sistema; diz que são os parentes próximos os doadores de nomes às crianças recém-nascidas. Recebem, também, nomes de parentes falecidos. Delvair Melatti (1976) fornece outros dados. O nome próprio é transmitido em linha masculina (a do pai e do avô paterno). Há uma indicação que nos possibilita interpretar a nomenclatura como sendo feita a partir de uma regra paralela. Por exemplo:



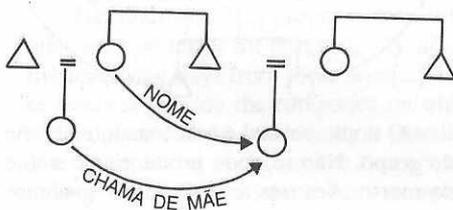
O nome pessoal é relacionado ao nome de grupo. Não se pode pronunciar o nome do morto. Aos três anos de idade, ganha-se nomes identificados e características da pessoa, ao seu *wiyi* (espírito), contrastando com o nome *yiyi*. Estes dois atributos são constitutivos da pessoa Kaingang: um o liga ao grupo, classifica-o — o *yiyi* — e o outro — o *wiyi* — marca sua essência, seu espírito (Wieseman, 1960, pp. 177 e 180).

O sistema dos Suruí é apresentado por Mindlin (1985, pp. 90-3). A pergunta fundamental entre os Suruí não é sobre o nome, mas sim sobre quem transmitiu o nome. Isso marca uma estratégia de identificação no mundo e a potencialidade da classificação. Os nomes não são usados como referência pelas pessoas; esta tarefa fica a cargo da terminologia de parentesco. É proibido dizer os nomes dos pais, dos avós, do tio paterno, da tia materna e dos cônjuges. Em relação aos

nomes de mortos observa-se a mesma regra. Algumas pessoas, como filhos de xamã, podem receber nomes de espíritos. Os nomes produzem modificações na classificação de parentesco. Há uma transferência de posição: o nominado passa a ocupar a mesma posição que o nominador. A transmissão se dá da seguinte maneira:



Os nomes produzem mudanças na genealogia, nos termos de parentesco. Por exemplo:

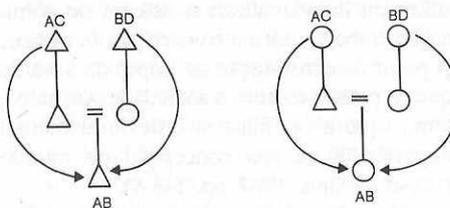


A autora desenvolve a hipótese de que a mudança nos termos de parentesco decorrentes da nomenclatura facilitaria a troca de mulheres.³

Os nomes Suruf são da ordem da sociedade, da classificação. Engendram relações sociais e, por isso, fazem a equivalência entre nominador e nominado.

O papel dos nomes no sistema Xinguanu pode ser apreendido nos trabalhos de Basso (1973) e Gregor (1982). Aí os nomes parecem estar na interseção da identidade social e da identidade pessoal. O nome codifica muitas informações sociais: sexo, idade, participação em rituais públicos, identifica o

indivíduo com a história e a geração dos avós (Gregor, 1982). Há uma proibição de pronunciar os nomes dos afins (cunhados e sogros não se chamam pelo nome). A criança recebe nomes de avós paternos e maternos de acordo com o seu sexo. Vejamos:



Na concepção Xinguana, receber um nome significa o mesmo que trocar objetos de mesmo valor (*"pekaweintsá"*). No ritual de nomenclatura, "o falador" do nome dá o nome à criança, ele "o empurra para dentro, o coloca para dentro dela" (Gregor, 1982, pp. 244-6).

Conforme o gráfico anterior, o pai chama a criança de A e a mãe a chama de B; assim ocorre porque não podem pronunciar os nomes de seus sogros. Chamam a criança pelo nome de seus respectivos pais. À criança é atribuído, assim, nomes das parentelas de sua mãe e de seu pai.

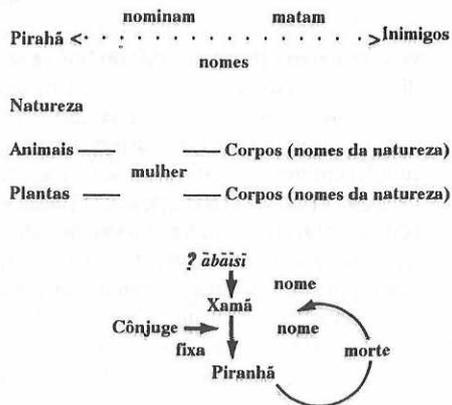
O sistema de nomenclatura Matis é tratado no trabalho de Erikson (1987). Para os Matis, nomear significa dar vida (idem, p.2). Nesta sociedade, onomástica e sistema de parentesco estão estreitamente relacionados. Os nomes, assim, classificam. Existem os apelidos que particularizam os indivíduos, ou produzem uma individuação. A transmissão dos nomes obedece a uma lógica social semelhante à Jê. Porém, ambas as formas de se adquirir nomes são sociais. O apelido pode transformar-se em um nome após transmitido através de gerações. Neste caso, o apelido perde sua referência lingüística, passando a ser um nome próprio (idem, p. 12).

Entre os Marubo, os nomes pessoais são transmitidos em gerações alternadas (Melatti, D., 1985). O indivíduo recebe nomes em três fases de sua vida: ao engatinhar, na puberdade e na fase adulta. Nesta última faz-se o uso de tecnonímia. Os nomes pessoais não são enunciados cotidianamente. Podem vir precedidos pela classificação referente à seção a que o indivíduo pertence (existem nove unidades matrilineares com duas seções cada uma). A divisão em duas seções é estabelecida a partir da alternância dos nomes, seguindo o princípio da alternância das gerações. Segundo a autora, a equivalência de gerações alternadas é importante para a sociedade na ordenação da terminologia de parentesco, na transmissão de nomes pessoais e na divisão de cada unidade matrilinear em duas seções (idem, pp. 40 e 90).

O sistema de nomenclatura Pirahã (Gonçalves, 1988) constitui-se por dois tipos de nomes: nomes de *?ibüsi* e nomes de *?ábäsi*. Os nomes de *?ibüsi* são aqueles que provêm da natureza, que marcam o evento que produziu o corpo, o *?ibüsi*. Algo da ordem do acontecimento. Nome constituinte de uma individualidade, nome que só significa o *?ibüsi*, o corpo. Os nomes de *?ábäsi* são nomes de entidades, dos "deuses" Pirahã. Nomes transmitidos ou pelas próprias entidades ou pelos mortos, quando aparecem ao ritual Pirahã nomeando os vivos. Todos os nomes que não são de *?ibüsi* são de *?ábäsi*. Os nomes de mortos são de *?ábäsi*. A nosso ver o sistema Pirahã trabalha nitidamente com duas orientações onomásticas: uma extremamente individualizadora e outra classificatória. Uma define o corpo, individualiza, e outra que define suas relações com o cosmos e o seu destino. Neste sentido, os nomes classificam ligando o indivíduo ao cosmos, possibilitando o destino no cosmos. Os nomes *?ábäsi* são conservados; há um acervo dos nomes *?ábäsi* que é transmitido pelas entidades aos vivos. Os nomes formam conjuntos sincrônicos na medida que retornam para a sociedade, são recuperados. São da ordem da continuidade, têm uma referência cosmológica e atribuem identidades comple-

mentares aos Pirahã, possibilitando o seu destino, sua transformação.

Os nomes de *?ibüsi* individualizam, formam o corpo, um ser único; a homonímia não pode existir porque não podem existir corpos iguais. São nomes adquiridos (não transmitidos); sempre novos, decorrentes dos eventos que os produzem, que envolvem a mulher e a natureza. Nomes únicos. São constituídos de forma diacrônica, formam conjuntos diacrônicos; os nomes de *?ibüsi* são nomes ligados à vida e à história particular do indivíduo, são temporais. Orientados para abertura, os nomes novos formam distinções suplementares, algo que suplementa o indivíduo. A onomástica Pirahã pode ser representada das seguintes formas:



Três domínios atuam no sistema de nomenclatura. Podemos agrupá-los em:

- extra-social: inimigos e/ou estrangeiros
- natureza: animais, vegetais, objetos etc.
- sobrenatureza: entidades *?ábäsi*, mortos (*kāōāibōgī* e *tōipū*)

Estes domínios, fontes dos nomes, estão fora da sociedade. Parece claro que o que permite a constituição de uma sociedade e a própria articulação da mesma com tais domínios é o processo de nomenclatura. Vemos este processo como um exercício metafórico que tenta conectar, no mínimo, duas séries distintas. O domínio extra-social é conectado à so-

cidade através dos inimigos. É via morte dos inimigos que o nome retorna para a sociedade. O domínio da natureza concebe os Pirahã. Os seus nomes são, antes de tudo, nomes de quem lhes originou, possibilitou sua existência. No domínio da sobrenatureza, é através dos espectros dos mortos (*kãõãibôgi* e *tõipíí*) e das próprias entidades (*?ãbãisi*) que os humanos adquirem nomes (Gonçalves, 1988). Assim, nomes e nomenclatura são de fundamental importância na sociedade Pirahã, por conectar vários domínios e nesse exercício constituir um campo social.

Ao finalizarmos esta exposição sobre alguns dos principais sistemas onomásticos das terras baixas da América do Sul, podemos concluir que as lógicas “canibal” e “centrípetas”, representadas pela ordem da individualização e da classificação, não são excludentes. Estão presentes nos sistemas porém de maneira desigual: alguns sistemas têm uma ênfase “canibal” e outros uma ênfase “centrípeta”, o que lhes confere feições distintas.

(Recebido para publicação
em outubro de 1991)

Notas

1. Goodenough (1964) nos dá um bom exemplo de como a problemática da nomenclatura pode assumir outras características. Em seu artigo sobre a nomenclatura em duas sociedades polinésias — os Truk e os Lakalai — evidencia uma primeira dicotomia no significado dos nomes no interior dos sistemas sociais. Enquanto entre os Lakalai os nomes têm uma função eminentemente classificatória, isto é, o meio de conexão entre o indivíduo e o social, em Truk ocorre o oposto: o nome é o próprio indivíduo. Aqui, os nomes têm uma função individualizadora. Goodenough, procurando dar conta das distintas sociedades, faz uma relação entre estrutura social e nomenclatura. Assim, em Truk os nomes individualizam porque o sistema social é composto de linhagens matrilineares. Os nomes em Lakalai classificam porque lá não existe nenhuma instituição social com poder de classificação. Há, portanto, nesta visão uma adequação entre nome próprio e sociedade, como se uma compensasse a falta de estrutura do outro.
2. Entre os Paresi, grupo Aruak, observa-se a mesma prática da nomenclatura. O nome representa a própria pessoa. Usa-se também trocar os nomes de doentes para que se curem (Costa, 1985, p. 188).
3. Este dado parece ser contraditório com os dados apresentados.

Bibliografia

Albert, Bruce

1985. Temps du Sang, Temps du Cendres. Representation de la Maladie, Système Rituel et Espace Politique Chez les Yanomami du Sud-Est (Amazonie Brésilienne). Tese de doutorado, Université Paris X, Nanterre.

Baldus, Herbert

1970. *Tapiraré: Tribo Tupi no Brasil Central*. São Paulo, Editora Nacional.

Bamberger, J.

1974. “Naming and the Transmission of Status in a Central Brazilian Society”. *Ethnology*, 13(4), pp. 363-78.

- Basso, Ellen B.
1973. *The Kalapalo Indians of Central Brazil*. Nova Iorque, Holt, Rinehart & Winston.
- Cadogán, León
1957. "Ayu Rapyta. Textos Míticos de los Mbyá-Guaraní del Guafrá". *Revista de Antropologia I*, pp. 36-41 e 123-32; II, pp. 37-64.
- Cardim, Fernão
1939. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo, Biblioteca Pedagógica Brasileira (Coleção Brasileira, n. 168).
- Carneiro da Cunha, Manoela
1978. *Os Mortos e os Outros. Uma Análise do Sistema Funerário e da Noção de Pessoa entre os Índios Krahó*. São Paulo, Hucitec.
- Clastres, Helene e Lizot, Jacques
1978. "La Part du Feu. Rites et Discours de la Mort Chez les Yanomami". *Libre*, n. 3, pp. 103-33.
- Clastres, Pierre
1972. *Chronique des Indiens Guayaki*, Paris, Plon.
- Costa, Romana Maria Ramos
1985. Cultura e Contato. Um Estudo da Sociedade Paresí no Contexto das Relações Interétnicas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- Crocker, Christopher
1979. "Selves and Alter Among the Eastern Bororo" in D. Maybury-Lewis (org.), *Dialectical Societies*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
1985. *Vital Souls. Bororo Cosmology, Natural Symbolism, and Shamanism*, Tucson, The University of Arizona Press.
- Cruz, Manoel
1939. "A Imposição do Nome entre os Índios Bororo". *Journal de la Société des Américanistes*, n. 31, pp. 197-209.
1940. "Dos Nomes entre os Bororos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 175, pp. 185-202.
- Da Matta, Roberto A.
1976. *Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé*. Petrópolis, Vozes.
- Da Matta, Roberto e Laraia, Roque de B.
1979. *Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativa no Médio Tocantins*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Da Matta, Roberto; Seeger, Anthony e Viveiros de Castro, Eduardo
1979. "A Construção da Pessoa nas Sociedades Indígenas Brasileiras". *Boletim do Museu Nacional*, n. 32, pp. 2-19.
- Erikson, Philip.
1987. L'Onomastique Matis Et-Elle Amazonienne? Trabalho apresentado ao Simpósio "Pesquisas Recentes na Amazônia: Etnologia e História", Museu Goeldi, dezembro.
- Fernandes, Florestan.
1963. *A Organização Social dos Tupinambás*. 2a. ed., São Paulo, Difel
1970. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. 2.ª ed., São Paulo, Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo.

- Gonçalves, Marco Antonio T.
1988. Nomes e Cosmos. Uma Descrição da Sociedade e da Cosmologia Mura-Pirahã. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- Goodenough, Ward.
1965. "Personal Names and Modes of Address in Two Oceanic Societies". In M. Spiro, *Context and Meaning in Cultural Anthropology*, Nova Iorque, The Free Press.
- Gregor, Thomas
1982. *Mehináku. O Drama da Vida Diária em uma Aldeia do Alto Xingu*. São Paulo, Cia. Editora Nacional (Coleção Brasileira, n. 373).
- Harner, Michael
1973. *Jívaro: People of Sacred Waterfalls*. Garden City, Anchor/Doubleday.
- Henry, Jules.
1963. *Jungle People. A Kaingang Tribe of the Highlands of Brazil*. Nova Iorque, Vintage.
- Holmberg, Allan R.
1978. *Nomadas del Arco Largo. Los Sirioró del Oriente Boliviano*. México, Instituto Indigenista Interamericano (Ediciones especiales, n. 77).
- Hugh-jones, Christine
1979. *From the Milk River: Spatial and Temporal Processes in Northwest Amazonia*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hugh-jones, Stephen
1979. *The Palm and the Pleiades. Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kaplan, Joanna O.
1976. "Social Time and Social Space in Lowland South American Societies". *Acts du XLIIe Congrès International des Americanistes*, vol. II, pp. 7-394. ("Introduction"; "Conclusion").
- Ladeira, Maria Eliza
1982. Troca de Nomes e a Troca de Cônjuges. Uma Contribuição ao Estudo do Parentesco Timbira. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, FFLCH/USP.
- Lave, Jean Carter
1979. Cycles and Trends in Krikatí Naming Practices". In D. Maybury-Lewis (org.), *Dialectical Societies*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, pp. 16-44.
- Lea, Vanessa
1986. Nomes e Nekretes entre os Kayapó. Dissertação de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ.
- Lizot, Jacques
1973. "Onomastique Yanomami". *L'Homme*, n. 13, pp. 60-71.
- Lopes da Silva, Aracy de P.
1984. "A Antropologia e os Estudos de Nomes Pessoais e Sistemas de Nominação: Resenha da Produção Recente". *Dédalo*, n. 23, pp. 235-53.
1987. Nomes e Amigos: Da Prática Xavante a uma Reflexão sobre os Jê. Teses de Antropologia, FFLCH/USP.
- Maybury-Lewis, David
1967. *Akwe-Shavante Society*. Oxford, Oxford University Press.
1979. *Dialectical Societies. The Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press.

- Melatti, Delvair
 1976. *Aspectos da Organização Social dos Kaingang Paulistas*. Brasília, Fundação Nacional do Índio.
1985. O Mundo dos Espíritos. Estudo Etnográfico dos Ritos de Cura Marubo. Dissertação de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília.
- Melatti, Julio Cezar
 1976. "Nominadores e Genitores: Um Aspecto do Dualismo Krahó". In E. Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Menget, Patrick
 1977. Au Nom des Autres: Classifications des Relations Sociales Chez les Txicão du Haut-Xingú. Tese de III cicle, Université de Paris-X, Nanterre.
- Metraux, Alfred
 1979. *A Religião dos Tupinambás e suas Relações com as Demais Tribos Tupi-Guaranis*. São Paulo, Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo.
- Mindlin, Betty
 1985. *Nós Paiter. Os Suruí de Rondônia*. Petrópolis, Vozes.
- Monteiro, J.
 1949. "Carta ao Padre Assistente em Roma sobre Assuntos da Visita do Brasil (1610)". In Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo VIII, Rio de Janeiro, Cia Editora Nacional.
- Nimuendajú, Curt U.
 1925. "As Tribus do Alto Madeira". *Journal de la Societé des Américanistes*, n. 17, pp. 137-72.
1948. "The Mura and Pirahã". In *Handbook of South American Indians*, vol. 3, pp. 225-69.
1956. "Os Apinayé". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, vol. 12.
1987. *As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocuva-Guarani*. São Paulo, Hucitec/Edusp.
- Petesh, Natalie
 1984. Le Nom, La Relation. Analyse de Système Nominatif dans les Sociétés Amazoniennes. Tese de Mestrado, Université Paris X, Nanterre.
- Ramos, Alcida R.
 1974. "How the Sanumá Acquire their Names". *Ethnology*, n. 13, pp. 141-85.
1976. "O Público e o Privado: Nomes Pessoais entre os Sanumá". *Anuário Antropológico*, n. 76, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
1977. "Tecnonímia e Conceitualização Social entre os Índios Sanumá". *Anuário Antropológico*, n. 77, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Rivière, Peter
 1984. *Individual and Society in Guiana*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Schaden, Egon
 1974. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária/Editora da Universidade de São Paulo.
- Seeger, Anthony
 1981. *Nature and Society in Central Brazil. The Suyá Indians of Mato Grosso*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press.

- Staden, Hans
1974. *Duas Viagens ao Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo/Itatiaia.
- Verswiger, Gustaaf
1983. "Ciclos nas Práticas de Nomenclatura Kaiapó". *Revista do Museu Paulista*, n. 29, pp. 97-114.
- Vidal, Lux
1977. *Morte e Vida de uma Sociedade Indígena Brasileira*, São Paulo, Hucitec/Edusp.
- Viertler, Renate B.
1976. *As Aldeias Bororo. Alguns Aspectos de sua Organização Social*. São Paulo, Coleção Museu Paulista, Série de Etnologia, n. 12.
1978. "O Estudo do Parentesco e as Práticas de Nomenclatura entre os Índios Bororo: Os nomes de Caça pela Morte de um Bororo (Tebio-mage)". *Revista de Antropologia*, 21(1), pp. 61-8.
- Viveiros De Castro, Eduardo B.
1985. *Etnografia e Modelos Analíticos. Tipos de Estrutura Social na Amazônia Meridional*. Projeto Finep/Museu Nacional/UFRJ.
1986. *Araweté: Deuses Canibais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
1987. "Sociedades Minimalistas: A Propósito de um Livro de Peter Rivière". *Anuário Antropológico*, n. 85, pp. 265-82.
- Viveiros de Castro, Eduardo E Carneiro da Cunha, Manoela
1987. "Vingança e Temporalidade: Os Tupinambá". *Anuário Antropológico*, n. 85, pp. 57-78.
- Wagley, Charles
1977. *Welcome of Tears. The Tapirapé Indians of Central Brasil*. Nova Iorque, Oxford University Press.
- Wieseman, Ursula
1960. "Semantic Categories of "Good" and "Bad" in Relation to Kaingang Personal Names". *Revista do Museu Paulista (N.S.)*, n. 12, pp. 177-84.

Adrião, Denize Genuina da Silva

O Processo de Identificação Étnica: A Recriação da Identidade Indígena de Barcelos — Amazonas. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1991, 140pp. Orientador: Robin Michael Wright.

Nossa proposta é a investigação da manifestação étnica no município de Barcelos, localizado no Médio Rio Negro entre São Gabriel da Cachoeira — Alto Rio Negro, região que apresenta grande concentração indígena, e Manaus. Centramos nossa análise na população cotidiana, enfatizando seus componentes caboclos, que apresentam certos traços indígenas, notadamente no seu relacionamento com o meio físico e grupos de elementos indígenas que, depois de certo tempo de rejeição da própria indianidade, reivindicam sua identidade étnica num processo de criação ou recriação de uma nova identidade indígena. Realizamos uma espécie de inventário sobre a vida atual da comunidade, tendo por base a pesquisa etno-histórica e a memória indígena através da história oral existente entre a população. Para tanto, tentamos reconstruir uma breve historiografia regional, observando os vários momentos por que passou. Embora nossa preocupação seja o estudo da situação atual (manifestação étnica atual), achamos de importância relativa questões ocorridas às atuais a fim de compreender a dinâmica presente de identificação. Partindo da constatação de que as “situações” constituem a matéria-prima do trabalho etnográfico, propomos uma descrição minuciosa de “situações” e “fatos” selecionados em função da importância social neles investida e vivenciada pelos próprios barceleses, com os quais procuramos lograr uma demonstração da “estrutura social” através de contexto social e historicamente dados. A população emergente do encontro de índios e brancos chamada cabocla, que vive numa fronteira de difusa definição étnica ora considerada como indígena ora diferente desta, é o nosso objeto de pesquisa. Neste contexto, estudamos a identidade étnica como variante da identidade social, frente ao avanço da sociedade nacional e o processo de mudança. Deste modo, o uso da história social como subsídio é fundamental para a investigação. Acreditamos que, através da memória indígena presente ainda hoje entre remanescentes indígenas e caboclos, poderemos compreender o processo atual de reivindicação e manifestação étnica e, desta forma, contribuir para alargar o conhecimento da história indígena e regional oferecendo uma análise sobre a situação vivenciada por índios e caboclos da área do Rio Negro.

Albuquerque, Leila Marrach Basto de

A Sociologia do Conhecimento Científico e as Noções de Sujeito e de Realidade da Ciência Moderna. Doutorado em Ciências Sociais, PUC/SP, 1991, 114 pp. Orientadora: Beatriz Muniz de Souza.

A pesquisa se situa no campo da sociologia do conhecimento e procurou averiguar as conseqüências, para os níveis fundamentais da ciência, de um tratamento sociológico da empresa científica descomprometido epistemologicamente. Com a hipótese de que esta perspectiva apresentaria conclusões incompatíveis com as noções de sujeito e de realidade da ciência moderna, examinaram-se seus argumentos nas obras de M. Mulkay, J. Ravetz, R. Rorty, E. A. Burtt e I. Prigogine & I. Stengers. Concluiu-se que aquelas noções só podem ser entendidas no seio de uma rede de relações e processos sociais mais amplos que os estipulados pela epistemologia e também como parte do conjunto das produções culturais. Observou-se, também, a emergência de novas noções de sujeito e de realidade, que pressupõem um relacionamento peculiar entre os homens, entre estes e a natureza e entre a ciência e o restante da cultura, apontando para um projeto de reconstrução da ciência em outras bases que, pode-se dizer, são sócio-culturais.

Armani, Domingos Antonio

Centros de Educação e Promoção Popular, Classes Populares e Hegemonia — A Trajetória do CAMP. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 421 pp. Orientadora: Eva Machado Barbosa Samios.

O estudo investiga a problemática dos CEPP — Centros de Educação e Promoção Popular, a partir de um estudo de caso — o CAMP. O eixo de análise é a relação entre CEPP, classes populares e a hegemonia. O estudo sistematiza um Quadro de Indicadores de Hegemonia dos CEPP, revelando que o CAMP é um CEPP que desenvolve atividades funcionais à construção da hegemonia popular. Por fim, afirmam-se a validade e os limites do próprio Quadro.

Capone, Stefania

A Dança dos Deuses: Uma análise da Dança de Possessão no Candomblé Angola Kassanje. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 280 pp. Orientador: Rubem Cesar Fernandes.

Essa tese visa compreender a função da dança de possessão no conjunto do pensamento simbólico do Candomblé Angola, nação Kassanje. Procurando manter uma equidistância entre uma abordagem “biológica” e uma abordagem “simbólica”, tenta-se esclarecer a estrutura lógica que liga o corpo e as suas transformações na possessão ao conjunto do universo simbólico. A função da dança de possessão parece ser a reativação e expansão das forças que são pensadas articular o modelo transcendente, garantindo a sua continuidade e perpetuação. Esse trabalho constitui-se, assim, como um primeiro esforço de sistematização do universo simbólico do Candomblé Angola Kassanje.

Carneiro, José Queiroz

O Pessedismo e o Baratismo no Pará. Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1991, 209 pp. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues Netto.

Esta dissertação analisa a estrutura intensa do Partido Social Democrático — PSD, no Pará, desde a sua fundação, em maio de 1945, até sua extinção, em 1965, dando destaque à figura carismática de seu líder, Magalhães Barata, que, durante cerca de 14 anos, comandou com absoluta e incontestável autoridade a nova agremiação política. É um estudo em que se

cruzam e se interpenetram um partido político, que se sobressaiu na vida paraense, e a história de seu criador, que também dominou a cena política do Pará. Pesquisou-se o interior desse partido, que teve a máquina estadual completamente em suas mãos e soube usá-la a contento, manipulando-a à sua vontade. Por outro lado, indissociável do PSD do Pará é a figura importante de Magalhães Barata, o general que, desde a revolução de 1930, quando foi guindado, ainda tenente, à interventoria do Estado, não mais saiu de cena, vindo a falecer como governador — eleito em 1959 — no auge de seu prestígio e da força do PSD. Este trabalho, portanto, ressalta as relações pessoais de comando com que Magalhães Barata conduziu o partido, desde sua função, sua presença no poder, as alianças partidárias, a dura oposição coligada que enfrentou, e sobretudo, a organização do PSD paraense.

Costa, Maria da Conceição da

Telecomunicações no Brasil: A Trajetória de uma Política Tecnológica (1962-1987). Mestre em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 1991, 145 pp. Orientador: Tom Dwyer.

O objetivo desse trabalho é discutir o modelo de telecomunicações implantado no Brasil desde 1962 até 1987. Discute-se aqui que este modelo esteve centrado na idéia de que a geração de tecnologia nacional de centrais de comutação (centrais de tráfego telefônico) era uma ferramenta essencial não só para o crescimento desse setor, mas sobretudo para a sua modernização. Este modelo esteve fundado, durante os primeiros quinze anos de implementação, no tripé: agência estatal reguladora do mercado de teleequipamentos (principalmente centrais telefônicas), centro de pesquisas estatal e empresas nacionais. O estudo está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da intervenção do Estado enquanto o agente que vai se ocupar do processo de construção dos setores de *infra-estrutura no Brasil*. Neste capítulo procuro fazer um levantamento de algumas das principais correntes, tanto no campo das Ciências Sociais quanto no da economia, a respeito do papel do Estado. No segundo capítulo explico o funcionamento da estrutura do setor de telecomunicações, isto é, o papel das diferentes agências e o que chamamos a construção do modelo nacional de telecomunicações, dado que o Estado cria as condições necessárias para o surgimento de um setor de Pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações. O capítulo III é quase uma consequência do capítulo anterior ao discutir o surgimento e desempenho do setor privado nacional de equipamentos de telecomunicações. A continuação com o capítulo anterior se dá também através da análise do papel do Estado enquanto agente incentivador desse setor. O capítulo IV apresenta as conclusões a partir de uma discussão do modelo liberal norte-americano, do modelo estatal francês e um modelo que originalmente estatal tomou um rumo liberal, o qual tem sido apresentado como o que estaríamos fadados a seguir.

Cunha, Olívia Maria Gomes da

Corações Rastafari — Lazer, Política e Religião em Salvador. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 327 pp. Orientador: Rubem César Fernandes.

A dissertação tem como foco de interesse o estilo de vida adotado por parte da juventude negra na cidade de Salvador, inspirado nas idéias e iconografia Rastafari. Procurar mapear o território físico e simbólico onde esses jovens, através do lazer, das atividades políticas e da religião, preferencialmente tornam explícitas a adoção desses referenciais. A etnografia procurou dar conta de diferenciadas formas de enunciação desses temas, os quais, antes de manifestarem a partir de modelos, são adotados e reinterpretados através de apropriações tão diversas quanto singulares.

Dutra, Rogéria Campos de Almeida

A Boa Mesa Mineira: Um Estudo de Cozinha e Identidade. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 192 pp. Orientador: Gilberto Velho.

A dissertação traz como proposta a investigação da constituição de hábitos alimentares entre segmentos médios urbanos, habitantes de uma cidade mineira de porte médio, Juiz de Fora. Procura verificar como se efetiva a coexistência de uma orientação alimentar considerada tradicional — aquela incorporada pela cozinha mineira — com outros tipos de orientação alimentar. As diferentes trajetórias sociais internas e este universo, principalmente no que se refere a origem de seus membros, apresentam-se como marco distintivo de suas representações em torno da identidade regional. Observa-se que os integrantes deste universo estabelecem uma negociação entre a referência da culinária regional e sua prática alimentar, freqüentemente orientada por critérios de distinção social que traduzem diferentes estilos de vida.

Garcia, Pedro Benjamim

O Dia do Senhor Vozes & Movimentos. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 700 pp. Orientador: Rubem César Fernandes.

História do “Movimento do Dia do Senhor”, sob a forma de um experimento etnográfico, contada através de vozes diversas. Buscam-se os valores subjacentes a estas vozes. Valores que são, fundamentalmente, extraídos do texto bíblico. O cenário desta história são alguns municípios que fazem parte da diocese de Sobral, Ceará, onde este movimento existe desde 1965. O enfoque básico da tese é a ação dos agentes de educação popular que, em nome da autonomia, imprimem ao “movimento” a busca da libertação.

Goldman, Marcio

Razão e Diferença sobre Lucien Lévy-Bruhl. Doutorado em Teoria Antropológica, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 529 pp. Orientador: Eduardo Batalha Viveiros de Castro.

Esta tese consiste em uma exposição analítica das idéias de Lucien Lévy-Bruhl e em uma tentativa para desenvolvê-las, relacionando-as com diversas correntes do pensamento contemporâneo, antropológico ou não. Procura-se demonstrar como as idéias de Lévy-Bruhl foram vítimas de uma série de preconceitos e como podem servir ainda para fornecer alternativas para a reflexão antropológica e para inspirar novas formas de abordagem do material empírico com o qual a antropologia trabalha.

Gomes, Laura Graziela Figueiredo Fernandes

Novela e Sociedade no Brasil. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 184 pp. Orientador: Roberto da Matta.

O principal objetivo da dissertação foi demonstrar como as telenovelas brasileiras estão relacionadas às formas de controle social, resolução de conflitos e construção da ordem pública existentes na sociedade brasileira. Contudo tratou-se de enfatizar que estas relações existem muito mais em função das qualidades narrativas que as telenovelas possuem, da relação de caráter intrínseco, isto é, de homologia que existe entre o gênero “telenovela” e sociedade brasileira, do que em função apenas de uma realidade conjuntural. Para tais demonstrações realizamos trabalho de campo acompanhando a transmissão de uma novela em especial — a novela *Roque Santeiro* (TV Globo 1985/86) — além de adotarmos uma perspectiva compara-

tiva, usando para contrastar com as telenovelas, os seriados de TV norte-americanos que são transmitidos pelas emissoras brasileiras.

Lask, Tomke Christiane

Ordem e Progresso: A Estrutura de Poder na "Cidade Operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964). Mestrado em Antropologia, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 234 pp. Orientador: José Sergio Leite Lopes.

O objetivo é demonstrar o desenvolvimento de estruturas de poder na situação específica da "Cidade Operária" da CSN, onde a propriedade da terra, da cidade e da principal indústria concentravam-se nas mãos do Estado. Os dados desta pesquisa foram obtidos através de entrevistas, empregando o método da história de vida, e da análise da documentação da empresa e do município. Volta Redonda é um raro exemplo de identificação entre uma empresa estatal e uma cidade, assim como entre o poder estatal e o da classe dominante na empresa. A partir dessas condições desenvolveu-se uma estrutura de poder específica, apoiada em conceitos do urbanismo utópico, do da "cidade liberal" da Revolução Industrial e da "cidade pós-liberal", tendo por resultado um sistema altamente disciplinador. A administração racional weberiana era minada por um regime patriarcal de poder pessoal. Enfim, Volta Redonda se distinguia de uma fábrica com vila operária somente pela extensão de seu projeto e do grau da dominação.

Leoni, Claudia da Cunha

Os Institutos de Pesquisa Estaduais e a Política de Ciência e Tecnologia — O Caso do CETEC de Minas Gerais e da CIENTEC do Rio Grande do Sul. Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 290 pp. Orientadora: Eva Machado Barbosa Samios.

O trabalho traça um panorama de como se formulou no Brasil a política de Ciência e Tecnologia e de como evoluiu no decorrer destes anos (desde 1970) a implementação desta política. Isto se fez através de acompanhamento de um dos instrumentos executores desta política, quais sejam, os institutos de pesquisa tecnológica industrial dos Estados. A execução da pesquisa permitiu chegar a três níveis diferenciados de constatações. O primeiro diz respeito a como se formula no Brasil a política nacional de Ciência & Tecnologia. A segunda trata de maneira diferenciada de como cada Estado (Minas Gerais e Rio Grande do Sul) absorve a questão da Ciência & Tecnologia. A terceira e última aborda a questão específica da experiência de cada um dos Institutos.

Lima Filho, Manuel Ferreira

Os Filhos do Araguaia. Reflexões Etnográficas sobre o Hetohoky, um Rito de Iniciação Masculina Karajá. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1991, 366 pp. Orientador: Julio Cezar Mellati.

Os Karajá, um grupo indígena do Brasil Central, apesar de serem muito conhecidos nacionalmente, carecem de estudos etnográficos. O contato de mais de três séculos com a sociedade nacional trouxe uma série de transformações no modo tradicional de vida dos Karajá. Entretanto, esta sociedade indígena manteve seus principais rituais, entre eles o rito de iniciação masculina denominado Hetohoky (Casa Grande). Através de um trabalho de campo que somou seis meses, pude acompanhar a realização do Hetohoky das aldeias de Santa Isabel do

Morro e Fontoura, ambas localizadas na Ilha do Bananal (To). Este primeiro estudo Heterotopia me possibilitou elaborar algumas interpretações sobre as relações sociais e simbólicas dos Karajá. Destaco o papel social dos sexos, as categorias de idade masculina, as chefias, os grupos rituais masculinos patrilineares, a integração das aldeias, a exploração dos recursos naturais e, entre outros, a importância do tema da morte para a vida Karajá. Finalmente, deixo ainda algumas pistas etnográficas para futuras pesquisas como, por exemplo, o valor social do olhar para os Karajá.

Mélo, José Luiz Bica de

As Armadilhas da Ajuda: Práticas Clientelísticas e Processos de Dominação no Espaço Social Agrário. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 192 pp. Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Constitui objeto da dissertação de Mestrado em Sociologia a problemática das relações sociais no espaço social agrário. Busca-se compreender, a partir de investigações em quatro municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, os fenômenos do favor, do compadrio e do atrelamento eleitoral, demonstrando-se que tais práticas sociais são significativas na reprodução dos processos de dominação. Para tanto, procurou-se chegar a uma noção de práticas clientelísticas, as quais compreendem o conjunto destes fenômenos.

Oliveira, Josélia Barbosa de

Homeopatia vs Alopatia: Confronto e Legitimação. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1991, 171 pp. Orientador: Russel Parry Scott.

Estudo das relações entre médicos Homeopatas e médicos Alopatas tendo como cenário o campo médico. A análise é feita em dois momentos históricos com o objetivo de observar as possíveis mudanças. Utilizou-se o modelo de Bourdieu, onde os campos sociais são considerados campos de força nos quais se defrontam dominantes e dominados; no caso em estudo o grupo dominante corresponde aos médicos alopatas e o dominado aos médicos homeopatas. Os aspectos escolhidos para trabalhar o tema foram “confronto” e “legitimação”. A autora conclui que diferentemente do que ocorreu no século passado, o confronto que hoje se dá entre os agentes restringe-se apenas aos aspectos ideológicos de seu saber.

Oliveira, Luciano

Images de La Democratie: Le Thème des Droits de l'Homme et la Pensée Politique de Gauche au Brésil. Doutorado (Nouveau Régime) em Sociologia, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1991, 400 pp. Orientador: Claude Lefort.

A partir da metade dos anos 70, os militantes de esquerda no Brasil descobriram o tema dos direitos humanos — os quais, antes vistos como simples ideologia burguesa, passaram a ser considerados como uma questão política maior. As razões principais dessa mudança foram duas: de um lado, a terrível repressão policial entre 1969 e 1976, sob o regime militar, o que levou esses militantes a reivindicar alguns princípios jurídicos antes negligenciados pela tradição de esquerda; de outro lado, o fracasso do “socialismo real”, o que levou a uma crise no “revolucionarismo” típico dos anos 60 e a uma aceitação — não como uma tática ocasional, mas como uma estratégia permanente — de algumas conquistas da democracia liberal. Entretanto, os militantes dessa “nova esquerda” não se tornaram simples liberais, tampouco “novos filósofos”, pois sua ação política se dá sempre sob a perspectiva do socialismo, mesmo

se o socialismo com o qual eles sonham não possui mais receita e permanece, numa larga medida, um projeto a inventar.

Oliveira, Maria Teodora de Barros

Acusações de Extensionistas Rurais: Seus Significados no Exercício da Profissão. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1991, 191 pp. Orientador: Russel Parry Scott.

Trata-se de uma análise qualitativa do significado das acusações presentes nos discursos de técnicos, durante o exercício de sua profissão, num programa de difusão limitada de inovações tecnológicas, adaptadas ao pequeno produtor rural do semi-árido de Pernambuco. Os dados foram coletados através de entrevistas gravadas e não gravadas, durante observações. As acusações foram endereçadas aos pequenos produtores rurais, aos técnicos extensionistas e aos programas governamentais e suas administrações, de acordo com seus significados, foram tipificadas nas categorias do *Saber*, do *Poder* e da *Moral*. Revelaram imagens idealizadas sobre o pequeno produtor, sobre a terra e sobre o papel do técnico. “Explicavam” os limites impeditores de ações percebidas como não eficientes pelos técnicos.

Ostermann, Nilse Wink

A História que se Conta no Livro Didático: Uma Estória Mal Contada. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 226 pp. Orientadora: Clarissa E. Baeta Neves.

O trabalho teve como objeto de estudo os livros didáticos de Estudos Sociais para a 4a. série do 1.º grau, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 1986, integrando o projeto assistencial da Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação — FAE/MEC. O principal procedimento foi a análise de conteúdo dos textos dos livros, guiada por três indicadores — o tempo, o fato e sua explicação — presentes em toda a produção historiográfica. Concluiu-se que os autores dos didáticos não atentam para os requisitos da forma de se escrever história desde o século XIX, baseada numa orientação historiográfica tradicional e, muito menos, para uma concepção histórica crítica, a partir de um referencial marxista.

Perissinotto, Renato Monseff

Frações de Classe e Hegemonia na Primeira República em São Paulo. Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, 1991, 447 pp. Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.

Com base em conceitos como “frações autônomas de classe”, “bloco no poder” e “hegemonia”, formulados por Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*, tento estudar as classes dominantes na economia agro-exportadora em São Paulo, na Primeira República. No capítulo I, procuramos mostrar a condição de fração autônoma de classe do grande capital cafeeiro e da lavoura (aqueles que se dedicavam exclusivamente à produção) e a hegemonia do primeiro, no sentido de que os seus interesses econômicos são atendidos de forma prioritária pela política econômica. No capítulo II o objetivo é mostrar a indústria como uma base para uma fração autônoma de classe e não como um apêndice da economia agro-exportadora. Assim, a burguesia industrial seria mais um elemento de complexificação do bloco no poder da economia agro-exportadora. No capítulo III tentamos ver o “regionalismo”, melhor, “os

conflitos regionais como conflitos regionais” como conflitos no interior da classe dominante (mercado externo — São Paulo — x mercado interno — Rio Grande do Sul), criticando o uso de termos como “oligarquias regionais”. No capítulo IV pretendemos mostrar o capital estrangeiro como força ativa no interior do bloco no poder nacional, participando ativamente das decisões acerca da nossa política econômica. Ou seja, o capital estrangeiro, a sua análise no período, é fundamental para pensar a questão da hegemonia.

Riva, Knauth Daniela

Os Caminhos da Cura: Sistemas de Representações e Práticas Sociais sobre Doença e Cura em uma Vila de Classes Populares. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 187 pp. Orientadora: Ondina Fachel Leal.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa etnográfica desenvolvida junto aos moradores de uma vila de classes populares localizada na cidade de Porto Alegre. Aborda as representações e relações sociais de ordens diversas envolvidas no relacionamento entre profissionais da saúde e uma determinada população alvo de suas práticas. É a partir da percepção da doença que estes dois agentes sociais entram em relação, confrontando, assim, diferentes concepções e práticas relacionadas a saúde, doença, corpo e cura. O presente estudo toma como contexto específico uma prática médica que se centra na noção de prevenção e uma população de baixa renda habitante da periferia urbana.

Saez, Oscar Calavia

Fantasma Falado: Mito, Escatologias e História no Brasil. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1991, 186 pp. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.

A dissertação descreve um microcosmo: o culto que, no Cemitério da Saudade de Campinas — SP, se dedica aos túmulos de um velho escravo, de uma prostituta e de várias crianças. Explora-se o processo de elaboração de um relato paradigmático — o mito, a hagiografia — a partir da biografia. Tenta-se destacar o papel da memória individual e da transmissão oral nesse processo. O campo é depois alargado em dois sentidos. O primeiro é o sentido que na cultura brasileira adquire a relação intensa com o além. A santificação dessas três figuras — aparentemente aleatória — revela a trama em que a mediunidade é exercida e ganha no Brasil caráter de “fato social total”: a relação entre os sexos e entre as raças, e os pressupostos sobre o ser e a reprodução dos humanos. O segundo percurso é de interesse metodológico. É uma reflexão sobre os modelos de análise estrutural semiótico e para-semiótico (considerando neste caso a análise de mitos de Claude Lévi-Strauss) usados na antropologia: também sobre sua aplicação às sociedades “históricas” ou “complexas”. Afirma-se que esse uso é viável a partir de uma mudança nas prioridades conceituais. A ênfase dada ao “significado” — e, com ela, à “explicação” e à interioridade individual — deve diminuir em favor de uma maior atenção à “comunicação” e com ela à descrição e à exterioridade social.

Santos, Micênio

13 de Maio, 20 de Novembro: Uma Descrição da Construção de Símbolos Raciais e Nacionais. Mestrado em Antropologia, IFCS — UFRJ, 1991, 293 pp. Orientadora: Yvonne Maggie.

Esta dissertação pretende ser uma etnografia das comemorações da Escravatura no Brasil ao longo do seu primeiro centenário. Sua construção se deu a partir de textos produzidos

por diferentes grupos e instituições sociais que viveram e/ou pensaram essas comemorações. Subjacente à pesquisa está a construção da identidade racial postulada por diferentes segmentos sociais que construíram o 13 de Maio como dia de “preto-velho”, ou “dia de escravo”. A esta “festa nacional” tem-se oposto o movimento social organizado, na tentativa de criar outra simbologia com o dia 20 de Novembro, suposto dia da morte do líder Zumbi, do Quilombo dos Palmares.

Seidl, Renato

Sobre a Formação da Sociedade/Ensaio de Interpretação de uma Teoria da Evolução Social. Mestrado em Antropologia, UFRJ, 1991, 131 pp. Orientador: Otávio Velho.

Objetivo: aprofundar aspectos insuficientemente abordados nos cursos de Teoria Antropológica, em especial o evolucionismo social de Morgan. Método: bibliográfico. Conclusão: A noção de progresso característica do século XIX, em que o futuro era depositário da perfeição, foi transformado. Atualmente desconfia-se do progresso.

Stein, Leila de Menezes

Sindicalismo e Corporativismo na Agricultura. Brasil (1930-1945). Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1991, 204 pp. Orientador: Octavio Ianni.

Essa dissertação focaliza as relações entre sindicato agrícola e Estado na Era Vargas. Parte-se da crise nas instituições políticas de representação e historiza-se os conflitos e as tensões que envolveram a implementação de diretivas oficiais de organização. O estudo recobre os três governos daquele período e apoia-se em documentos das agências do estado e referentes aos principais debates políticos e econômicos. Analisam-se, assim, as campanhas de sindicalização agrária lideradas pelo Ministério da Agricultura, gestão Juarez Távora (1932 a 1934), e a criação dos “consórcios agrários sindicais cooperativos”. Estuda-se: o debate do reformismo agrário na Assembléia Nacional Constituinte, de 1934, e os movimentos políticos contrários a quaisquer modalidades reformistas lideradas pelo empresariado. Sugere-se, enquanto conclusões, que se constrói consenso que delimitaria a realização de um tipo de clientelismo diverso do urbano. Nesses termos, o Estado Novo consagraria, com a oficialização das “associações rurais”, estrutura institucional que potencializava o clientelismo, resguardava os interesses do complexo agrário financeiro e excluía as classes subalternas.

Teixeira, Carla Costa

O Mundo das Mulheres. Uma Investigação sobre o Movimento Feminista no Rio de Janeiro. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 154 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Esta dissertação é um estudo do movimento feminista do Rio de Janeiro — através da observação de um grupo específico: o Fórum Feminista do Rio de Janeiro — cujo objetivo central é delimitar um estilo de vida e uma visão de mundo comum e singular às suas militantes. Com tal preocupação privilegia a análise de modo pelo qual o feminismo propicia relações sociais predominantemente entre mulheres. Trata-se do feminismo como um mundo de mulheres. Permite, por outro lado, compreender como se formam os diferentes “mundos” sociais em sociedades complexas e o modo como os indivíduos neles se inserem e com eles negociam.

Victoria, Ceres Gomes

Mulher, Sexualidade e Reprodução: Representações de Corpo em uma Vila de Classes Populares em Porto Alegre. Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, 203 pp. Orientadora: Ondina Fachel Leal.

Mulher, Sexualidade e Reprodução é um trabalho etnográfico que analisa as práticas e representações femininas a respeito do corpo, da sexualidade e da reprodução, a partir do contexto social de produção de sentido destas práticas, ou seja, o contexto das relações de gênero e das relações familiares, em um universo de classes populares. Trabalhando simultaneamente com dados empíricos e com teoria, esta pesquisa discute a questão dos métodos contraceptivos e de sua adequação, tendo em vista as noções de família, de maternidade, de mulher, de marido, de filhos e do próprio corpo, das mulheres alvo desta pesquisa.

Vogel, Arno

Muzenza: A Metamorfose Iniciática na Cultura Afro-Brasileira dos Candomblés. Doutorado em Antropologia, Museu Nacional — UFRJ, 1991, 291 pp. Orientador: Roberto Augusto da Matta.

A análise do ciclo mítico da galinha d'angola atesta a sua posição central na cosmologia do candomblé. A etnografia dos mitos de iniciação revela-a como o animal sacrificial por excelência da liturgia afro-brasileira. Constitui o emblema do "povo-de-santo", pois em torno dela se elaborou o acordo mínimo do sincretismo afro-brasileiro, dispositivo da superação de uma situação-limite (a escravidão) e artifício da incorporação de um *gasvolk* numa sociedade hierárquica. Condensa os valores éticos e estéticos do candomblé. Conspícua na esfera pública dos cultos, as implicações simbólicas de sua imagem, não contempladas na etnografia do candomblé até o presente, careciam de elucidação.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Lícia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise

sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Lícia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias

em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia” e *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes” e *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*,

“Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”.

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha”, e *Berta G. Ribeiro*, “Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: “Um Balanço” e *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil, Hoje”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais” e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teroia do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate” e *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente”.

B I B
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

RIO DE JANEIRO

Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
Rua Barata Ribeiro, 17 –sl/202
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

DTT – Distribuidora de Livros Ltda.
R. Voluntários da Pátria, 367, A
Fone: (021) 286-5756
22270-000 – Rio de Janeiro – RJ

Editora e Distribuidora Irradiação Cultural
R. Visconde de Santa Isabel, 46 – fundos
Fone: (021) 577-3522
20560-120 – Rio de Janeiro – RJ

SÃO PAULO

Brasilvros Editora e Distribuidora Ltda.
R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22
Fone: (011) 284-8155
01325-001 – São Paulo – SP

Primeira Linha Distr. e Represent. Editorial
R. Augusta, 2676/ Ap. 153
Fone: (011) 852-1275
01412-100 – São Paulo – SP

MINAS GERAIS

Distribuidora KLS Ltda.
R. Tupinambás, 1045 – Conj. 303
Fone: (031) 201-9221 e 201-0353
30120-070 – Belo Horizonte – MG

ESPÍRITO SANTO

Representação Paulista Ltda.
R. Nestor Gomes, 265
Fone: (027) 227-5933
29015-150 – Vitória – ES

PARANÁ

Aramis Chaim/Distribuidora Nova Ordem
R. General Carneiro, 441
Fone: (041) 264-3484
80060-150 – Curitiba – PR

RIO GRANDE DO SUL

Livraria Palmarinca Ltda.
R. General Vitorino, 140 – 1.º andar, sl. 14-A
Fone: (0512) 24-5133
90020 – Porto Alegre – RS.

DISTRITO FEDERAL

Letra e Arte Comércio e Representação Ltda.
SCS – Quadra 01 – Ed. Baracat, sl. 602
Fone: (061) 321-5009
70309-900 – Brasília – DF

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 18 ano 7
fevereiro de 1992
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

-
- 5 O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989
Robert Darnon
-
- 18 O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens
Lygia Sigaud
-
- 30 Bichos-de-obra: fragmentação e reconstrução de identidade
Gustavo Lins Ribeiro
-
- 41 Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do nordeste
Ellen F. Woortmann
-
- 62 A "despossessão subjetiva": dos paradoxos do individualismo
Tania Salem
-
- 78 As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa
Giralda Seyferth
-
- 96 Quem é moderno? Um estudo sobre as estratégias discursivas de gerentes brasileiros
Roberto Grün
-
- 109 Capitalismo irracional, socialismo inviável: podemos alimentar a todos?
Adam Przeworski
-
- 134 Resenha
...E o verbo se fez imagem – Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil :1962-1989, de Ralph Della Cava e Paula Montero
José Mário Ortiz Ramos
-
- 136 Resenha
História das ciências sociais no Brasil, de Sérgio Micelli
Mariza Corrêa
-
- 138 Resumos/Abstracts/Résumés
-
- 145 Contents
-
- 146 Sommaire

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 19 ano 7
junho de 1992
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

5	PROBLEMATIZANDO UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO Contra a corrente no Ministério da Fazenda <i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>
31	Reflexões sobre o depoimento de Luiz Carlos Bresser Pereira <i>Eli Diniz</i>
34	Economistas e participação política no Brasil <i>Maria Rita Loureiro</i>
37	Refletindo sobre o depoimento de um <i>decision-maker</i> <i>Angela de Castro Gomes</i>
40	Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: A experiência dos anos 50 <i>Maria Celina D'Araújo</i>
56	Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola <i>Jorge Zaverucha</i>
66	O positivismo, na Argentina e no Brasil <i>Hugo Lovisolo</i>
84	O segundo sexo do comércio: Camponesas e negócio no Nordeste do Brasil <i>Marie-France Garcia</i>
103	Resenhas A cidadania ativa – Referendo, plebiscito e iniciativa popular, de Maria Victoria de Mesquita Benevides <i>José Ribas Vieira</i> Refazendo a fábrica fordista. Contrastes na indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha, de Elizabeth Bortolaia Silva <i>Wilma Mangabeira</i> Managing socialism. From old cadres to new professionals in revolutionary Cuba, de Frank T. Fitzgerald <i>Gláucio Ary Dillon Soares</i> Educação, Estado e democracia no Brasil, de Luiz Antônio Cunha <i>Carlos Benedito Martins</i>
113	Resumos/Abstracts/Résumés
117	Contents
118	Sommaire

Impressão:
MARKGRAPH - Estúdio de Criação e Produção Gráfica Ltda.
Rua Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo
CEP - 22231-010 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 551.9242

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais
Editoria do **BIB**

Largo de São Francisco, 01/sala 408
20051 Rio de Janeiro – RJ